**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**LUIZ CARLOS RIBEIRO NEDUZIAK**

# UMA VISÃO POLÍTICA ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL: O LIBERALISMO DAS INSTITUIÇÕES

**Porto Alegre**
**2012**

**LUIZ CARLOS RIBEIRO NEDUZIAK**

# UMA VISÃO POLÍTICA ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL: O LIBERALISMO DAS INSTITUIÇÕES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

**Porto Alegre**

**2012**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

N371v Neduziak, Luiz Carlos Ribeiro

Uma visão política acerca do processo de integração econômica no Mercosul : o liberalismo das instituições / Luiz Carlos Ribeiro Neduziak. – Porto Alegre, 2012.

136 f. : il.

Orientador: André Moreira Cunha.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.

1. Integração econômica : Mercosul. 2. Desenvolvimento econômico: América Latina. 3. História econômica 4. Teoria econômica. I. Cunha, André Moreira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 339.92

**LUIZ CARLOS RIBEIRO NEDUZIAK**

# UMA VISÃO POLÍTICA ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL: O LIBERALISMO DAS INSTITUIÇÕES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de setembro de 2012.

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Julimar da Silva Bicharra
Universidade Autônoma de Madrid – UAM

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o processo de integração e cooperação econômica no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Constatando-se não haver no horizonte próximo uma perspectiva de reforma da arquitetura financeira internacional, será analisado o papel que as instituições internacionais podem desempenhar em empresas dessa estirpe. Para tanto, do ponto de vista da Teoria Econômica, será utilizada a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO) e seus corolários desenvolvidos posteriormente nos trabalhos seminais de Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kennen (1969), bem como a literatura relativa às instituições monetárias e financeiras em países em desenvolvimento. Do ponto de vista da Teoria das Relações Internacionais, o liberalismo das instituições irá ilustrar a importância destas, se o objetivo em mira pelos Estados Nacionais for o aprofundamento da integração econômica. Nesse sentido, introduzir-se-á, na análise econômica, o conceito da anarquia internacional e suas implicações nas relações entre Estados. A cooperação é tornada possível se os atores internacionais valerem-se da estratégia TIT FOR TAT, baseada na reciprocidade.



**Palavras-chave:** Integração econômica. Regimes internacionais. MERCOSUL.

**ABSTRACT**

This study aims to analyze the process of economic integration and cooperation. Due to the assumption that, at least in a near future, there will not be the perspective of reform in the international financial architecture, what will be analyzed is the role of international institutions and what can be done in this regard. In this sense, concerning the economical theory, the Theory of Optimum Currency Areas (TOCA) will be used, as well as the papers developed after those three works and the literature related to the financial and monetary institutions in developing economies. From the view of International Relations, institutional liberalism will shed light to the importance of the latter, if the States are to deepen the economic integration. In this sense, one introduces the concept of international anarchy and its implications to relations between States. Cooperation is possible, if the international actors adopt the TIT FOR TAT strategy, based upon reciprocity.

**Key-words:** Economic integration. International regimes. MERCOSUR.

.

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| ACE | - Acordo de Complementação Econômica |
| ALADI | - Associação Latino-Americana de Integração |
| ALALC | - Associação Latino-America de Livre Comércio |
| ALCA | - Área de Livre Comércio das Américas |
| AMO | - Área Monetária Ótima |
| BEA | - Bureau of Economic Analysis |
| BLS | - Bureau of Labor Statistics |
| BNDES | - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BP | - Balanço de Pagamentos |
| BS | - Battle of Sexes |
| CAF | - Corporação Andina de Fomento |
| CAN | - Comunidade Andina de Nações |
| CAUCE | - Convênio entre Argentina e Uruguai de Complementação Econômico- |
| CCM | - Comissão de Comércio do MERCOSUL |
| CCR | - Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos |
| CMC | - Conselho do Mercado Comum |
| CEPAL | - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe |
| CPC | - Comissão Parlamentar Conjunta |
| DEC | - Decisão |
| DP | - Dilema dos Prisioneiros |
| FAR | - Fundo Americano de Reservas |
| FCE | - Fundo de Convergência Estrutural |
| FCES | - Foro Consultivo Econômico-Social |
| FLAR | - Fundo Latino-Americano de Reserva |
| FOCEM | - Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL |
| FONPLATA | - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata |
| GATT | - General Agreement on Trade and Tariffs |
| GMC | - Grupo do Mercado Comum |
| IDH | - Índice de Desenvolvimento Humano |
| IIRSA | -Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana |
| IPC | - Índice de Preços do Consumidor |
| MERCOSUL | - Mercado Comum do Sul |
| NAFTA | - North America Free Trade Agreement |
| OMC | - Organização Mundial do Comércio |
| ONU | - Organização das Nações Unidas |
| PEC | - Protocolo de Expansão do Comércio |
| PIB | - Produto Interno Bruto |
| PICE | - Programa de Integração e Cooperação Econômica |
| PNUD | - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PSI | - Processo de Substituição de Importações |
| SAM | - Secretaria Administrativa do MERCOSUL |
| SGT | - Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL |
| SML | - Sistema de Pagamentos em Moeda Local |
| TAMO | - Teoria das Áreas Monetárias Ótimas |
| TCN | - Taxa de Câmbio Nominal |
| TCR | - Taxa de Câmbio Real |

| | |
|---|---|
| TEC | - Tarifa Externa Comum |
| TM60 | - Tratado de Montevidéu 60 |
| TM80 | - Tratado de Montevidéu 80 |
| UE | - União Europeia |
| UNASUL | - União das Nações Sul-Americanas |
| UNCTAD | - United Nations Conference on Trade and Development |
| URC | - Unidade de Referência Cambial |
| VEC | - Vetor de Correção dos Erros |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO ..... 10**
**2 ASPECTOS TEÓRICOS DA INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA ... 15**
2.1 A teoria das Áreas Monetárias Ótimas ..... 15
2.2 A teoria política liberal ..... 25
2.2.1 Os regimes internacionais: a síntese de um debate ..... 26
2.2.2 A teoria baseada no interesse ..... 34
2.2.2.1 A teoria funcional ..... 35
2.2.2.2 A abordagem da estratégia situacional ..... 40
2.2.2.3 O modelo da barganha institucional ..... 44
2.3 Considerações Finais ..... 46
**3 O MERCOSUL ..... 50**
3.1 Antecedentes históricos ..... 50
3.2 O processo de formação do MERCOSUL ..... 53
3.3 A formação das instituições políticas no MERCOSUL ..... 57
3.3.1 Os mecanismos de solução de controvérsias. ..... 60
3.4 A formação das instituições econômicas no MERCOSUL ..... 62
3.5 O debate acerca das AMOs: o caso do MERCOSUL ..... 69
3.6 Considerações Finais ..... 78
**4 OS ASPECTOS EMPÍRICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ..... 82**
4.1 Indicadores de integração para o caso do MERCOSUL ampliado ..... 82
4.2 O modelo de simetria a choques ..... 89
4.3 Considerações Finais ..... 97
**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VISÃO POLÍTICA ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL ..... 100**
**REFERÊNCIAS ..... 110**
**ANEXOS ..... 119**
Anexo A – Teste de raiz unitária para a economia estadunidense ..... 119
Anexo A.1 – Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB estadunidense ..... 119
Anexo A.2 – Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB estadunidense ..... 120
Anexo B – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia argentina ..... 120
Anexo B.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB argentino ..... 120
Anexo B.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB argentino ..... 121
Anexo B.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real argentina ..... 122
Anexo B.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real argentina ..... 123
Anexo B.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia argentina ..... 124
Anexo C – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia brasileira ..... 125
Anexo C.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB brasileiro ..... 125
Anexo C.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB brasileiro ..... 125
Anexo C.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real brasileira ..... 126

Anexo C.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real brasileira ..... 127
Anexo C.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia brasileira ..... 128
Anexo D – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia uruguaia ..... 129
Anexo D.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB uruguaio ..... 129
Anexo D.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB uruguaio ..... 129
Anexo D.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real uruguaia ..... 130
Anexo D.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real uruguaia ..... 131
Anexo D.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia uruguaia ..... 132
Anexo E – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia venezuelana ..... 133
Anexo E.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB venezuelano ..... 133
Anexo E.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB venezuelano ..... 133
Anexo E.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real venezuelana ..... 134
Anexo E.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real venezuelana ..... 135
Anexo E.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia venezuelana ..... 136

# 1 INTRODUÇÃO

O período que se inaugura com o fim da Guerra Fria e marca o esfacelamento do Império Soviético e da própria União Soviética, e que se insere em um processo mais amplo de globalização, é apontado por Cervo (2006) como marco definidor de uma nova era, em que predomina o capitalismo em termos ideológicos (liberalismo), econômicos (domínio do mercado) e militar (superioridade dos Estados Unidos). A bipolaridade característica daquele enfrentamento exibia nítidos os contornos que delineavam o sistema internacional de Estados. Os traços mais preeminentes daquele sistema eram a nitidez de atos e a estabilidade intrínseca de sua estrutura (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003).

O fato histórico da queda do Muro de Berlim e os processos de regionalismo e globalização poriam termo àquele quadro de estabilidade, fazendo surgir uma nova realidade internacional, eivada de atores não estatais, atuantes para além de suas fronteiras políticas, cada vez mais difusas e porosas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). O paradigma do Estado-Nação e suas categorias de análise (Estados, fronteiras e guerra) tornar-se-iam menos rijos diante da emergência desses novos atores na política internacional (KEOHANE, 1984; RAPPORT, 1997) [1].

É bem sabido nos meios acadêmicos de Relações Internacionais, em geral, e de Ciências Econômicas, em particular, que os processos de regionalismo econômico e político são por demais importantes em um mundo de incertezas e acasos como aquele construído por ocasião do fim da era bipolar (VAZ, 2002). As principais forças que moldaram o fenômeno da globalização contemporânea têm dominado tendências recentes do processo de integração e cooperação econômica.

Tem-se associado comumente o conceito de globalização ao regime de comércio multilateral e ao movimento no sentido da redução das barreiras ao comércio de bens e serviços e à circulação financeira. Essa ideia estaria em consonância com a proposição de que o fenômeno da regionalização se oporia frontalmente ao da globalização; ou seja, a formação de blocos econômicos mais ou

[1] O tema da soberania possibilita um amplo debate em torno da existência ou não de comunidades políticas alternativas aos Estados-Nação, bem como da própria relevância daquelas no seio da comunidade internacional. Há ainda quem considere a soberania como um elemento negativo na relação entre Estados (KRASNER, 1999, 2001). Robert Jackson (1990) cunha o termo Estado falido para se referir aos dilemas enfrentados pelos Estados diante da proliferação de atores não estatais e ao advento da globalização.

menos fechados em si ultrajaria os princípios do multilateralismo, uma concepção que deve ser, portanto, abandonada de todo (OMAN, 1992).

A globalização, desde logo, entende-se como a aceleração dos fluxos de comércio de bens e serviços, da migração internacional e dos fluxos de capital - tangível e intangível. Trata-se de um movimento impulsionado por forças centrífugas e calcado em escolhas individuais microeconômicas, em que predomina a busca pelo lucro e o acirramento da competitividade (OMAN, 1992; SANTOS, 2009).

A regionalização, por sua vez, deve ser compreendia como o movimento mais ou menos acelerado de uma ou mais comunidades políticas no sentido da integração ou compartilhamento de suas soberanias (DEUTSCH, 1968) [2]. Esse movimento pode assumir formas institucionais distintas, e ser impulsionado, muitas vezes, por forças políticas.

Embora o processo de globalização seja regido por agentes microeconômicos e impulsionado por forças centrífugas, elementos diversos daqueles que moldam o processo de regionalização, vale destacar que ambos os processos não se antagonizam, podendo mesmo se complementar (OMAN, 1992).

A teoria econômica internacional postula que o grau de integração econômica pode variar de formas institucionais simples (da concessão de preferências tarifárias e compromissos de livre comércio à formação de uma união aduaneira) a formas mais complexas de integração regional (a criação de mercados comuns ou uniões econômicas, transcendendo a esfera meramente comercial e relevando a mobilidade de fatores de produção e coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais) (UNCTAD, 2007).

Empiricamente, o valor do comércio intra-regional relativo aos blocos em desenvolvimento tem aumentado rapidamente nos últimos vinte anos, não somente em termos absolutos, mas igualmente em termos relativos, se comparado ao valor

[2] Haas (1958, *apud* GEHRING, 1996) privilegia em sua análise das relações internacionais o domínio das forças políticas em processos de integração. A integração política estaria relacionada à emergência de uma nova comunidade política, entendida como um grupamento que devota maior lealdade, expectativas e atividades políticas a um nexo de instituições políticas supranacionais que reclamam jurisdição sobre Estados Soberanos consolidados (HAAS, 1964). Trata-se da formação de um sistema, em que o comportamento dos agentes, quando integrados, é alterado relativamente ao anterior à formação do agrupamento político, marcadamente interdependente (DEUTSCH, 1968; KEOHANE e NYE, 1977).

assumido pelo comércio extra-regional [3]. Isso sugere um potencial para o incremento e diversificação das exportações.

A atitude dos países em desenvolvimento em relação à integração regional tem derivado, dentre outros motivos: primeiramente, da posição que ocupam no sistema internacional; em segundo lugar, das suas experiências com a globalização e, por fim, da mudança da estratégia de desenvolvimento levada a efeito em período recente de sua história.

A Unctad (2007) aponta que as experiências de integração europeia e asiática têm posto em tela que um ambiente macroeconômico favorável à acumulação de capital pode ser substantivo no desencadear de uma dinâmica integrativa regional, ademais da construção de instituições que amparem o processo de integração [4].

Embora o crescimento no comércio intra-regional se tenha verificado firme no seio do Cone Sul, sobretudo, no engatinhar do processo de integração, pouco se tem avançado a integração econômica regional. Predomina ainda a forma institucional de uma união aduaneira incompleta, aparentemente "indisposta" a mudanças. O sonho da construção de uma moeda única parece esvair-se no horizonte próximo, exigindo cada vez mais, dos tomadores de decisão, atitudes firmes que façam avançar o desenvolvimento institucional do bloco.

---

[3] De maneira geral, o comércio intra-regional entre países em desenvolvimento tem-se expandido ao longo dos últimos anos. África, América Latina e Leste e Sudeste asiáticos, o percentual do comércio intra-regional no total do comércio tem aumentado desde, pelo menos, meados dos anos de 1980. Enquanto nestes o comércio intra-regional respondeu por cerca de 40 por cento no total do comércio, na América Latina flutuou no intervalo de 15 a 20 por cento, desde 1970 (UNCTAD, 2007).
O comércio intra-regional entre os quatro membros do bloco cresceu rapidamente nos anos iniciais do esforço de integração (1990-1998). Isso se deu não somente como o resultado do processo de integração em si, como também da demanda reprimida por importações na região.
A Unctad (2007) aponta um crescimento de 8,9% em 1990 para 25,0% em 1999 no valor das exportações intra-regionais, apesar da contração verificada no ano de 2002 em 11,%. Com a recuperação econômica verificada em anos posteriores, as exportações intra-regionais se expandiram mais rapidamente que as exportações médias. As importações intra-regionais, por seu turno, mostraram-se mais estáveis, na casa dos 20%, uma vez que houve uma equiparação no comércio de importação intra e extra-regional.

[4] A crise financeira na região do euro, explicitada após a eclosão da crise do *subprime* em 2007-2008, reforça a importância da coordenação de políticas e da integração na área fiscal como forma de dar sustentação ao regime monetário criado com o surgimento da moeda única e meio de se pôr termo à atual crise. Nesse sentido, defende-se o reforço da integração orçamental e fiscal no bloco, proposta que é propalada pelos principais líderes do bloco europeu, Alemanha e França, o que implicaria maior transferência de autonomia ao bloco supranacional. Discute-se ainda a criação de uma união fiscal na Europa, bem como a reformulação do tratado de integração. As propostas sugeridas devem incluir desde um maior controle sobre as contas dos países que usam o euro, a mecanismos de punição e sanção a governos que desrespeitem a lei do equilíbrio fiscal.

Calcados nos cânones da TAMO, trabalhos recentes [5] sugerem a inexistência de uma Área Monetária Ótima (AMO) no âmbito do MERCOSUL, apontando diversos aspectos que corroboram esses resultados [6]. Nesse contexto, questiona-se aqui se os critérios estabelecidos pela TAMO são suficientes para viabilizar a construção de processos robustos de integração e cooperação econômica no caso do MERCOSUL.

Assume-se a hipótese de que os elementos de convergência econômica estabelecidos pela TAMO sinalizam pré-condições necessárias, porém insuficientes, para a conformação de um ambiente propício à integração regional. Dessa maneira, este trabalho procura contribuir para a discussão dos aspectos institucionais associados à dinâmica da integração. Procura-se responder a um rol de questões que extrapolam o horizonte conceitual da TAMO, quais sejam:

(1) De que maneira a baixa institucionalização [7] do MERCOSUL contribui para a não constituição de uma AMO?
(2) A densidade institucional aumenta a probabilidade de formação de uma AMO?
(3) Um dos caminhos para a formação de uma AMO seria o aumento da institucionalização?
(4) Em que pode contribuir o pensamento político liberal para o debate da integração econômica no MERCOSUL ampliado?
(5) Instituições podem influir no nível de incerteza e confiança dos atores envolvidos em esforços de integração econômica?

[5] Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema, ver: Arestis e Paula (2003), Arora (1999), Arroyo (2002), Bayoumi e Eichengreen (1994), Berg (2002), Castro e Souza (2001), Dorucci (2002), Eichengreen (1998), Giambiagi (1997, 1998, 1999), Giambiagi e Barenboim (2002), Levy-Yeyati e Sturzenegger (2000), Licandro-Ferrando (2000), Rigolon e Giambiagi (1999) e Sarriera, Cunha e Bicharra (2010).

[6] A baixa mobilidade dos fatores de produção, a divergência macroeconômica, a baixa institucionalização do bloco e a ausência de vontade política.

[7] A institucionalização é entendida como o grau de aprofundamento da integração institucional em direção à total integração econômica. Compreende cinco passos institucionais: a área de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum, a união econômica e a integração econômica total, em que instâncias supranacionais têm poder de ingerência sobre a condução da política econômica (DORUCCI *et al*., 2002). Avançar o processo de institucionalização é dirimir a predominância de órgãos unânimes e consensuais, fazendo predominar a vontade da maioria (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

O presente estudo buscará enriquecer o debate acerca do processo de integração e cooperação econômica, no âmbito do MERCOSUL, salientando o domínio do político (institucional). Dessa forma, o liberalismo das instituições em muito enriquecerá a análise. Será introduzido o conceito da anarquia internacional e as implicações dessa natureza ambiental para o aprofundamento da integração e cooperação econômica. Os regimes internacionais seriam intervenientes no comportamento dos atores estatais pretendentes a uma união monetária?

Além desta Introdução, a dissertação segue a seguinte estrutura. O capítulo dois expõe os aspectos teóricos da integração econômica. Serão privilegiadas duas esferas de análise, a econômica e a política. A primeira analisa a TAMO, desde as publicações clássicas de Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kennen (1969) aos corolários desenvolvidos por Frankel e Rose (1997), Mundel (1997), Obstfeld e Rogoff (1996), Alesina e Barro (2002) e Rose e Engel (2002). A segunda constitui análise da teoria política liberal dos regimes, a partir do esforço empreendido por Krasner (1983). Ademais da exposição desse conceito, serão abordadas três teorias baseadas no interesse: o funcionalismo, o estruturalismo situacional e, por fim, a barganha institucional.

O terceiro capítulo avalia a evolução institucional do esforço de integração do Cone Sul, valendo-se ainda daquelas duas esferas de análise. As variáveis econômicas institucionais compreendem o esforço até então empreendido para a construção de instituições econômicas, monetárias e financeiras, no âmbito do MERCOSUL. As variáveis políticas institucionais serão aquelas de natureza jurisdicional e que constituem o mecanismo institucional de tomada de decisão.

A avaliação empírica, contida no quarto capítulo, será empreendida em duas etapas. A primeira será de natureza meramente descritiva, baseada nos caracteres da TAMO, para o MERCOSUL ampliado [8], e a segunda de natureza econométrica, a partir da construção de um modelo de simetria a choques, para MERCOSUL+1 [9].

Por fim, a título de conclusão, confluem-se os resultados obtidos em capítulos anteriores a fim de se alcançar uma visão política acerca do processo de integração e cooperação econômica no MERCOSUL.

[8] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
[9] Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

# 2 ASPECTOS TEÓRICOS DA INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA

## 2.1 A teoria das Áreas Monetárias Ótimas

A temática da integração monetária e financeira tem ganhado espaço na agenda de governos, na medida em que se espraiam, pelo globo, esforços de integração em nível regional. Desde a crise asiática de 1997, a questão do molde que deve assumir a arquitetura financeira internacional tem estado presente nos debates políticos (OCAMPO, 2006; CULPEPER, 2006).

Desses debates depreende-se que os serviços prestados pelas instituições financeiras internacionais são insuficientes, principalmente em se tratando dos vínculos crescentes criados pelo processo de globalização contemporânea (ROSALES, 2010).

Dentre os “bens públicos globais”, e cuja provisão se faz insuficiente, encontram-se a estabilidade macroeconômica e financeira e os mecanismos para se evitar e controlar crises financeiras. Desse modo, a importância das instituições regionais vem sendo subestimada, marginalizando-se o papel que os regimes financeiros regionais podem desempenhar no bojo da arquitetura financeira internacional.

A inadequada atenção prestada aos regimes financeiros regionais surpreende pelo menos por três razões: em primeiro lugar, a nova onda de globalização coincide com um processo de regionalismo aberto; em segundo lugar, em anos posteriores à Segunda Guerra mundial, a Europa demonstrou as virtudes da cooperação regional e, por fim, os bancos regionais de desenvolvimento têm sido reconhecidos como um importante componente da institucionalidade internacional desde os anos de 1960 (OCAMPO, 2006).

Uma institucionalidade regional eficiente e uníssona pode promover: em primeiro lugar, o fomento ao comércio intra-regional de bens e serviços, em segundo lugar, a ampliação da infraestrutura regional, em terceiro lugar, a coesão social e, por fim, a redução das assimetrias de caráter estrutural e conjuntural (ROSALES, 2010).

Ocampo (2006) desenvolve quatro argumentos em favor das instituições financeiras regionais que visem fortalecer a arquitetura financeira internacional: em primeiro lugar, a globalização atual é também um processo de regionalismo aberto. Segundo a Unctad (2007), o comércio intra-regional e os fluxos de investimento têm aumentado em razão de processos de integração regional, impulsionados tanto pela política como pela ação dos mercados.

Verifica-se que, a partir da década de 1980, as crises financeiras internacionais têm demonstrado forte ímpeto contagiante, afetando conjuntamente os países de uma mesma região. A existência de crescentes interligações, advindas do processo de globalização recente, serve para argumentar em favor de políticas e instituições capazes de proteger as distintas regiões das crises financeiras.

Assim, os fundos regionais de reservas e acordos regionais de crédito podem atuar como mecanismos amortecedores de crises, dirimindo o seu impacto sobre uma região. O aumento dos vínculos regionais também significa que os bancos regionais de desenvolvimento e outros mecanismos regionais voltados ao financiamento, como fundos fiscais, podem promover apoio aos investimentos em infraestrutura regional e na provisão de outros bens públicos regionais.

Em segundo lugar, a heterogeneidade econômica, política e social da comunidade internacional sinaliza que as instituições mundiais e regionais podem desempenhar funções complementares, “subsidiando” a pouca efetividade da arquitetura financeira internacional. Nesse particular, seria possível a instituições regionais e sub-regionais a possibilidade de melhor perceber e responder às necessidades e demandas regionais.

Em terceiro lugar, a constituição de instituições financeiras regionais pode ser benéfica à prestação de serviços aos países pequenos e medianos, tendo em vista seu tamanho e força de negociação relativamente aos países grandes.

Para aqueles países, o acesso a um conjunto diverso de alternativas pode implicar maior possibilidade de financiamento ao desenvolvimento econômico, bem como a possibilidade de se administrar uma crise de larga repercussão.

E, por fim, as instituições financeiras regionais e sub-regionais despertariam um maior sentimento de pertencimento, uma vez que os Estados membros perceberiam que tais instituições levariam em conta suas necessidades, sobretudo as dos países pequenos e medianos.

A cooperação financeira regional também enfrenta sérios dilemas que não devem ser negligenciados, sobretudo os relacionados à viabilidade e sustentabilidade de longo prazo dos arranjos institucionais, quais sejam: (i) a capacidade de um determinado grupo de países em desenvolvimento em prestar os serviços financeiros requeridos pela região; (ii) a necessidade de se assegurarem instituições regionais sólidas e (iii) que haja distribuição equitativa das benesses oriundas da integração regional.

Ainda que o sentimento de pertencimento justifique a emergência e permanência de acordos regionais, de nada valeria se as instituições regionais e sub-regionais fossem débeis perante os membros mais fortes (OCAMPO, 2006). Daí que considerações políticas sejam igualmente substantivas no processo de desenvolvimento institucional. A integração regional pode ser considerada um processo político, e sua debilidade pode ser uma resultante da falta de vontade política de se criarem instituições regionais fortes (TEUNISSEN, 1998).

É importante ressalvar que a existência de condições objetivas inerentes ao próprio processo de construção institucional é igualmente válida, a exemplo da disponibilidade de recursos financeiros e capitais destinados à implementação de instituições.

Segundo Wyplosz (2006), uma vez que a integração regional pressupõe perda de ingerência dos instrumentos de política macroeconômica, é necessário que se desenvolva confiança ao longo do tempo. Nesse sentido, deve-se levar em consideração o poder relativo das nações maiores, para que não venham enfraquecer as instituições regionais pela disputa de poder. Considerando-se a presença de economias de aglomeração, é possível que a integração monetária e financeira possa beneficiar os países maiores, não produzindo convergência macroeconomia na região.

Culpeper (2006) também aborda a temática da reforma financeira internacional, acentuando que esse projeto foi descartado de todo da agenda internacional. Recomenda a criação e fortalecimento de instituições regionais, cujo objetivo seja a prevenção ou alívio a crises que possam afetar os vários países pertencentes ao mundo em desenvolvimento. Para que isso ocorra, é necessário que se harmonizem as demandas dos países em desenvolvimento e sua capacidade de prestar os serviços financeiros correspondentes.

A existência de países industrializados ou economias de mercados emergentes dentro de uma região é essencial para uma adequada cooperação financeira, uma vez que oferecem um volume de poupança crescente e despertam maior confiança quanto à capacidade de solvência dos países da região.

A despeito de sua importância, os acordos regionais seguem dando lugar a controvérsias, tendo em vista a crítica que se empreende pelo *establishment* em considerá-los ameaça ao sistema multilateral de comércio. Essa crítica não deve prevalecer, pois: em primeiro lugar, inexiste um sistema monetário internacional, pelo menos desde o sistema de *Bretton Woods*, sendo cada país, ou bloco de países, livre para determinar o regime que lhe for conveniente; em segundo lugar, os acordos regionais existentes não incitam um comportamento coletivo negativo face aos demais países e, por fim, os acordos regionais diminuem o risco de crises cambiais e podem culminar na conformação de uma moeda única (WYPLOSZ, 2006).

A união monetária, etapa última do processo de integração econômica, tem suscitado debates em torno dos critérios e mecanismos a partir dos quais tais arranjos podem ser construídos. Um grande esforço tem sido empreendido desde a publicação do trabalho seminal de Mundell (1961), fomentando debate que se estende hodiernamente.

Mundell (1961) foi o primeiro a propor a constituição de uma AMO, um domínio dentro do qual as taxas de câmbio flexíveis são mais efetivas ou definidas. Segundo o autor, as taxas de câmbio flexíveis seriam mais efetivas como mecanismo de ajuste a desequilíbrios macroeconômicos - desemprego, inflação e desajustes no balanço de pagamentos (BP).

Sua estrutura teórica constrói-se sobre um modelo hipotético em que dois países, A e B, especializados na produção de um bem, recebem um choque de demanda. Supõe-se inicialmente que os países conformam uma dada região, e que a demanda do país B se desloca para a produção de A, gerando desemprego e déficit no BP em B, e inflação e superávit no BP em A.

Com salários nominais rígidos, movimentos na taxa de câmbio - desvalorização cambial em B e valorização cambial em A - retomarão o equilíbrio macroeconômico. No entanto, se as duas regiões não conformarem os países A e B, a política macroeconômica se encontrará em um dilema, pois se o país A retrair a oferta de moeda para corrigir a inflação, o desemprego permanecerá em B, e se, em

contrário, o país B expandir a oferta de moeda para corrigir o desemprego, a inflação persistirá em A.

Havendo duas moedas nacionais, o sistema de taxas de câmbio flexíveis não seria efetivo no que toca a estabilização do emprego e inflação. As taxas de câmbio flexíveis só seriam efetivas se as moedas nacionais fossem substituídas por outra regional. Sendo os salários nominais rígidos, apenas a mobilidade geográfica do fator trabalho seria capaz de substituir o mecanismo cambial de ajuste.

McKinnon (1963) utiliza o termo ótimo para designar uma área monetária dentro da qual as políticas fiscal e monetária e as taxas de câmbio flexíveis são usadas para confluir três objetivos, por vezes conflitantes: (i) a manutenção do pleno emprego; (ii) o equilíbrio no BP e (iii) a manutenção de um nível de preços interno estável.

Discute-se a influência do grau de abertura de uma economia, medido pela relação entre os bens comercializáveis e não comercializáveis. Aqueles entendidos como todos os bens que podem circular no comércio entre fronteiras e estes como os bens não passíveis de transporte.

Entende o autor, como exportáveis os bens que são produzidos domesticamente e, em parte, exportados, e os importados, os que são produzidos internamente e importados. O excesso dos bens exportáveis sobre os exportados dependerá diretamente do volume de consumo doméstico. O excesso de importáveis sobre as importações dependerá da natureza das importações especializadas.

Mckinnon (1963) discute, em um primeiro momento, a influência do grau de abertura da economia sobre a estabilidade macroeconômica, tendo em mira a estabilidade interna de preços. Dessa forma, os preços domésticos dos produtos comercializáveis relacionar-se-ão mais intensamente aos preços internacionais por meio da taxa de câmbio do que os preços domésticos dos não comercializáveis. Assim, a política econômica doméstica terá pouco efeito sobre os “termos de troca”.

Em uma economia aberta, o grau de abertura variará de acordo com o que se é produzido e consumido domesticamente, e isso dependerá do volume dos bens comercializáveis, isto é, dos preços internacionais. Flutuações na taxa de câmbio não serão compatíveis com a estabilidade interna de preços. Dessa maneira, o BP estará equilibrado de acordo com o grau de contenção dos gastos domésticos.

À medida que a economia se torna mais exposta ao estrangeiro, pelo componente comercializável, um sistema de taxas de câmbio flexíveis perde sua efetividade enquanto mecanismo de controle do BP e nível de preços. Em uma economia grande e fechada, em que o volume dos bens não comercializáveis é elevado relativamente aos termos de troca, os arranjos monetários ótimos poderiam atrelar-se à moeda doméstica, isto é, aos preços dos bens não-comercializáveis, podendo valer-se da taxa de câmbio para melhorar o BP dos bens comercializáveis.

Se a região for pequena, isto é, com uma proporção de comercializáveis maior, sendo os preços domésticos fortemente atrelados aos preços internacionais, a taxa de câmbio não será efetiva para garantir o equilibrio do balanço de pagamentos.

Ao analisar pequenas áreas, Mckinnon (1963) argui que quando o comércio é de grande vulto, ao atrelar-se a moeda nacional a uma cesta de importações, as moedas estarão interligadas umas às outras. O movimento de capitais entre pequenas áreas seria uma variável importante para se promover a especialização econômica e o crescimento econômico, sendo a moeda única um facilitador desse movimento.

Kennen (1969), por sua vez, qualifica o critério mundelliano de mobilidade do fator trabalho no que respeita a formação de uma AMO, uma vez que a mobilidade perfeita de mão de obra raramente existe. Nesse sentido, outros critérios devem ser levados em consideração se o objetivo for a adoção de um regime cambial. A opção pelo regime cambial deve-se respaldar no grau de diversificação da economia.

Uma economia diversificada estaria menos vulnerável a alterações bruscas nos seus termos de troca, quando da diminuição na demanda estrangeira, e o desemprego seria menor. Possíveis flutuações no nível de demanda por exportações em uma economia diversificada diminui a possibilidade de transmissão de choques e dirime seus impactos sobre as economias domésticas.

Em um economia diversificada, o investimento agregado pode não variar tanto, quando houver um deslocamento na demanda por exportação, uma vez que o aumento na demanda por exportação pode elevar os investimentos nessa atividade sem prejudicar os investimentos nas demais atividades, dependendo do volume de capital empregado na indústria e das expectativas dos investidores quanto à duração do choque de demanda. A diversificação das exportações tende a proteger a economia contra choques externos e estabilizará a formação de capital interna.

A mobilidade interna de fatores, tal como em Mundel (1961), não deixa de ser uma afirmação válida, pois uma vez sendo a economia nacional diversificada, o número de oportunidades de emprego se elevará.

A partir do trabalho de Mundell (1961), a literatura sobre a integração monetária e financeira vem ganhado volume. Em geral, quatro aspectos inter-relacionados e que subjazem aos potenciais entrantes em uma AMO, têm sido enfatizados: em primeiro lugar, o tamanho do comércio entre os países; em segundo lugar, a similaridade a choques e ciclos de negócios; em terceiro lugar, o grau de mobilidade dos fatores de produção e, por fim, o sistema de transferência fiscal.

A propensão à constituição de uma AMO variará de acordo com a satisfação a esses critérios. Frankel e Rose (1997) investigam a relação entre o nível do comércio internacional e a similaridade do ciclo de negócios. Apesar de os critérios da TAMO dependerem de um conjunto de condições econômicas *a priori*, a correlação entre o nível de comércio internacional e o ciclo de negócios deve ser considerada endógena, uma vez que os critérios da TAMO são endógenos. Nesse sentido, o comércio internacional mais intenso pode afetar a natureza dos ciclos de negócios nacionais.

Segundo os autores, a correlação do ciclo de negócios entre países depende da integração do comércio. Apesar de ser tratada como parâmetro, a integração muda ao longo do tempo, podendo mesmo ser afetada pela variável política. Do ponto de vista teórico, um comércio internacional mais intenso pode resultar em ciclos de negócios mais correlacionados. Os ciclos de negócios podem a principio se tornar mais idiossincráticos em razão da sensibilidade a choques industriais.

Entretanto, se choques de demanda (ou outros choques exógenos) predominam, ou o comércio intraindústria responde pela maior parte do comércio, o ciclo de negócios pode se tornar mais similar entre os países quando o comércio é mais intenso entre si.

Dessa forma, a análise empírica com o propósito de verificar se determinada região conforma uma AMO deve ser tida por insuficiente, uma vez que os critérios são conjuntamente endógenos. A abertura é um critério para a constituição de uma AMO, uma vez que um volume maior de comércio leva a maiores economias nos custos de transação e menores riscos associados às diferentes moedas.

Ademais, uma alta propensão marginal a importar, associada a uma economia aberta, reduz a variabilidade do produto e a necessidade de uso da

política monetária doméstica, já que a abertura age como um estabilizador automático (FRANKEL e ROSE, 1997).

Mundell (1997) defende a adoção de uma moeda única, por diferentes países com estruturas econômicas semelhantes, como uma estratégia para aprofundar o processo de integração econômica. Um conjunto de circunstâncias deve ser levado em consideração caso um país queira fazer parte de uma união monetária, dentre os quais:

(i) O ganho de inflação de uma área monetária;
(ii) A redução nos custos de transação no comércio com os parceiros maiores;
(iii) A eliminação dos custos de fronteira associados à impressão e manutenção de uma moeda nacional;
(iv) A participação em uma área com poder de compra coletivo;
(v) O estabelecimento de uma âncora para a política monetária, em torno da qual as expectativas convirjam;
(vi) A remoção da discricionariedade das autoridades, monetária e fiscal;
(vii) O estabelecimento de um mecanismo de disciplina monetária e fiscal;
(viii) A criação de um mecanismo “supranacional” contra choques externos;
(ix) A participação mais ampla em um mercado de capitais regional;
(x) O estabelecimento de uma moeda que se faça concorrer com o dólar e o euro;
(xi) O estabelecimento de um bloco econômico de força que tenha mais poder nos foros econômicos internacionais;
(xii) A participação na restauração de um sistema monetário reformado.

Por outro lado, as razões que não devem ser consideradas “atraentes” aos possíveis entrantes, seriam, principalmente:

(i) Uma inflação diferente da pretendida pela área monetária;
(ii) O usufruto da taxa de câmbio como política de emprego, para aumentar ou reduzir salários;
(iii) O usufruto da taxa de câmbio como instrumento para capturar emprego dos vizinhos;

(iv) Se, sendo um país grande, não desejar que um “vizinho beligerante” disponha de vantagens advindas do tamanho do mercado da área monetária ou porque tema que a incorporação de outro país prejudique a política macroeconômica nacional;
(v) O usufruto da oferta de moeda para financiar os gastos do governo;
(vi) A perda de ingerência sobre as políticas monetária e cambial;
(vii) Os parceiros em uma união monetária são politicamente instáveis;
(viii) Os parceiros são relativamente mais pobres e irão esperar uma transferência monetária maior;
(ix) Os parceiros não irão aceitar o grau de integração econômica implícito em um acordo de integração monetária, a exemplo dos fluxos de imigração.

Obstfeld e Rogoff (1996) mencionam ainda dois outros benefícios de uma união monetária: primeiramente, a redução nos custos de contabilidade e previsão dos preços relativos para firmas que fazem negócio na região e, por fim, o isolamento diante de distúrbios monetários e bolhas especulativas que possam levar a flutuações temporárias nas taxas de câmbio reais.

Alesina e Barro (2002) destacam que recentemente a questão da união monetária vem à baila já que se tem assistido ao aumento no número de países independentes que, até recentemente, têm levado ao aumento unilateral do número de moedas.

Da mesma maneira, a memória inflacionária das décadas de 1970 e 1980, que trouxe à luz a importância do controle inflacionário, por meio da adoção de uma moeda estrangeira ou da manutenção de um *currency board*, instrumentos considerados mais criveis que a simples fixação da taxa de câmbio, e os recentes episódios de turbulência financeira têm promovido discussões em torno da construção de uma nova arquitetura financeira internacional.

Segundo os autores, duas formas de união monetária podem ser depreendidas: a primeira, em que “países clientes”, geralmente pequenos, adotam a moeda de um grande país âncora e a segunda, em que um grupo de países cria uma nova moeda e um banco central comum.

A decisão de um país em fazer parte de uma união monetária deve ser considerada não apenas em uma situação aplicável *ex ante*, mas igualmente em condições econômicas que se aplicam *ex post*. Alesina e Barro (2002) afirmam que

a constituição de uma AMO pode ser benéfica: em primeiro lugar, pelo efeito fronteira.

As fronteiras de um país importam para o fluxo de comércio, mesmo quando não haja restrições explícitas em curso. Esse fato é constatado pelo volume de comércio entre regiões pertencentes a uma mesma nação. A eliminação dos custos de fronteira, uma vez que fronteiras implicam diferentes moedas, pode ter um grande efeito sobre o comércio. Desse modo, países que comercializam mais tendem a obter maiores ganhos, adotando uma mesma moeda;

E, por fim, uma AMO produz comprometimento. Um sistema de taxas de câmbio fixas, se crível, pode atingir o mesmo nível de comprometimento de uma união monetária. Entretanto, os custos de rompimento de uma união monetária são relativamente maiores que os associados a um sistema de taxas de câmbio fixas, tornando a adoção de uma moeda única mais crível.

Por outro lado, a adoção de uma moeda única implica perda de ingerência sobre os instrumentos de política econômica. De outra maneira, as políticas monetária e cambial seriam instrumentais ao objetivo de se estabilizar o ciclo de negócios e as flutuações do produto. Se o ciclo de negócios entre os países for altamente correlacionado, maior a probabilidade de a política monetária comum surtir efeito concomitante.

Da mesma forma, o movimento conjunto de preços e produto é um indicativo da possibilidade de aprofundamento da integração econômica, visto que o custo de se abdicar da soberania da política monetária será menor. Alesina e Barro (2002) destacam ainda que o volume de comércio bilateral pode ser explicado por variáveis geográficas, tais como a distância entre os países, física, linguística e jurisdicional. Variáveis dessa natureza podem influenciar o movimento conjunto de preços e produto, e, em última instância, os custos e benefícios de uma união monetária.

Finalmente, é interessante sublinhar a contribuição de Rose e Engel (2002), em estudo sobre evidências de AMOs. Segundo os autores, os membros de uma área monetária são mais abertos ao comércio internacional, não obstante menos especializados que países do mesmo tamanho e não pertencentes a uma *currency area*. Isso significa que os países membros são mais integrados no comércio multilateral, tendo em vista a existência do efeito fronteira.

Outras características que delineiam os membros de uma AMO e que devem ser destacadas: primeiramente, o volume de comércio mais significativo que o de

países considerados isoladamente; em segundo lugar, uma menor volatilidade da taxa de câmbio e, por fim, os ciclos de negócios mais sincronizados.

Concluem os autores que os membros de uma união monetária são economicamente mais integrados que aqueles não pertencentes a ela, não obstante a integração se verifique mais intensa quando há forte coesão (integração) política entre os países.

Finda a análise dos aspectos econômicos da integração econômica, a seção seguinte esclarece a faceta política do processo de integração. Para tanto, serão analisadas três abordagens, não excludentes, da temática em tela, que se convencionou chamar de liberalismo das instituições. Dessa maneira, a teoria política liberal, em sua vertente baseada no interesse, será exposta em três partes.

Em um primeiro momento, a teoria funcional, contida, sobretudo, nas contribuições de Robert O. Keohane (1983, 1984, 1988). Em um segundo momento, a abordagem da estratégia situacional, que, por meio do instrumental da Teoria dos Jogos, percebe a natureza do sistema internacional como diversa. E, por fim, o modelo da barganha institucional, desenvolvido por Oran Young (1989).

## 2.2 A teoria política liberal

A literatura liberal relativa ao fenômeno das relações internacionais é rica e multifacetada. Seu edifício intelectual é constituído de estruturas de pensamento que variam desde a concepção do Estado como o ator mais importante do sistema internacional, ao papel desempenhado por organizações internacionais e empresas globais.

A tradição liberal clássica, que encontra suas raízes, pelo menos, nas contribuições de Adam Smith (1776/1996) e John Stuart Mill (1848/1996), deu origem a estruturas de pensamento acerca do papel que indivíduos, Estado e instituições desempenham na sociedade, doméstica e internacional. Percebendo o caráter anárquico e conflituoso do sistema internacional, muitos de seus proponentes acreditavam na possibilidade de mudança dessa estrutura.

Nesse sentido, o livre comércio, a democracia e as instituições internacionais, amparadas pelo Direito Internacional, atuariam como catalisadores do processo de

cooperação, promovendo a paz e a ordem entre os povos. O uso da razão levaria nações, outrora beligerantes, a um mundo mais cooperativo e menos conflituoso, possibilitando o nascimento de organismos supranacionais, cuja esfera de ação transcenderia o espaço doméstico.

Trata-se de um universo complexo e interdependente (KEOHANE e NYE, 1977). As características dessa interdependência se consubstanciam, em primeiro lugar, na existência de múltiplos canais de comunicação e negociação, em que contatos formais e informais são estabelecidos por um vasto espectro de atores; em segundo lugar, na utilidade decrescente do uso da força, e, por fim, na multiplicidade de questões, igualmente ordenadas, da agenda internacional.

Muitos dos princípios liberais clássicos continuam a influenciar a pesquisa acadêmica em Economia e Relações Internacionais. O foco no individuo e sociedade que organiza e constrói, a defesa do livre comércio e do "republicanismo democrático" são temas recorrentes na agenda de pesquisa dessa linhagem intelectual que há muito se delineia no pensamento ocidental.

Contudo, a crença na institucionalização da sociedade internacional como requisito para o seu ordenamento é o tema que será tratado neste capítulo, valendo-se da abordagem dos regimes internacionais, aqui percebidos como variáveis intervenientes no comportamento dos atores políticos internacionais.

Esclarecidos os fundamentos gerais da teoria liberal, o estudo se principiará com a análise do conceito de regimes internacionais, em seus vários matizes, buscando expor, além do conceito em si, a importância das instituições internacionais, seu nascedouro, permanência e declínio, bem como o debate acadêmico norteador da linha mestra do pensamento neoliberal.

Em seguida, far-se-á uma exposição da teoria baseada no interesse ou neoliberal, explanando as abordagens que a compõem, a saber, a teoria funcional, a abordagem da estratégia situacional e, por fim, o modelo da barganha institucional.

### 2.2.1 Os regimes internacionais: a síntese de um debate

Desde logo, os regimes internacionais devem ser entendidos e estudados como instituições internacionais e jamais confundidos com organizações

internacionais, muito embora na prática certas organizações internacionais sejam construídas para dar suporte e sustentação aos regimes. A diferença mais substantiva reside no fato de que os regimes internacionais não possuem capacidade de ação ou resposta a eventos internacionais, tal como o fazem as organizações internacionais (HASENCLEVER, MAYER e RITTBERGER, 1997). Os regimes por definição são restritos a uma determinada área temática, ao passo que as organizações internacionais são *grosso modo* multilaterais.

O conceito clássico de regimes internacionais remonta, pelo menos, ao trabalho de Ruggie (1975), em que se é definido como um conjunto de expectativas mútuas, regras, regulações, entendimentos, confluência organizacional e comprometimentos financeiros, aceitos pelos Estados nas relações internacionais.

De acordo com a visão convencional [10], desenvolvida a partir da contribuição de Ruggie (1975), os regimes internacionais são um conjunto implícito ou explícito de normas [11], regras [12], princípios [13] e procedimentos de decisão [14] em torno dos quais convergem as expectativas dos agentes em uma determinada área temática[15] das relações internacionais (KRASNER, 1983, p. 2, tradução nossa).

Dessa maneira, os regimes internacionais tornam-se variáveis intervenientes que medeiam as variáveis causais básicas, por um lado, e os resultados e comportamentos, por outro, conforme explicita o Quadro 1. Diferem, entretanto, dos acordos *ad hoc*, que podem ser solapados de acordo com mudanças na esfera do poder; consequentemente, a existência dos regimes implica práticas densamente enraizadas e de longa duração.

---

[10] O termo convencional refere-se ao consenso em torno do qual se firma a noção de regimes internacionais, no ano de 1982, por ocasião da conferência que daria origem à edição especial do periódico *International Organization*, cujo mote fora a temática institucional.

[11] Padrões de comportamento delimitados em termos de diretos e obrigações das partes.

[12] São as prescrições e proscrições que delineiam a ação.

[13] Expectativas compartilhadas acerca de fatos e comportamentos.

[14] Práticas prevalecentes que promovem escolhas coletivas.

[15] A discussão acerca das áreas temáticas é referida nos trabalhos pioneiros de David Mitrany. A abordagem funcionalista sugere a construção de uma nova ordem internacional baseada na cooperação transnacional e no aprofundamento da integração regional. O termo funcionalismo encerra a fórmula de que a estrutura e o funcionamento de uma organização internacional (organização funcional) se determinam pela função que a instituição desempenha (NOGUEIRA E MESSARI, 2005). Parte-se do princípio de que a cooperação internacional se principia pela administração técnica de problemas transnacionais e, por conseguinte, do transbordamento *ad hoc* de arranjos funcionais eficientes (*spill over efect*), replicando a experiência para as demais esferas de cooperação. Os funcionalistas desvinculam a noção de criação de arranjos técnicos da de projetos políticos impulsionadores da cooperação. Essa visão defende a separação do universo da política do da técnica para a conformação da institucionalização das relações internacionais (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003).

QUADRO 1 - OS REGIMES INTERNACIONAIS
Variáveis Causais Básicas → Regimes → Resultados e Comportamentos
FONTE: O AUTOR COM BASE EM KRANSER (1983)

Diferentes teorias sublinham diferentes variáveis causais básicas, o que implica diferentes visões acerca dos papeis que os regimes internacionais podem desempenhar. Krasner (1983) assinala três grandes orientações teóricas: o estruturalismo, o neoliberalismo e o grocianismo.

Os estruturalistas postulam que os regimes internacionais constituem-se em *epifenômenos*, conformados a partir das relações de poder. A principal variável causal, para os seus proponentes, é o poder político, usado tanto para o bem comum - na provisão de bens coletivos - quanto para a consecução de interesses particulares - na distribuição de ganhos advindos da distribuição desigual de poder. Dessa forma, os regimes seriam a resultante da hegemonia ostentada por um determinado Estado. Diante do declínio de poder do *hegemon*, o regime se enfraqueceria e definharia.

Strange (1983) destaca-se como a referência crítica à terminologia e ao seu emprego. Em seu estudo primaz intitulado *Cave! Hic dragones: a critique of regime analysis*, a autora tece severas críticas à formulação tão controvertida de regimes internacionais proposta por Stephen Krasner (1983).

A primeira crítica sugere que o estudo acerca de regimes não passa de uma moda acadêmica passageira, tributária do esforço de acadêmicos estadunidenses em tornar a política internacional uma ciência homogenia. A segunda assinala a imprecisão do conceito, tornando-se um campo fértil de discussão em decorrência das diversas possibilidades de interpretação que a terminologia enseja.

A terceira destaca a polissemia do termo, por vezes carregado de valores. A quarta enfatiza o caráter estático do conceito que não apreende o dinamismo da política internacional, nos termos da anarquia. E, por fim, a quinta crítica ressalta o fato de os estudos de regimes sobrevalorizarem os aspectos positivos da cooperação internacional e subvalorizarem os seus aspectos negativos.

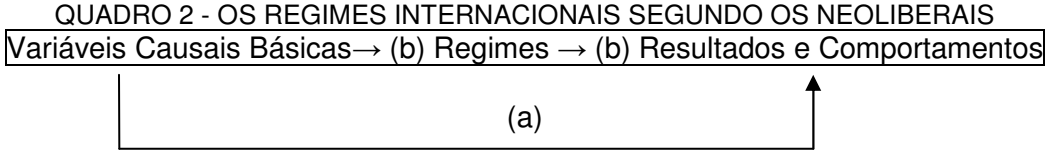
Mearsheimer (1995), ao fazer referência ao caráter vago e impreciso do termo, define instituições internacionais como um nexo de regras que moldam a maneira pela qual os Estados competem e cooperam entre si, proscrevendo e prescrevendo certos tipos de comportamento.

As regras são negociadas e estipuladas pelos Estados e promovem um reconhecimento coletivo das normas - padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. Sua ação se consubstancia a partir da formalização de acordos, sob os auspícios de uma organização internacional. Não são as organizações internacionais *per si* que compelem os Estados a respeitarem as regras, senão a vontade própria desses atores políticos em respeitá-las. Desse modo, o papel que os regimes internacionais desempenham é o mínimo para explicar o comportamento da política internacional.

Os neoliberais, por sua vez, apregoam que os regimes internacionais são resultantes de acordos voluntários, visando solucionar conflitos de diferentes naturezas. Para essa corrente, a principal variável causal é o comportamento egoísta, isto é, a perseguição individual de ganhos absolutos, pelos Estados. A função básica de um regime seria a de coordenar o comportamento estatal em uma determinada área temática das relações internacionais.

Sua emergência se dá quando um resultado eficiente do ponto de vista *paretiano* não é alcançado, por meio dos cálculos egoístas promovidos pelos Estados. Desse modo, os neoliberais veem os regimes como variáveis intervenientes somente sob certas circunstancias (a seta (b) no Quadro 2).

QUADRO 2 - OS REGIMES INTERNACIONAIS SEGUNDO OS NEOLIBERAIS




FONTE: O AUTOR COM BASE EM KRANSER (1983)

Dúvidas acerca da pertinência do conceito não se restringem somente à crítica de caráter realista. Alguns estudiosos liberais identificados com os estudos de regimes reconhecem a crítica de Susan Strange (1983) e se propõem a identificar e corrigir a fragilidade da estrutura conceitual [16].

Young (1986) objeta a visão convencional, em três pontos fundamentais: primeiramente, a definição é construída com elementos de difícil diferenciação e que se sobrepõem ao serem confrontados com a esfera internacional; em segundo lugar,

[16] Vide os estudos empreendidos por Friedrich Kratochwil e John Gerard Ruggie.

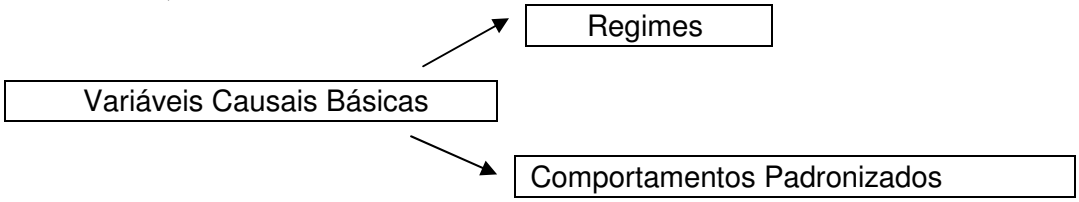
são estruturas divorciadas da realidade a ser estudada; e, por fim, o conceito é fraco, uma vez que se trata de uma definição formada independentemente de uma Teoria Geral de Regimes.

Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997) assinalam que essas críticas revelam a insatisfação dos estudiosos com o consenso estabelecido em torno do conceito de Stephen Krasner (1983). Nesse sentido, Keohane (1989 *apud* HASENCLEVER, MAYER e RITTBERGER, 1997) sugere romper com o consenso a um só golpe e definir um conceito mais "enxuto" e menos sujeito a qualificações e discordâncias. Assim, os regimes internacionais passariam a ser definidos como instituições eivadas de regras explícitas - acordadas entre governos, pertinentes a um conjunto particular de questões nas relações internacionais.

Finalmente, para a vertente grociniana [17], os regimes internacionais são um fenômeno difuso, imanente a todos os sistemas políticos, incluindo a esfera da política internacional em todas as suas facetas. Dessa forma, todo padrão de comportamento que persiste ao longo do tempo possui significância normativa e constitui um regime.

Os comportamentos padronizados, resultantes de cálculos egoístas, podem levar à criação de um regime, e este, por sua vez, acaba por reforçar aquele, numa relação mútua de causação recíproca, conforme sugere o Quadro 3.

QUADRO 3 - OS REGIMES INTERNACIONAIS SEGUNDO OS GROTINIANOS




FONTE: O AUTOR COM BASE EM KRASNER (1983)

Dessa forma, Puchala e Hopkins (1983) destacam que a operação de um regime internacional se verifica no sentido de canalizar as ações políticas e econômicas a todo o sistema, imprimindo significado a isso. Assim, os regimes acabam por constranger e regularizar o comportamento dos participantes, afetando

[17] Segundo Cepaluni (2005), a tipologia dessa escola de pensamento alude à influência de Hugo Grotius. Entretanto, nenhum autor do livro *International Regimes* faz referência ao jurista, à exceção de seu organizador.

a natureza das agendas multilaterais, determinando atividades prescritas ou proscritas, bem como o mecanismo de solução de controvérsias.

Puchala e Hotpkins (1983) [18] assinalam ainda cinco características delineadoras dos regimes: primeiramente, trata-se de um fenômeno decorrente de atitudes e iniciativas em direção a normas, regras e princípios, podendo reunir elementos da esfera geográfica e funcional do sistema internacional. Em segundo lugar, constitui-se em um nexo de doutrinas que servem de pano de fundo para a tomada de decisão.

Em terceiro lugar, os regimes são "substanciados" pelas elites que os sustentam, sendo os governos dos Estados os principais membros dos regimes internacionais, representados por sua estrutura burocrática, que opera em consonância com as normas estabelecidas pelo regime. Em quarto lugar, absorve os princípios que sustenta, bem como as normas que prescreve "comportamentos ortodoxos" e proscreve comportamentos desviantes.

E, por fim, os regimes podem ser instituídos em qualquer área temática das relações internacionais em que haja um comportamento padronizado. Havendo certa regularidade de comportamento, certas normas, regras e procedimentos de decisão serão criados para legitimar a ação.

A experiência histórica, contudo, tem demonstrado que os estudos sobre regimes internacionais não podem ser vistos como uma moda acadêmica fadada ao esquecimento. A despeito da natureza ampla do conceito, acadêmicos têm-se esforçado em delimitar um conceito mais uníssono na pesquisa universitária, não concentrando seus esforços tão somente naquela empresa, como também em tentar explicar a origem, manutenção e declínio dos regimes internacionais. Dessa forma, compreender os regimes internacionais exige apreender a maneira por que essas instituições são criadas, mantidas e, em última instância, findas.

De acordo com Krasner (1983), as normas e os princípios são as características que definem um regime internacional. Um vasto conjunto de regras e procedimentos de decisão estará em consonância com os mesmos princípios e normas. Vale dizer que alterações naquelas variáveis indicam mudanças *do* regime

[18] É importante se ter em mente que para os grotinianos os regimes são instituições sociais que governam a ação dos agentes que dele participam. Nesse sentido, constituem-se em padrões de comportamento ou práticas em torno dos quais convergem as expectativas dos agentes. Pode-se mesmo dizer que os regimes constituem-se em respostas a problemas de coordenação entre grupos de indivíduos e produtos da regularidade do comportamento humano (YOUNG, 1983).

em si mesmo, fazendo com que um determinado regime internacional desapareça e ceda lugar a outro. Alterações nas regras e procedimentos de decisão, por sua vez, indicam mudanças *dentro* de um regime.

O comportamento egoísta, o poder político, as normas e princípios, os hábitos e costumes e o conhecimento são apontados como as principais variáveis explicativas para a existência de um regime internacional (KRASNER, 1983). Duas diferentes orientações acerca do poder político podem ser depreendidas: primeiramente, o poder é cosmopolita e instrumental. De acordo com essa perspectiva, o poder é o instrumento por meio do qual se alcançam resultados ótimos para o sistema como um todo, em termos de bem comum.

Finalmente, de acordo com a abordagem particularista, o poder está para o usufruto de interesses particulares. Essa tradição considera o poder como um meio por que determinados atores aumentam sua utilidade, em geral Estados Soberanos, em detrimento de outros (jogos de soma zero).

Considerações acerca do poder possibilitam o entendimento do sistema internacional como desproporcional no sentido de os atores mais fracos não poderem fazer escolhas autônomas. Estas serão constrangidas pelas preferências dos atores mais poderosos, manipulando o conjunto de oportunidades dos demais, de forma que estes ajam de maneira desejada pelos mais fortes (KEOHANE, 1983). A provisão do regime se dará em função da distribuição do poder. Nesse sentido, o *hegemon* desempenharia um papel de crucial importância na provisão dos bens coletivos que serão necessários para que um regime funcione a contento.

Young (1983), por sua vez, desenvolve a noção de regimes impostos. Os atores dominantes podem se valer explicitamente de uma combinação de sanções e incentivos para compelir os demais atores a agirem em conformidade com um conjunto particular de normas, regras e procedimentos de tomada de decisão. Quando um estado hegemônico atua de maneira a influenciar a estratégia dos demais atores, o regime internacional pode se tornar refém da distribuição do poder no sistema internacional.

As normas e princípios, por seu turno, também atuam sobre a emergência dos regimes internacionais (KRASNER, 1983). Puchala e Hopkins (1983) fazem uma distinção entre superestrutura normativa e subestrutura normativa. A superestrutura normativa se refere a princípios e normas difusos e gerais que condicionam os princípios e normas específicos a uma dada área temática. Os regimes mais

específicos tendem a ser condicionados por princípios e normas mais amplos e difusos, ditados pela superestrutura normativa.

A discussão aventada pelos autores sugere a existência de uma hierarquia de regimes, diferenciados de acordo com as temáticas (função) que propõem (desempenham), bem como com a dimensão (abrangência) do regime (específico, unitário, difuso ou multifacetado) e com o número de participantes.

De acordo com Krasner (1983), os usos referem-se a padrões de comportamento baseados em práticas presentes, enquanto que os costumes se relacionam a práticas historicamente enraizadas.

Puchala e Hopkins (1983) e Young (1983) acentuam a importância dos comportamentos rotinizados e padronizados para a conformação de regimes. Para esses autores, o comportamento padronizado desempenha um papel de grande relevo ao coadunar expectativas compartilhadas. A confluência entre as expectativas convergentes e os padrões de comportamentos e práticas é a característica definidora das estruturas sociais [19].

A existência de tal conjugação promove um comportamento baseado em convenções sociais, que se tornam guias de ação para o processo de tomada de decisão. Desse modo, o comportamento baseado em convenções sociais faz surgir um sentimento difuso de legitimação e pertinência consonantes com arranjos institucionais específicos (YOUNG, 1983).

Para Young (1983), certos padrões de comportamento são adotados visto que promovem melhoras na utilidade individual. Uma vez estabelecidas e enraizadas, tais práticas são reforçadas pelo advento dos regimes.

Por fim, o conhecimento acaba por criar a base para a conformação da integração regional, lançando luz sobre interconexões complexas, previamente mal compreendidas, e transcendendo linhas ideológicas idiossincráticas. Segundo Krasner (1983), o conhecimento é a confluência de teorias e informação técnica em determinada área temática das relações internacionais. O seu uso serve de baluarte para o estabelecimento de metas sociais e para a promoção de políticas públicas.

No sistema internacional, o compartilhamento do conhecimento serve de fundamento para a convergência cognitiva. Quando o conhecimento migra da posse

[19] Young (1983) desenvolve uma valiosa argumentação para defender a natureza social dos regimes internacionais. Segundo o autor, trata-se de um fenômeno que se insere na esfera dos sistemas sociais, claramente em oposição aos sistemas naturais, aos quais pertencem as leis naturais e os fenômenos da natureza.

de seus detentores, independente da procedência, acaba por tornar-se um bem público (HAAS, 1980).

Dessa maneira, o conhecimento deve ser percebido conjuntamente pelos tomadores de decisão na política internacional. Sua ação deve ser empreendida de maneira consensual; em contrário, seu impacto será de menor significância no que toca ao desenvolvimento de regimes, em um mundo eivado de soberanias (KRASNER, 1983).

Terminada a análise acerca dos regimes internacionais, a próxima seção abordará as teorias baseadas no interesse, visando expor três diferentes perspectivas, dentro do espectro neoliberal: a teoria funcional, a abordagem da estratégia situacional e a teoria da barganha institucional.

### 2.2.2 A teoria baseada no interesse

A propósito do estudo acerca dos regimes internacionais, há um conjunto de teorias que se propõe a explicar este fenômeno das Relações Internacionais. Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997) decompõem aquele espectro em três grandes abordagens. O realismo, o liberalismo e o cognitivismo são as escolas de pensamento [20] que reconhecem, respectivamente, o poder, o interesse e o conhecimento como determinantes da estrutura do sistema internacional.

O que difere marcadamente as três abordagens refere-se ao grau de institucionalização que cada uma tende a explanar, isto é, a importância que cada escola confere às instituições enquanto variáveis intervenientes no comportamento estatal.

Com o objetivo de não desviar o trabalho do objeto de estudo a que se propõe, o neoliberalismo das instituições formará a linha mestra do presente esforço de síntese, uma vez que, de acordo com seus proponentes, os regimes internacionais ajudam os Estados a realizarem o interesse comum. Cabe esclarecer

[20] Vale dizer que, no estudo das Relações Internacionais, o institucionalismo liberal e o realismo são os representativos das escolas racionais. Waltz (1979) faz interessante analogia dessas construções intelectuais aos modelos desenvolvidos na Ciência Econômica, sobretudo, o modelo da concorrência perfeita que serve de norte para o modelo neorrealista. Desse modo, grande parte da análise construída pelos neoliberais se estrutura a partir da influência da teoria econômica das instituições, centrada nos custos de transação, na incerteza e na informação.

os principais pressupostos que fundamentam o edifício intelectual da teoria política liberal em sua vertente neoliberal e que desemboca nos estudos dos regimes internacionais.

A concepção *meta-teórica* de mundo crente na "racionalidade egoísta [21]" dos atores estatais é o primeiro pressuposto teórico a se erigir [22]. De acordo com Keohane (1984), a racionalidade implica que os atores possuam preferências ordenadas e consistentes, ao longo do tempo e entre si.

É mister, em segundo lugar, entender que, para os seus proponentes, os Estados são os atores cruciais (atores atômicos) do sistema internacional e buscam maximizar a sua utilidade individual [23]. E, por fim, a incerteza desempenha um papel de grande relevo na compreensão da política internacional, sendo a anarquia a principal fonte de incerteza.

As três subseções seguintes tratam de três orientações teóricas baseadas no interesse. Primeiramente, analisa-se a teoria funcional, representada, sobretudo, pelos trabalhos de Robert O. Keohane (1983, 1984, 1988). Sua análise presta-se a elaborar uma explanação funcional para a emergência dos regimes.

A abordagem da estratégia situacional, por sua vez, uma extensão da contribuição daquele autor, busca compreender a diversidade da política internacional e as diversas respostas, em forma de regimes, a essa multiplicidade.

Por fim, o modelo da barganha institucional, desenvolvido por Oran Young (1989), visa cobrir lacunas, sobretudo conceituais, da teoria baseada no interesse, mostrando que o processo de tomada de decisão é complexo e não passível de exageradas simplificações.

#### 2.2.2.1 A teoria funcional

[21] Vale salientar que o significado do termo egoísmo carrega um forte conteúdo econômico: a função de utilidade de um ator independe da dos demais; não se ganha ou perde utilidade simplesmente pelos ganhos ou perdas dos demais atores (KEOHANE, 1984).

[22] Os Estados, nesse particular, são percebidos como atores egoístas que buscam ganhos absolutos em suas relações com o estrangeiro.

[23] A partir de considerações acerca da estrutura dos custos e benefícios das alternativas disponíveis, os Estados fazem ponderações com o objetivo de maximizar sua utilidade, dadas as suas preferências.

A teoria funcional compreende a formação e manutenção dos regimes internacionais (a causa) a partir de seus efeitos (KEOHANE, 1983). A teoria da escolha racional, quando aplicada a instituições sociais, consiste na ideia de que o nascedouro das instituições se dá a partir dos incentivos que os atores políticos enfrentam, em termos de bem-estar.

Keohane (1988) desenvolve dois argumentos em favor da construção e emergência de regimes internacionais: o primeiro argumento sugere que as instituições internacionais reduzem os custos de transação associados à sua formação e o segundo sugere que os regimes internacionais reduzem os custos de transação associados à sua manutenção [24].

Keohane (1983) aponta três problemas que enfrentam os Estados na política internacional: primeiramente, a assimetria de informação – alguns atores poderão deter mais informação que os demais; em segundo lugar, o risco moral – alguns acordos poderão produzir um efeito inverso no sentido da não cooperação e, por fim, a decepção e desonestidade – alguns atores podem se mostrar desonestos ou irresponsáveis, comprometendo-se com regras as quais não terão condições de cumprir [25].

Em um sistema internacional anárquico [26], os Estados devem compartilhar interesses comuns, passíveis de realização por meio da cooperação [27] (KEOHANE,

---

[24] Quando de seu advento, o regime possibilita reduzir os custos de monitoramento, negociação e reforço de contratos. A vantagem substancial de um regime reside na possibilidade de cooperação por meio de acordos eficientes firmados entre unidades soberanas. Os acordos e regimes internacionais são resultantes da vontade política que percebe ganhos sociais oriundos da cooperação (KEOHANE, 1983).

[25] Keohane (1983) introduz o conceito de densidade temática, referindo-se ao número de questões e temas que surgem em um dado espaço político. Nesse sentido, quanto maior a densidade do espaço político, maior será o grau de interdependência entre os temas e acordos feitos e maiores as economias de escala associadas ao regime internacional instituído. Portanto, um aumento na densidade temática irá levar a uma maior demanda por regimes e, consequentemente, a uma maior profundidade do regime. É importante ressaltar que mesmo quando existam interesses consistentes entre os atores internacionais, em decorrência da assimetria de informação entre eles, um problema crucial pode emergir no que se refere aos custos de organização do regime. Em situações características de conflitos de interesses, a ausência de uma autoridade que reforce os acordos pode implicar em comportamentos desviantes. Nesse ínterim, considerações acerca do poder são substantivas, sobretudo no que toca à oferta de regimes internacionais. Regimes internacionais que envolvam algum tipo de reforço são ofertados somente na existência de uma autoridade com poder coercitivo. Dessa forma, os regimes internacionais são de grande valia no provimento de informações, reduzindo incertezas e riscos (KEOHANE, 1983).

[26] É interessante notar o significado da anarquia para os proponentes da escola neoliberal. Keohane e Axelrod (1986) argumentam que a anarquia é a ausência de um governo comum na política mundial. Em outras palavras, a anarquia representa um sistema descentralizado em que as decisões são difíceis de ser tomadas em razão da inexistência de transparência nas intenções e ações dos atores políticos internacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). Dizer que o mundo das relações internacionais é anárquico não implica assumir que sua estrutura careça de organização,

1984). É importante notar que a existência de interesses comuns não é uma condição suficiente para que a cooperação ocorra. Em um contexto de anarquia, os Estados não conseguem maximizar o seu bem-estar em decorrência da ausência de informação acerca das respostas dos demais Estados diante de suas decisões.

O sistema internacional, pela sua natureza, condiciona as unidades a tomarem suas decisões em um ambiente de interação estratégica, no qual a decisão individual deve levar em consideração as decisões de outros atores. Isso significa que o sucesso de uma determinada estratégia individual depende de como se dá a interação com as demais estratégias disponíveis.

Estando o problema na natureza da interação, a solução reside em mudar esse ambiente de maneira a permitir maior transparência nas ações e intenções dos atores, tal como atesta o Dilema dos Prisioneiros (DP) e ilustra o Quadro 4.

QUADRO 4 - O DILEMA DOS PRISIONEIROS

| | | Ator B | |
|---|---|---|---|
| | | C | D |
| Ator A | C | 3,3 | 1,4 |
| | D | 4,1 | 2,2 |

FONTE: O AUTOR COM BASE EM HASENCLAVER (1997)

O DP, tal como representado pelo Quadro 4, oferece um quadro bastante intuitivo da maneira como se dá a cooperação na anarquia. Trata-se de um jogo simétrico, onde cada jogador prefere cooperar mutuamente (CC) a delatar (DD). De outra forma, terminar cooperando sem a devida resposta é o resultado menos esperado do ponto de vista individual.

O dilema reside no fato de que, se ambos os jogadores delatarem, o resultado será o pior em relação ao da cooperação: CC>CD. Assim, a ordem das preferências

---

uma vez que se percebam relações que transcendem a esfera da política doméstica. Portanto, a anarquia é um ambiente em que a cooperação é tornada possível.

[27] Vale salientar que a cooperação não se deve confundir com a harmonia de interesses. Esta exige uma completa identidade de interesses e percepções, enquanto que aquela se verifica tão somente em situações que misturem conflitos e interesses complementares. A cooperação nesse particular deve ser entendida como resultante de um processo de coordenação política (KEOHANE, 1984; KEOHANE e AXELROD, 1986).

de ambos os jogadores, dos seus respectivos pontos de vista é: DC>CC>DD>CD.

Tomado isoladamente, o dilema sugere que a cooperação não se concretiza, agindo os atores racionalmente: não importa o que o outro faça, a estratégia dominante é não cooperar. Portanto, os dois atores possuem um interesse em comum (CC), que não se pode atingir, tendo em vista a natureza do jogo. O DP representa a anarquia vista como um ambiente descentralizado e propenso ao conflito, em razão do ambiente em que se dá a interação entre os Estados (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Axelrod (1984) aponta a estratégia TIT FOR TAT como razoável na promoção da cooperação. Uma estratégia baseada na reciprocidade pode ser marcadamente efetiva em promover a cooperação, mesmo em se tratando de interações entre egoístas puros [28]. O uso dessa estratégia pode propiciar *payoffs* relativamente mais atraentes que os oriundos de outras estratégias. Ademais, o seu uso implica que a comunidade irá punir os jogadores desviantes, institucionalizando-a como uma prática geral, amplamente aceita (AXELROD e KEOHANE, 1985).

Daí a importância dos regimes internacionais [29]. Dessa forma, os regimes internacionais facilitam a cooperação, habilitando os Estados a atuarem com um *quantum* de informação e baixos custos de informação (KEOHANE, 1984). Nesse sentido, as interações podem ocorrer no contexto das instituições.

De acordo com Axelrod e Keohane (1985), as instituições alteram, em primeiro lugar, a estrutura de *payoffs* (o interesse comum) com as quais se defrontam os atores; em segundo lugar, aumentam a importância da sombra do futuro no processo de decisão e, por fim, amenizam o problema da sanção.

A evidência empírica sugere que quanto maior o conflito de interesses entre os jogadores, maiores as chances de os mesmos optarem por delatar. Vale dizer

---

[28] Nesse particular, os governos podem se valer da estratégia da reciprocidade em uma variedade de situações constituídas de interesses complementares e conflituosos (jogos de soma não zero). Oye (1985) assinala que a estratégia da reciprocidade pode ser atrativa em um conjunto de situações características de jogos de soma não zero. O aspecto chave que torna a estratégia da reciprocidade viável é a possibilidade de a cooperação mútua produzir resultados melhores em relação à delação mútua. Dessa forma, a reciprocidade permite que a cooperação se realize ao longo do tempo, dirimindo as chances de serem explorados os atores mais vulneráveis.

[29] Os regimes não alteram a estrutura de *pay-offs* de um jogo; entretanto, tornam as estratégias mais racionais para os atores, mudando a ordem de suas preferências. Em outras palavras, os Estados podem ainda encontrar dificuldades que se assemelhem ao DP. No entanto, devido ao advento do regime, a cooperação mútua se torna possível, mesmo em se tratando de atores egoístas (AXELROD, 1984).

que diferentes tipos de jogos ensejam diferentes formas de cooperação internacional. Assim, tendo por referência o DP, considerando uma mudança nas preferências dos atores, para que a cooperação mútua seja preferida à delação, a ordem de preferência deve se dar: CC>DC>DD>CD, nitidamente um jogo menos conflituoso que o DP.

Os atores podem também se mover de uma situação caracterizada pelo DP para outra mais conflituosa em que a cooperação mútua é percebida como "inferior" à delação mútua, tornando o jogo um cadeado, com ambos os lados preferindo: DC>DD>CC>CD. (AXELROD e KEOHANE, 1985) [30].

No DP, a preocupação com o futuro ajuda a promover a cooperação: quanto maior o valor atribuído aos *payoffs* futuros relativamente aos presentes, menor o incentivo a delatar hoje, estando o outro jogador (ator) disposto a retaliar amanhã (TIT FOR TAT) [31]. É importante notar que a extensão da sombra do futuro não é necessariamente ditada pelos atributos objetivos de uma estrutura de *payoffs*.

As instituições internacionais podem desempenhar papéis substantivos, uma vez que afetam as expectativas dos atores e são densamente enraizadas. Portanto, as regras e os princípios dos regimes internacionais fazem com que os governos valorem a reputação, criando uma interconexão entre o presente e o futuro.

Por fim, o problema da sanção refere-se à habilidade de os governos cooperarem em um jogo, cujo resultado pode ser afetado pelo número de jogadores.

A cooperação entre atores egoístas em um jogo bilateral pode ser uma resultante da estratégia da reciprocidade empregada pelos jogadores. No entanto, uma efetiva reciprocidade dependerá de três condições: em primeiro lugar, que os jogadores possam identificar os verdadeiros delatores; em segundo lugar, que os jogadores sejam capazes de aplicar a retaliação somente aos delatores e, por fim, que os jogadores tenham incentivos de longo prazo para punir os delatores.

Essas condições são de difícil alcance quando um elevado número de atores se faz presente. Nesse particular, há uma dificuldade de se identificar e punir o

---

[30] É importante assinalar que o DP não esgota a realidade da política internacional, uma vez que atores mais poderosos "jogam" com atores menos poderosos, defrontando-se com matrizes muitas vezes assimétricas e não definidas pelo DP. Geralmente, as questões econômicas exibem uma matriz de *payoffs* menos conflituosa do que as de caráter de segurança militar.

[31] Segundo Axelrod e Keohane (1986), os fatores que tornam a sombra do futuro um poderoso instrumento de cooperação, quais sejam, (i) os horizontes de longo tempo, (ii) a regularidade de ação e comportamento, (iii) a confiabilidade da informação em relação à ação dos outros e (iv) o rápido *feedback* sobre mudanças nas ações dos outros.

delator; e uma vez identificado, nenhum dos membros pode demonstrar interesse em atuar como o “guardião da ordem”.

### 2.2.2.2 A abordagem da estratégia situacional

A abordagem da estratégia situacional é uma extensão do contratualismo de Keohane, visando desenvolver e ampliar sua análise. Seu ponto de partida é a análise do DP, mostrando que a compreensão da natureza estratégica das relações internacionais não se esgota no instrumental do DP. Este captura apenas um aspecto da política internacional, dentre vários outros. Cada faceta exige tratamento específico e idiossincrático, desempenhando os regimes um papel central para que a cooperação ocorra.

Desse modo, a cooperação deverá existir quando as racionalidades individuais produzirem um resultado ineficiente no sentido de *Pareto*. Para que o dilema seja resolvido, é necessário que o jogo se repita no futuro. Assim, parte da função dos regimes é a de criar e alimentar tais expectativas.

Stein (1983) chama de dilemas de interesse comum as situações nas quais as decisões individuais resultam em um equilíbrio ineficiente do ponto de vista paretiano [32].

Por outro lado, os dilemas de aversão comum são caracterizados pelo interesse comum em evitar um determinado resultado de um jogo. Tais situações ocorrem quando os atores possuem preferências conflitantes, não obstante demonstrem concordância em que pelo menos um determinado resultado deva ser evitado.

O Quadro 5 é característico do dilema de aversão comum. Nesse exemplo, nenhum dos atores possui uma estratégia dominante. Há dois resultados indiferentes e dois resultados que são passiveis de ser evitados. Por conseguinte, dois equilíbrios são possíveis, $A_1B_1$ e $A_2B_2$; agindo simultaneamente, ambos os atores não estarão certos se os dois equilíbrios poderão ser atingidos em uma dada situação.

[32] O DP é um exemplo clássico dessa falha de mercado.

A coordenação é requerida nesse caso. Em situações como essa, as convenções podem desempenhar um papel de substancial importância (STEIN, 1983).

QUADRO 5 - O DILEMA DA AVERSÃO COMUM E INDIFERENÇA COMUM

| | | Ator B | |
|---|---|---|---|
| | | $B_1$ | $B_2$ |
| Ator A | $A_1$ | 1,1* | 0,0 |
| | $A_2$ | 0,0 | 1,1* |

* resultado de equilíbrio

FONTE: STEIN (1983)

QUADRO 6: DILEMA DA AVERSÃO COMUM E INTERESSES DIVERGENTES

| | | Ator B | |
|---|---|---|---|
| | | $B_1$ | $B_2$ |
| Ator A | $A_1$ | 2,2 | 3,4* |
| | $A_2$ | 4,3* | 1,1 |

* resultado de equilíbrio

FONTE: STEIN (1983).

O Quadro 6, por seu turno, representa uma situação em que os dois atores concordam com o resultado menos quisto de uma relação, mas divergem quanto à preferência pelo equilíbrio paretiano [33]. Nesse sentido, dois equilíbrios são possíveis ($A_2B_1$ e $A_1B_2$). Entretanto, cada ator prefere um deles: o ator A prefere $A_1B_2$, enquanto que o ator B prefere $A_2B_1$.

[33] Essa matriz de ganhos é conhecida pela literatura como a guerra dos sexos. Apesar de aparentemente "pacífica", havendo divergência de preferências, a situação pode se tornar tanto mais conflituosa quanto a descrita em um DP. Nesse caso, cooperar significaria deixar imperar a preferência do outro (HASENCLEVER, MAYER e RITTBERGER, 1997).

Quando os atores se deparam com situações em que há uma aversão comum, mas divergem em sua avaliação do equilíbrio, a coordenação pode se dar de duas maneiras: primeiramente, especificando-se o comportamento de acordo com as características dos atores e, por fim, adotando-se uma regra contextual (STEIN, 1983).

Em ambas as situações (DP e BS), a construção de regimes internacionais baliza as expectativas e promove a coordenação, não obstante soluções institucionais distintas devam ser adotadas, por se tratarem de problemas diferentes (STEIN, 1983). Jogos assemelhados ao DP exigem colaboração, em que as ações devam ser claras e assegure-se de que não haja trapaça.

Segundo Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), os regimes de colaboração, uma vez formalizados, irão envolver organizações internacionais, cuja função precípua será a coleta, o processamento e a disseminação da informação, em consonância com as determinações do regime.

Os regimes de coordenação, por sua vez, podem ser conformados sem mecanismos de consentimento, visto que a solução cooperativa é *self enforcing*. A despeito de serem menos formalizados, os regimes de coordenação podem ser impulsionados pelas organizações internacionais, sobretudo no estágio anterior à formação daqueles, conferindo um foro de negociações multilateral, onde as divergências acerca da estrutura de coordenação podem ser diluídas.

Stein (1983) argumenta que somente diante de dilemas de aversão e interesse comum haveria interesse dos atores internacionais em construir regimes. Vale notar que a escola do estruturalismo situacional não esgota suas análises nas contribuições de Arthur Stein, havendo mesmo discordância no que se refere à questão de a política internacional ser percebida como dicotômica.

Martin (1993) menciona dois outros tipos de jogos que devem ser levados em consideração na política internacional, rompendo com a dicotomia mencionada. O jogo da garantia (quadro 7) contém dois equilíbrios (00 e 11), muito embora a cooperação mútua seja preferida pelos atores (00).

É bem sabido que as instituições desempenham um papel de baixo relevo em jogos como esse. Entretanto, essa conclusão é passível de objeção quando a pressuposição acerca da simetria de informação é obstada. A despeito de a cooperação mútua ser um resultado desejado pelos atores, a cooperação unilateral, se alcançada, seria um desastre.

Assim, a incerteza acerca do ordenamento das preferências (*payoffs*) dos demais atores (preferência pela garantia) [34] e a suspeita de que pelo menos um ator não agirá de maneira unitário-racional podem levar a um resultado ineficiente do ponto de vista de Pareto. Segundo Martin (1993), uma solução para esse dilema é a transparência inerente a todo processo democrático.

No jogo da persuasão (Quadro 8), nota-se o equilíbrio que torna um dos jogadores insatisfeito. O ator A, nesse particular, possui a estratégia dominante para cooperar. Sabendo disso, o ator B "fará o seu melhor" delatando.

QUADRO 7: O JOGO DA GARANTIA

| | | Ator B | |
|---|---|---|---|
| | | 0 | 1 |
| Ator A | 0 | 4,4 | 1,3 |
| | 1 | 3,1 | 2,2 |

FONTE: MARTIN (1993)

QUADRO 8: O JOGO DA PERSUASÃO

| | | Ator B | |
|---|---|---|---|
| | | 0 | 1 |
| Ator A | 0 | 4,3 | 3,4 |
| | 1 | 2,2 | 1,1 |

FONTE: MARTIN (1993)

Esse é o exemplo em que um determinado ator (*hegemon*) pode influir no resultado esperado de um jogo. A influência pode se dar de duas maneiras: primeiramente, o ator A persuade o ator B, ameaçando agir irracionalmente no curto

[34] Se o ator A possuir preferências pela garantia e acreditar que exista uma probabilidade de o ator B possuir preferências pela colaboração, A será relutante em correr o risco de cooperar. Se B achar atraente a estratégia da delação unilateral, o ator A terá de se "securitizar" com o objetivo de se proteger da delação. Essas ações findam, em última instância, em um resultado ineficiente no sentido de *Pareto* (MARTIN, 1993).

prazo, delatando se o ator B delatar. Dessa forma, o resultado do jogo será o menos favorável para o ator B. A credibilidade é de crucial importância para que o ator A "convença" o ator B de permanecer em uma situação desfavorável. Por fim, havendo credibilidade, o curso da cooperação tornar-se-á racional do ponto de vista do *hegemon* (MARTIN, 1993).

### 2.2.2.3 O modelo da barganha institucional

Young (1989) desenvolve o modelo que chama de barganha institucional, marcadamente antagônico às teses racionalistas, uma vez que estas não levam em consideração as rugosidades inerentes a todo processo de barganha e negociação [35].

A linha mestra dessa concepção sugere que, por meio de ações cooperativas, os atores internacionais buscarão a promoção dos benefícios mútuos, um processo lento, consensual e refletido. Dessa forma, estudar o processo que leva à conformação de regimes internacionais implica atentar-se para a barganha que antecede a formação de contratos constitucionais e, por conseguinte, de regimes.

Duas características definidoras do modelo da barganha institucional podem ser delineadas. Primeiramente, a existência de uma zona de cooperação é uma condição necessária, mas não suficiente para a emergência da cooperação, isto é, dever haver entre as partes negociantes um espaço que coadune interesses comuns.

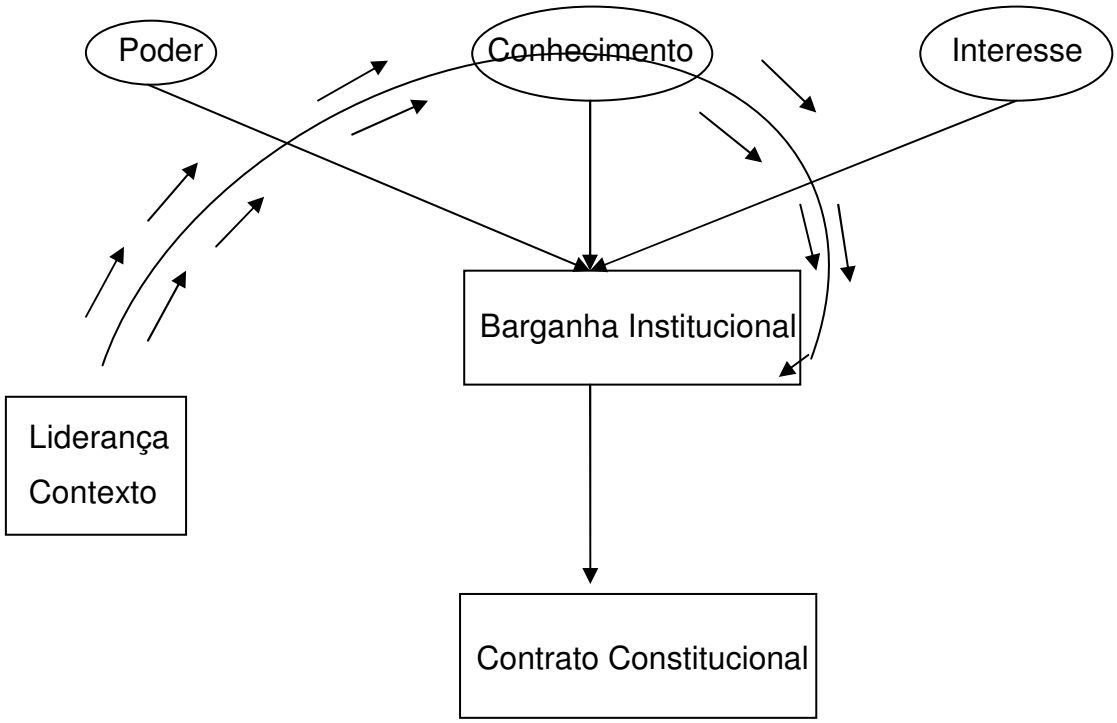
E, por fim, a incerteza acaba por desempenhar um papel de grande relevo na definição dos regimes, agindo positivamente sobre o interesse de os atores em cooperarem e culminando, em última instância, na criação de regras unânimes. Vale dizer que a redução da incerteza, na concepção de Oran Young, atua como um incentivo na formação dos regimes, pois compele os atores a agirem conjuntamente.

---

[35] É importante notar que grande parte da crítica de Oran Young (1989) dirige-se aos estudos empreendidos pelos teóricos da estratégia situacional, sobretudo à crença de que os tomadores de decisão são cônscios quanto às estratégias que adotam e às implicações de suas decisões, bem como em que medida a resultante das interações (de um jogo) se coaduna com as preferências dos atores internacionais.

A Figura 1 sintetiza o modelo da barganha institucional. O poder, o conhecimento e o interesse representam as variáveis que atuam sobre os atores internacionais no processo negociador, agindo diretamente sobre a barganha institucional. São, na definição de Young e Osherenko (1993), as forças que conduzem as ações sociais. O contexto e a liderança são percebidos como as variáveis norteadoras do processo, que pode culminar em um contrato constitucional.

FIGURA 1: O MODELO DA BARGANHA INSTITUCIONAL




FONTE: O AUTOR COM BASE EM YOUNG E OSHERENKO (1993).

QUADRO 9: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SUCESSO DA BARGANHA INSTITUCIONAL

I. Fatores que encorajam a barganha integrativa
    (1) Um ambiente contratual constituído por uma zona de cooperação e um véu de incerteza
    (2) Choques exógenos ou crises
II. Fatores que promovem o sucesso da barganha integrativa
    (1) Disponibilidade de uma solução equitativa
    (2) Disponibilidade de uma solução saliente
    (3) Disponibilidade de mecanismos de comprometimento claros e efetivos
    (4) Liderança (estrutural, intelectual e empreendedora)

FONTE: HASEINCLEVER *ET ALLI.* (1997)

O Quadro 9 delimita um conjunto de fatores que são substantivos para o sucesso de esforços coletivos de cooperação. Os fatores encorajadores da barganha integrativa correspondem às condições *a priori* da negociação. O ambiente contratual deve ser constituído de tal forma que na ausência de uma zona de cooperação plena, a barganha integrativa e a assimetria de informação assegurem a prevalência de um véu de incertezas. Os choques exógenos, por sua vez, operam no sentido de promover esforços de negociação que desembocam na formação de regimes (YOUNG, 1989).

O segundo grupo de hipóteses explicita um conjunto de variáveis que promovem o sucesso da barganha integrativa. A disponibilidade de acordos, percebidos como equitativos por todos os participantes, em vez de eficientes, faz pender a balança para o sucesso da barganha institucional. Da mesma maneira, uma solução saliente pode influir na probabilidade de sucesso desta.

Da saliência infere-se a parcimônia e a simplicidade, características que influem na capacidade de os atores internacionais consentirem de maneira efetiva.
A barganha institucional pode ser facilitada ainda pela presença de um líder efetivo, cujo papel pode ser desempenhado por Estados, organizações internacionais, ONGs e indivíduos (HASENCLEVER, MAYER e RITTBERGER, 1997).

## 2.3 Considerações Finais

O momento atual de fragilidade e vulnerabilidade das economias em desenvolvimento exige atenção. Pelo menos desde a década de 1990, período turbulento de nossa história, tem-se perguntado qual o molde que deve assumir a arquitetura financeira internacional de modo a perceber as demandas e anseios desses povos, uma vez que a reforma do sistema financeiro internacional foi descartada de todo da agenda do *mainstream* econômico.

O sistema financeiro internacional tem-se mostrado insuficiente em suprir a estabilidade macroeconômica e financeira, deixando expostos os flancos da vulnerabilidade e fragilidade. A crescente interdependência econômica e política, avultada pela nova onda de globalização, promove um maior estreitamento entre as economias, cada vez mais expostas aos reveses do mercado financeiro mundial.

O contágio advindo das crises financeiras internacionais vem afetando conjuntamente os países de uma mesma região. Essa asserção presta-se a argumentar em favor de políticas e instituições capazes de tornar as regiões em desenvolvimento menos vulneráveis à volatilidade internacional.

As instituições regionais podem desempenhar a função de subsidiárias às instituições “de centro”, cobrindo a lacuna deixada por estas e superando a pouca efetividade da arquitetura financeira internacional em fornecer os bens públicos necessários ao desenvolvimento regional. Por conseguinte, a constituição de instituições financeiras regionais pode ser salutar em suprir os serviços necessários aos países pequenos e medianos, tendo em vista seu tamanho e peso relativos em foros multilaterais.

Nesse particular, é importante destacar a forma que têm tomado estas instituições, em âmbito regional: em primeiro lugar, os bancos regionais de desenvolvimento econômico e social; em segundo lugar, os fundos fiscais e acordos regionais de crédito e, por fim, os fundos regionais de reserva.

Contudo, deve-se ter em mente que a integração e cooperação econômica enfrentam dilemas não desprezíveis relacionados à viabilidade e sustentabilidade de longo prazo dos arranjos institucionais construídos. Dessa forma, um arranjo institucional deve ser sólido e equitativo na distribuição dos ganhos oriundos da integração regional.

Daí a importância de economias industrializadas em regiões menos desenvolvidas, atuando como provedoras de poupança às nações menores. O poder político, nesse caso, dever-se-á exercer para a consecução do bem comum, tendo em vista a provisão dos “bens públicos” aos menores.

A TAMO assinalou as condições objetivas inerentes ao aprofundamento do processo de integração econômica que culmine em uma moeda comum. A mobilidade dos fatores e a diversificação produtiva foram apontadas como as condicionantes clássicas desse empreendimento. Entretanto, não se deve ater ao rigor do teórico, podendo a criação de uma moeda única se dar de maneira endógena e *ex post*, uma vez marcada por forte comprometimento político. A política, entendida como a ação racional que resulta na criação de instituições internacionais intervenientes no comportamento estatal.

A teoria econômica por vezes negligencia variáveis políticas em seu escopo de análise. A abstração e parcimônia simplificam a realidade a ser estudada, sem

considerar a dimensão política. O instrumental da TAMO desconsidera a natureza política do processo de integração econômica. Se o objetivo em mira for o aprofundamento da integração, a institucionalização da sociedade internacional é um requisito para esse ordenamento, pois decisões racionais nem sempre resultam em eficiência paretiana.

Nesse sentido, os regimes internacionais *não* devem ser considerados meros *epifenômenos*, senão variáveis que intermedeiam o comportamento egoísta e racional e a criação de regras explícitas pelos atores estatais, representados pelos seus governos e estrutura burocrática. Sendo a política internacional maculada pela anarquia internacional, uma fonte de incerteza não desprezível, o estreitamento que vise à cooperação e integração econômica nem sempre é tornado possível.

Assim, a existência de interesses comuns não é uma condição suficiente para que a integração e cooperação ocorram. Em um contexto de anarquia, os Estados não conseguem maximizar o seu bem estar, primeiramente, em razão da assimetria de informação das ações e reações comportamentais, em segundo lugar, do risco moral, que possa distorcer o resultado esperado de um jogo, e, por fim, a desonestidade ou o não comprometimento.

A estratégia TIT FOR TAT, baseada na reciprocidade, pode ser um poderoso instrumento na promoção da integração e cooperação econômica, mesmo em se tratando de interação entre egoístas puros. Dessa forma, dando-se a integração no âmbito institucional de um regime, a cooperação é tornada possível, pois este, em primeiro lugar, altera o interesse com os quais se defrontam os atores; em segundo lugar, aumentam a importância da sombra do futuro no processo de decisão e, por fim, amenizam o problema da sanção.

É importante notar que a política internacional não se esgota em um DP. Este captura apenas um aspecto das relações internacionais. Cada dimensão exige tratamento institucional específico. No caso de um DP, regimes de colaboração seriam eficientes em promover a integração e cooperação econômica, visto que a informação é substantiva em regimes dessa natureza. Uma vez formalizados, sua funcionalidade guardará estreita relação com organizações internacionais, cuja função precípua será a coleta, o processamento e a disseminação da informação.

Por fim, o modelo da barganha institucional deixa claro que o processo de integração e cooperação econômica é pontilhado de rugosidades que o tornam lento

e gradual ao longo do tempo. A negociação e barganha, que antecedem a formação de um contrato institucional, devem ser levadas em consideração, teoricamente.

Finda a análise teórica acerca da natureza da integração e cooperação econômica, a próxima seção objetivará analisar o processo de formação institucional do MERCOSUL ampliado. Em um primeiro momento, analisam-se as características gerais do processo de formação do bloco, tentando buscar as raízes mais profundas do processo integrativo no Cone Sul. Em um segundo momento, analisa-se a evolução das instituições políticas do MERCOSUL, privilegiando o seu quadro jurisdicional. E, por fim, aprecia-se a formação das instituições econômicas, monetárias e financeiras, seu nascedouro e funcionamento atualmente.

.

# 3 O MERCOSUL

## 3.1 Antecedentes históricos

Os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial foram marcados pela extrema rigidez no comércio internacional de bens e serviços. As economias nacionais permaneciam fechadas ao fluxo de comércio internacional, fazendo uso de instrumentos de barreiras tarifárias e não tarifárias e de toda sorte de práticas protecionistas. Tais características eram consideradas agravantes dos problemas econômicos e políticos à época existentes, uma vez que principiava o enfrentamento político-ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, estendendo-se pela segunda metade do século XX.

Percebendo o caráter instável da política internacional, formou-se no bojo das nações desenvolvidas um consenso que consistia em vasta liberalização do comércio multilateral, visando à eliminação das barreiras comerciais, que, segundo os analistas e estudiosos, obstavam o crescimento do comércio entre as nações, e, por conseguinte, o crescimento econômico. Nascia o multilateralismo, entendido como a ação da política econômica no sentido da defesa do livre-comércio, tido como a única possibilidade de aumento do bem-estar social entre as nações (SABATTINI, 2001).

O *General Agreement On Trade And Tarifs* (GATT), constituído por ocasião da conferência de *Bretton Woods* em 1944, definiu em linhas claras os objetivos das nações ali presentes: impulsionar o fluxo do comércio internacional, visando assegurar o pleno emprego e a manutenção em nível elevado da demanda efetiva, "mediante a conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos, visando a redução substancial das tarifas aduaneiras e de outras barreiras às permutas comerciais e à eliminação do tratamento discriminatório, em matéria de comércio internacional" (GATT, 1947, p. 2) [36].

[36] É importante destacar a intenção de se criar o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), um arranjo institucional em consonância aos desígnios estadunidenses (VIANNA, 1990).

Com o acirramento da competição em nível internacional, sobretudo a partir da década de 1960, quando ascendem novas nações ao cenário econômico internacional, as relações multilaterais e o princípio do livre-comércio perdem "consistência prática".

Diante da escalada de novas medidas protecionistas por parte das nações desenvolvidas, Inglaterra e Estados Unidos, sobretudo visando à proteção de setores menos competitivos de seu parque industrial, foram adotados mecanismos de exceção às regras contidas no GATT, sem, entretanto, rejeitar-se as linhas definidoras daquele tratado (MAIOR, 2004).

Concomitantemente ao desenvolvimento do "livre comércio de exceções", surgia uma nova modalidade de relacionamento entre os países, passando a integração econômica a ser vista como um meio de se eliminarem as barreiras ao comércio e elevar o bem-estar geral das nações. O regionalismo econômico, entendido como o aprofundamento do processo de integração econômica entre uma ou mais nações, visando ao aumento do bem-estar e à redução paulatina das barreiras ao comércio, passava a fazer parte da pauta da política internacional dos países.

Segundo Salvatore (2000), o regionalismo econômico, do ponto de vista teórico, pode ser delimitado em cinco fases, de acordo com o grau de complexidade que assume, nascendo, primordialmente, de acordos de comércio. Primeiramente, os acordos comerciais preferenciais ou zonas de preferências tarifárias permitem aos países membros do bloco regional o uso de barreiras comerciais menores entre si relativamente àquelas aplicadas aos países não pertencentes ao bloco.

Em segundo lugar, a área de livre comércio, na qual barreiras tarifárias e não tarifárias são removidas, permanecendo, entretanto, as barreiras ao comércio unilateral de cada país membro em relação ao resto do mundo. Uma terceira modalidade de integração refere-se à formação de uma união aduaneira, ou seja, uma área de livre comércio acrescida da harmonia da política comercial em relação aos demais países não participantes do bloco - a adoção de uma tarifa externa comum (TEC), por exemplo.

A forma institucional de um mercado comum, por sua vez, permite a livre circulação de capital e trabalho no espaço de integração e a coordenação das políticas macroeconômicas (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1998), "possibilitando a

harmonização dos instrumentos de política comercial, fiscal, financeira, trabalhista e previdência social" (MACHADO, 2000, p. 21).

Por fim, a chamada união econômica e monetária é a mais avançada forma de integração, visto ter-se em mira a harmonização das políticas monetárias dos Estados pertencentes ao bloco. Dessa maneira, estabelece-se uma moeda única e uma política monetária conduzida por um Banco Central comum (FLORÊNCIO E ARAÚJO, 1998).

Cada etapa mencionada requer profundo comprometimento dos participantes e exige elevada coordenação política (UNCTAD, 2007). No curso do processo de integração econômica, cada Estado participante deve transferir parte de sua soberania a instituições em nível regional.

Duas ondas de regionalismo podem ser depreendidas do processo histórico: o regionalismo da década de 1960 ou o antigo regionalismo, surgido em consequência da adoção do "liberalismo de exceção" e da proliferação de acordos comerciais regionais e o novo regionalismo ou regionalismo aberto.

O "regionalismo de velha guarda" [37] substanciava-se na adoção de uma política de substituição de importações (PSI) fortemente calcada na proteção dos mercados nacionais. Para as nações latino-americanas, despontava no horizonte a possibilidade de convergência econômica, por meio da adoção de acordos regionais [38] (DEVLIN e ESTEVADEORDAL, 2001; FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1998 e CEPAL, 2011).

Com a rodada Uruguai do GATT, alguns elementos de integração econômica mais profunda foram inseridos nas negociações, consubstanciando paulatinamente o surgimento de um novo regionalismo. Burfishere e Robinson (2003) elencam os principais objetivos do novo regionalismo: (i) facilitar o fluxo de investimento direto estrangeiro e financeiro; (ii) liberalizar a mobilidade do trabalho de uma área englobada por um acordo regional; (iii) harmonizar a estrutura tributária doméstica e a política de subsídios; (iv) harmonizar as políticas macroeconômicas com vistas a atingir um ambiente macroeconômico mais estável; (v) construir instituições de

[37] O antigo regionalismo é caracterizado pelo baixo nível de integração econômica, tal como descrito pelas teorias de integração em suas etapas iniciais. Burfisher e Robinson (2003) assinalam que o período do pós-guerra é marcadamente de baixa integração econômica, a despeito do esforço de integração levado a efeito em continente europeu. A União Européia (UE) e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) são exemplos de regionalismo "à moda antiga".

[38] A primeira onda do regionalismo foi obstada justamente pela proliferação de acordos regionais em anos recentes (BURFISHER e ROBINSON, 2003).

maneira a administrar e aprofundar a integração; (vi) melhorar a infra-estrutura de transporte e comunicação para facilitar a mobilidade de bens e pessoas no espaço; (vii) harmonizar a estrutura de regulação e os mercados de produtos e fatores e (viii) estabelecer uma moeda comum, fazendo convergir as políticas monetária, fiscal e cambial.

Delvin e Estevadeordal (2001) acrescentam ainda a possibilidade de fortalecimento político em foros multilaterais de negociação, possibilitando uma maior inserção na economia internacional, como resposta à crescente globalização. Diante de um cenário internacional menos favorável, o regionalismo aberto constitui a "segunda opção" de enfrentamento de um espaço mundial desfavorável aos países da região (CEPAL, 2011).

Dessa maneira, os governos dos países, sobretudo emergentes, vêm demonstrando interesse em impulsionar a competitividade internacional dos bens e serviços que produzem de maneira mais eficiente (CAMARGO, 2006; LIPOVETZLY e LIPOVETZKY, 1994; CEPAL, 2011).

## 3.2 O processo de formação do MERCOSUL

Compreender o processo de integração que deu forma e conteúdo ao MERCOSUL exige lançar o olhar para um passado não muito distante, a partir do qual se podem depreender suas raízes mais profundas e constitutivas. O ano de 1960 é tido por vários autores como o marco fundacional de um longo processo de integração na América Latina, consubstanciado na criação da ALALC, contemplando, em seu Tratado de Montevidéu sessenta (TM60), todos os países da América do Sul, à exceção das Guianas, e o México (ALADI, 2011).

Muitos foram os motivos que levaram à criação da associação, desde aqueles de ordem histórico-cultural e, sobretudo, os de ordem econômica. O seu móbil fora o estímulo à industrialização e diversificação das economias latino-americanas, bem como a redução da dependência estrutural dessas economias relativamente às do centro desenvolvido (FLORÊNCIO E ARAÚJO, 1998).

A despeito do ímpeto integracionista que marcou a conformação da ALALC, muitos foram os aspectos que culminaram em sua "dissolução". Florêncio e Araújo

(1998) apontam três razões para esse desfecho: em primeiro lugar, a rigidez dos mecanismos estabelecidos para a liberalização comercial; em segundo lugar, a instabilidade política da região e, por fim, o modelo de desenvolvimento adotado pelos países signatários, com fortes barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio.

O ano de 1980 assinala a inflexão nos rumos da integração latino-americana, quando é criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), sobre novas bases. Neste ano é assinado o Tratado de Montevidéu oitenta (TM80), constituindo o maior grupo de integração latino-americano. Formado naquela ocasião por 12 países membros, a ALADI adotaria mecanismos demasiado flexíveis em sua estrutura, evitando, portanto, erros pretéritos (ALADI, 2011).

Florêncio e Araújo (1998) assinalam ainda dois outros fatores que contribuíram para a criação da nova Associação: em primeiro lugar, o fenômeno da redemocratização, sem o qual não se obteria estabilidade e legitimidade aos governos e, por fim, a vasta diversificação do aparelho industrial das principais nações latino-americanas, a saber, Argentina, Brasil e México.

A ALADI promoveria uma área de integração econômica, objetivando um mercado comum latino americano, através de três mecanismos (ALADI, 2011):

1) Uma preferência tarifária regional, isto é, as tarifas, em sentido lato, aplicadas a países membros seriam no máximo idênticas àquelas discriminadas aos países não pertencentes ao bloco;
2) Acordos de alcance regional, (comuns a todos os países pertencentes ao bloco);
3) Acordos de alcance parcial, isto é, acordos sub-regionais.

Sob esse último aspecto, os acordos sub-regionais se tornariam o cerne e móbil da associação. O MERCOSUL inserir-se-ia, portanto, na lógica dos acordos de alcance parcial, isto é, aqueles celebrados entre alguns de seus membros.

Uma característica interessante do processo é a de ter sido realizada a sua negociação no âmbito da ALADI, sinalizando aos países membros deste bloco a possibilidade de adesão, mediante negociação, após cinco anos da entrada em vigor do Tratado de Assunção, e de imediata aceitação dos países não pertencentes ao bloco da ALADI (BAUMANN, 2001).

Em 1980, firmaram-se, no seio da ALADI, dois importantes acordos de complementação econômica, o Protocolo de Expansão do Comércio (PEC), entre Brasil e Uruguai, e o Convênio entre Argentina e Uruguai de complementação econômica (CAUCE).

Negociações de preferência comercial, iniciadas entre Brasil e Argentina, ganhariam impulso quando das negociações entre o governo argentino, capitaneado por Raul Alfonsín, e o governo brasileiro, encabeçado por José Sarney, em 1986 (ONUKI, 2006).

O que caracterizou o processo negociador, em um primeiro momento – de 1986 a 1990 – foram os Protocolos, ao estilo dirigista da região (ALMEIDA, 2006), que estabeleciam os mecanismos para a redução tarifária e a eliminação de barreiras não tarifárias. Em seis encontros presidenciais foram firmados 24 Protocolos, sendo o Protocolo de Bens de Capital o cerne do Programa de Integração (BAUMANN, 2001).

Naquele ano, firmar-se-ia o Tratado de Cooperação Econômica que buscava incrementar o comércio de bens de capital, trigo e automóveis (FLORÊNCIO E ARAÚJO, 1998). O seu relativo sucesso faria florescer em 29/11/88 o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina que previa a liberalização do comércio de bens e serviços no limite de dez anos (BAUMANN, 2001) [39]. Esse tratado representaria uma mudança de vulto em relação à metodologia anterior do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), via acordos setoriais.

Em 1990, sob a presidência brasileira de Fernando Collor de Melo e sob a argentina de Carlos Menem, seria assinada a Ata de Buenos Aires de integração econômica, que se constituiria no corpo principal do Tratado de Assunção [40] que, por fim, daria fôlego de vida ao MERCOSUL (VAZ, 2002).

Baumann (2001), por sua vez, assinala a integração na América Latina segundo três fases distintas, que compreendem o final da década de 1960 e início

---

[39] Trata-se *grosso modo* de um Tratado de Integração, que previa a formação de um Mercado Comum entre Brasil e Argentina, a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a coordenação das políticas macroeconômicas (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

[40] Paraguai e Uruguai, cujo comércio exterior dependera historicamente do eixo, não ficariam indiferentes aos atos políticos que culminariam na formação do MERCOSUL. O Tratado de Assunção, firmado na cidade que lhe dá nome, estabeleceu os prazos, as metas e os objetivos a serem perseguidos pelos Estados-Partes, culminando, em última instância, na formação de um Mercado Comum.

da década de 1970 [41], os meados da década de 1970 [42] e década de 1980 [43] e, por fim, a década de 1990 [44].

Foram constituídos ainda acordos de complementação econômica (ACE) com o Chile, a Bolívia, o Peru, a Colômbia, o Equador e a Venezuela [45]. Os ACEs assinados com o Chile, a Bolívia, o Peru e os demais membros da CAN são acordos que incluem cláusulas de liberalização comercial entre seus signatários. Ambos os acordos delimitam um cronograma de desgravação tarifária para os produtos incluídos em uma lista específica, havendo igualmente uma lista de exceção de preferências tarifárias (ICTSD, 2011).

O acordo de complementação econômica com o Chile foi firmado em junho de 1996, por ocasião da X Reunião da Cúpula do MERCOSUL, em San Luis, Argentina. Nessa ocasião, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica entre MERCOSUL e Chile (ACE Nº35; CMC Nº3\96).

Naquele mesmo ano é firmado o Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e a Bolívia (ACE Nº36), por ocasião da XI Reunião de Cúpula do MERCOSUL, prevendo a formação de uma Zona de Livre Comércio ao longo do tempo.

Em 2003, assina-se o Acordo de Complementação Econômica entre MERCOSUL e Peru (ACE Nº58; CMC Nº39\03), tornado a nação andina um estado associado.

Finalmente, em 2004 é assinado o Acordo de Complementação Econômica com a Colômbia, o Equador e a Venezuela (ACE Nº59; CMC Nº59\04).

Por ocasião da XXIX Conferência do MERCOSUL realizada em Montevidéu em 2004, a Venezuela recebe o *status* de membro associado em processo de

---

[41] Essa fase é caracterizada pela forte presença do Estado na economia, pelos cronogramas para a redução gradual de barreiras comercias intra-regionais e pelas negociações das TECs. Nessa década, ainda sob os auspícios da ALALC, é assinado o Acordo Tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, quando se visou estabelecer cotas das represas hidroelétricas de Itaipu e Corpus.

[42] Essa fase é marcada por frustrações com os resultados obtidos em relação às expectativas inicialmente estabelecidas, firmando-se apenas acordos comerciais bilaterais.

[43] Nessa década é firmado o convênio de cooperação nuclear entre Argentina e Brasil, que constitui um avanço de vulto nas relações regionais. A assinatura da Declaração do Iguaçu, em 1985, constitui a pedra angular do processo de integração e, em 1986, é assinada a Ata para Integração Argentino-Brasileira, quando se estabelece o PICE.

[44] Aqui se assiste à transformação das políticas de comércio e industrialização. A cooperação passaria, desde então, a ser vista como o meio de se expandirem exportações regionais nos mercados internacionais.

[45] Esses acordos visam à criação de uma área de livre comércio e ao incremento da complementação e cooperação econômica entre seus acordantes (ICTSD, 2011).

adesão, tendo ratificado o protocolo de adesão em 4 de julho de 2006. Desde então, o país depende da aprovação dos Congressos Nacionais para entrada no bloco como sócio pleno. Atualmente, há apenas um instrumento de ratificação para ser aprovado, o da República do Paraguai, onde o processo está parado há três anos.

A consecução desse processo, da conformação da ALALC à assinatura do Tratado de Assunção, não se daria sem a vigência de um regime plenamente democrático [46] e de economias relativamente livres. A ausência de estruturas democráticas, sem a participação da sociedade civil nos rumos da integração, tornaria impossível levar adiante um conjunto de concessões mútuas "em que a lógica da cooperação e da confiança se situa acima da lógica da confrontação" (FLORÊNCIO e ARAÚJO, p. 13, 1995).

### 3.3 A formação das instituições políticas no MERCOSUL

A questão da institucionalização do MERCOSUL faz repercutir o debate em torno da dicotomia da soberania nacional *versus* a atuação de instituições supranacionais. A análise da estrutura institucional, se comparada ao esforço europeu de integração, traz à luz importantes diferenças que podem repercutir no avanço do processo de integração. Enquanto naquele caso predomina a confluência entre instituições intergovernamentais, como o Conselho, e instituições supranacionais, como a Comissão, no caso do MERCOSUL, as decisões são acertadas por consenso no âmbito de instituições intergovernamentais tão somente.

A formação do quadro institucional que compõe a estrutura do MERCOSUL [47] pode ser tomada a partir da análise do artigo nono do Tratado que lhe dá vida. Segundo dispõe o texto [48] (MERCOSUL, 2011), durante o período de transição [49]

---

[46] Em regimes de exceção marcadamente autoritários, processos de integração econômica são de difícil alcance, sobretudo em se tratando do modelo de desenvolvimento adotado, no caso brasileiro, tendente à autossuficiência econômica. Os regimes autoritários, no contexto da bipolaridade que os condicionava externamente, marcavam-se pela lógica do enfrentamento político, em que os ganhos de uma "Nação" implicavam perdas para as demais, conformando um Jogo de Soma Zero.

[47] A estrutura institucional do MERCOSUL. Disponível em: http://www.mercosul.gov.br/organograma/organograma-mercosul/view. Acesso em: 12 dez. 2011.

[48] O Tratado de Assunção. Disponível em: http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1. Acesso em: 12 dez. 2011.

seriam constituídos os seguintes órgãos, que delimitam o cerne do atual arranjo institucional: (i) o Conselho do Mercado Comum (CMC), (ii) o Grupo Mercado Comum (GMC) e os Subgrupos de Trabalho (SGT).

O CMC é a instância política máxima do esforço de integração, atribuindo-lhe a condução política do mesmo e a incumbência de gerir assuntos ligados ao cumprimento dos prazos e objetivos estabelecidos na Constituição do Bloco [50]. O Conselho será formado pelos Ministros das Relações Exteriores e os Ministros da Economia dos Estados Partes.

O GMC, por sua vez, constitui-se no órgão executivo do MERCOSUL e será composto pelos Ministros das Relações Exteriores de suas partes, pelos ministros da fazenda ou economia e por representantes do Banco Central. Suas funções serão as seguintes: em primeiro lugar, velar pelo cumprimento do Tratado; em segundo lugar, fazer cumprir as decisões adotadas pelo CMC e, por fim, propor medidas concretas que propiciem a liberalização do comércio, a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação de acordos com países não pertencentes ao bloco.

Já os SGTs são os órgãos vinculados ao GMC, encarregados de examinar, em nível técnico, as ações do GMC (MERCOSUL, 2011). Durante o período de transição, foi-se estabelecido que as decisões do CMC e do GMC seriam tomadas por consenso e com a anuência de todos os países membros. O escopo institucional consensuado pelos países para o período de transição, e que se alargaria para um tempo além deste, seria marcado pela característica da intergovernabilidade das suas instituições [51].

---

[49] O período de transição compreendeu três fases: a primeira, da assinatura do Tratado de Assunção ao Cronograma de *Las Leñas* (março de 1991 a julho de 1992); a segunda, do Cronograma de *Las Leñas* à Reunião de Colônia (julho de 1992 a janeiro de 1994) e a terceira, da Reunião da Colônia à constituição de uma União Aduaneira (janeiro de 1994 a janeiro de 1995) (FLORÊNCIO E ARAÚJO, 1995).

[50] Adotarei a terminologia Constituição em alusão ao trabalho de ALMEIDA (1993), para quem o Tratado de Assunção representa um tipo de carta constitucional do MERCOSUL em sua fase de transição em direção à conformação de um mercado comum.

[51] Órgãos intergovernamentais são aqueles formados por representantes de governos, incumbidos internamente de desempenhar atividades em seus quadros administrativos nacionais (funções de governo). Suas decisões são acertadas a partir do consenso entre os membros do bloco, representados por aqueles "indivíduos funcionais". Órgãos supranacionais, por seu turno, são formados por um quadro administrativo próprio, divorciado dos governos nacionais. Suas decisões são autônomas relativamente aos Estados (função de Estado). Poder-se-ía dizer que o elemento da soberania nacional prevalece naquele, enquanto neste, perdem-se graus de soberania para uma instituição supranacional instituída.

Dessa forma, instituições intergovernamentais fariam caminhar o processo de integração em sua fase de transição para a definição permanente de sua estrutura institucional, acordada em 17 de dezembro de 1994, no Protocolo de Ouro Preto [52]. Este modificou a Constituição do MERCOSUL e constitui o instrumento de ordenação institucional básico do bloco hodiernamente. Esse protocolo trouxe mudanças institucionais significativas, não obstante tenha permanecido o caráter de baixa institucionalização do bloco (TRAPP, 2010).

A estrutura institucional do MERCOSUL contará, a partir de então, com os seguintes órgãos (MERCOSUL, 2011):

1) O Conselho do Mercado Comum (CMC): foi mantido com os mesmos representantes e as mesmas atribuições do período de transição;
2) O Grupo Mercado Comum (GMC): manteve igualmente as mesmas características do período de transição;
3) A Comissão do Comércio do MERCOSUL (CCM): é o principal órgão técnico da estrutura. Compete a ele velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial para o funcionamento efetivo da união aduaneira;
4) A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): é órgão representativo dos parlamentos nacionais no âmbito do MERCOSUL. Tem a função de harmonizar as legislações internas aos países, bem como impulsionar as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL;
5) O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES): é o órgão consultivo e representativo dos setores econômicos e sociais dos Estados Partes (setor empresarial, sindicatos e representantes da sociedade civil);
6) A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM): órgão de natureza operacional, cuja função será a de prestar serviços de apoio aos demais órgãos.

Um importante instrumento institucional, que pode definir avanços e recuos em um processo de integração econômica, é a maneira pela qual se dá a solução de contenciosos comerciais. O mecanismo de solução de controvérsias, a ser

---

[52] O Protocolo de Ouro Preto também dotou o MERCOSUL de personalidade jurídica internacional. Desse modo, o bloco tornou-se voz única nas negociações em foros internacionais. O Protocolo de Ouro Preto. Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPreto.pdf. Acesso em: 12 dez. 2011.

explanado na subseção seguinte, é a instituição responsável pelas decisões de natureza comercial, no âmbito do MERCOSUL.

### 3.3.1 Os mecanismos de solução de controvérsias.

O mecanismo de solução de controvérsias passou por quatro fases distintas: (i) o Anexo III do Tratado de Assunção; (ii) o Protocolo de Brasília; (iii) o Protocolo de Ouro Preto e (iv) o Protocolo de Olivos.

O Anexo III do Tratado de Assunção estabeleceu que as controvérsias surgidas no período de transição fossem resolvidas mediante negociações diretas, devendo-se obedecer a uma hierarquia de decisões. Não sendo resolvida por meio da negociação direta, dever-se-ia elevá-la ao GMC. Se no âmbito do GMC tampouco fosse alcançada uma solução, a controvérsia seria elevada ao CMC, para que este adotasse as recomendações pertinentes.

O Protocolo de Brasília [53] de 10 de setembro de 1993, por sua vez, estabelece que as controvérsias permaneçam a ser resolvidas mediante negociação direta entre as partes, devendo-se obedecer ao critério hierárquico, GMC e procedimento arbitral, caso não se logre solução direta. O procedimento arbitral tramitará ante um Tribunal *ad hoc*. Este será composto por três árbitros que decidirão em consonância com as fontes normativas presentes no protocolo em tela. No final, o Tribunal deve emitir um laudo arbitral não apelativo e consensuado.

Accioly (2011) destaca que, a despeito da aparente força que exerce o laudo, não se deve confundi-lo com uma força executora, presente somente quando da existência de uma autoridade internacional que assegure o cumprimento do acordo.

O Protocolo de Ouro Preto cria um procedimento em que reclamações poderão ser feitas na Comissão de Comércio Exterior, em se tratando de matérias de sua competência. As partes deverão reclamar à presidência da Comissão. Se não houver solução para a litigância, dever-se-á encaminhá-la para a análise de um

[53] O Protocolo de Brasília. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/protocol1.htm. Acesso em: 12 dez. 2011. Os Estados-Partes viam nesse protocolo, em especifico, e no sistema de solução de controvérsias, em geral, a possibilidade de se incrementar as relações entre os países sobre a base da justiça e equidade, bem como a de tornar mais robusto o processo de integração econômica.

Comitê Técnico. Não havendo consenso, o Comitê deverá encaminhar a proposta ao GMC. Se tampouco não houver solução da controvérsia neste órgão, caberá às partes acionar o procedimento arbitral presente no Protocolo de Brasília.

Reconhecendo a importância de um sistema de solução de controvérsias para o aprofundamento do processo de integração, os países membros do MERCOSUL decidem firmar o Protocolo de Olivos [54], para:

> "... as controvérsias que surjam entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL serão submetidas aos procedimentos estabelecidos no presente Protocolo" (SICE, 2011, p. 1).

A principal característica que diferencia o novo protocolo de seus predecessores é a instituição do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do MERCOSUL. Barral (2002) assinala que a solução de controvérsias se dará ainda por meio da negociação e da arbitragem, inexistindo uma instância judicial supranacional com poder executor. O sistema permanecerá provisório e será modificado por ocasião da convergência da TEC entre os países pertencentes ao MERCOSUL.

As fases para a solução de um litígio devem compreender: (i) as negociações diretas feitas entre os países membros; (ii) a intervenção do GMC, dependente da solicitação de um país membro; (iii) arbitragem *ad hoc*, por três árbitros; (iv) recurso perante um Tribunal Permanente de Revisão; (v) recurso para o esclarecimento, visando elucidar características não claras do laudo; (vi) cumprimento do laudo pelo Estado obrigado; (vii) revisão do cumprimento; (viii) adoção de medidas compensatórias pelo Estado beneficiário; (ix) recurso, pelo Estado obrigado, das medidas compensatórias aplicadas.

Algumas inovações em relação à sistemática anterior podem ser destacadas, tais como: (i) a criação de normais procedimentais inspiradas na OMC; (ii) intervenção opcional do GMC; (iii) possibilidade de eleição do foro e (iv) possibilidade de reclamação dos particulares (MARTINS, 2006).

---

[54] O Protocolo de Olivos. Disponível em: http://www.sice.oas.org/trade/mrcsr/olivos/polivos_p.asp. Acesso em: 12 dez. 2011.

Terminada a análise da formação das instituições políticas do bloco do Cone Sul, a subseção seguinte trata da constituição das instituições econômicas do bloco. Serão analisadas as instituições monetárias e financeiras desse esforço, sua formação e funcionamento.

### 3.4 A formação das instituições econômicas no MERCOSUL

A questão da integração monetária e financeira tem sido alvo de interesses pelo menos desde a criação da ALALC, uma intenção que transcende a criação do MERCOSUL. Foi no âmbito da ALALC em que se tomaram as primeiras iniciativas em direção ao aprofundamento da integração monetária e financeira, por meio de acordos comerciais.

À época, foi criado o Conselho de Política Financeira e Monetária, constituído pelas autoridades máximas dos Bancos Centrais correspondentes. Sua atuação se deu pela ação da Comissão Assessora de Assuntos Monetários, cuja função principal fora a elaboração de estudos e sugestões acerca da temática monetária na região conformada pelo acordo (CUNHA e BICHARRA, 2005).

A 22 de setembro de 1965, por ocasião da segunda reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária, foi assinado acordo entre os Bancos Centrais dos países membros, criando o sistema de compensação multilateral de saldos e de créditos recíprocos [55], a decisão mais importante já tomada por aquela associação. Esse acordo permitiu a construção de um Fundo de Reservas, que visava sustentar o equilíbrio do BP dos países membros e servir de garantia para empréstimos de terceiros [56] (BETIOL, 1970).

[55] O acordo do México, como também é conhecido.

[56] O acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos encontra respaldo institucional, primeiramente, no TM60. Nessa fase de implementação do bloco, a instância política superior da organização (Conferência das Partes Contratantes) fez criar o Conselho de Política Financeira e Monetária. Ao se substituir a ALALC pela ALADI, com a subscrição do TM80, o tema de integração monetária permanece sob a denominação de Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI, 2012). Disponível em: http://www.aladi.org/nsfaladi/convenio.nsf/0fde500163bda7180325681f00671f51/1b5190b1f62238d10325681f0065c82a?OpenDocument.

O interesse pela integração monetária e financeira no MERCOSUL tem-se manifesto antes mesmo da assinatura do Tratado de Assunção. A questão da integração monetária foi tratada pela primeira vez entre Brasil e Argentina no ano de 1986, quando se assina o Protocolo nº10 de Estudos Econômicos, visando harmonizar as políticas econômicas dos dois países. No ano seguinte, é assinado o Protocolo nº20, em que se faz referência à criação do Gaúcho, uma unidade monetária comum que deveria ser ancorada em um Fundo de Reservas Binacional, confluído de recursos derivados do Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

O tema da integração monetária aparece ainda no Tratado que dá forma ao MERCOSUL, sob o tema da coordenação macroeconômica. Com a criação do SGT nº10 retomou-se no ano de 1993 o tema da integração monetária, sob a roupagem da construção de um arranjo cambial regional de taxas de câmbio flexíveis, que visasse evitar a prática de desvalorizações competitivas.

Essa proposta, então sugerida pelo Brasil, previa um período de transição em que um conjunto de regras deveria ser absorvido pelos países membros a fim de constituir um sistema de bandas, a saber: (i) a criação de uma unidade de referência cambial (URC), para coadunar a paridade das moedas nacionais com aquela referência; (ii) o estabelecimento de um sistema de bandas diferenciado de acordo com o tamanho do país [57] (CUNHA e BICHARA, 2005).

Em 1999, no curso da crise cambial brasileira, os presidentes dos países membros do MERCOSUL assinam um comunicado conjunto – o Comunicado Extraordinário dos Estados Membros do MERCOSUL - cuja razão de ser esteve amparada no avanço da integração monetária. Com a euforia que marca o relançamento do bloco, por ocasião da XVI Reunião Ordinária do Conselho do MERCOSUL, realizada naquele mesmo ano em Assunção, fez-se criar dois grupos de trabalho em referência ao tema da integração monetária.

O Grupo de Trabalho de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas imbuiu-se de tecer considerações acerca das políticas econômicas domésticas, sobretudo em se tratando dos aspectos relacionados à sustentabilidade de longo prazo das contas públicas e externas.

Já o Grupo *Ad-hoc* de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial objetivava acompanhar a conjuntura econômica dos países membros,

[57] Os países grandes deveriam adotar um sistema de bandas largas, ao passo que os pequenos adotariam um sistema de bandas mais estreitas (LAVAGNA e GIAMBIAGI, 1998).

bem como a evolução das rubricas associadas ao comércio interno e externo ao bloco (CUNHA e BICHARA, 2005; CUNHA, 2008).

Em junho de 2000, na VIII Reunião do CMC realizada em Buenos Aires, a Decisão n°30/00 revoga a Decisão n°6/99, que havia criado o Grupo de Trabalho de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

O grupo passa a ser substituído por um conjunto de medidas pragmáticas tendentes a aprofundar o processo de integração monetária no MERCOSUL: (i) elaborar estatísticas homogenias, sobretudo na área fiscal, baseadas em uma metodologia comum; (ii) veiculação periódica de indicadores em nível fiscal; (iii) estabelecimento, desde o ano de 2001, de metas fiscais e de endividamento do setor público, acordados de forma conjunta, bem como o processo de convergência; (iv) fazer um levantamento das práticas financeiras vigentes nos mercados financeiros e de capitais dos países membros, incluindo o sistema de pagamentos entre os países, com vistas a propiciar uma maior integração desses mercados e (v) criar o Grupo de Monitoramento Macroeconômico, sob os auspícios da Reunião dos Ministros de Economia e Presidentes dos Bancos Centrais (BICHARRA, 2002).

Para assumir essas responsabilidades, a decisão do CMC nº 59\00, que reestrutura os órgãos dependentes do GMC e do CMC, cria o Subgrupo de Trabalho de Seguimento da Conjuntura Econômica e Comercial. Este subgrupo assume os trabalhos da Comissão de Indicadores Macroeconômicos e da Comissão de Estatística (BICHARRA, 2002).

Os integrantes do bloco firmam em 2003 o Programa de Trabalho do MERCOSUL para o biênio 2004-2006, que inclui três medidas destinadas a incrementar a integração monetária entre os Estados Partes: (i) elaborar um estudo acerca da estrutura tributária interna aos Estados a fim de harmonizar a realidade fiscal do bloco; (ii) avaliar as medidas necessárias para se criar um mercado de capitais regional e (iii) harmonizar os indicadores macroeconômicos; (iii) levar a efeito as políticas macroeconômicas acordadas entre os países, bem como seu efetivo cumprimento e, por fim, dotar o GMC de maior institucionalização e hierarquização (CUNHA, 2008).

Conforme aponta CUNHA (2008) e BICHARRA (2002), esse breve histórico revela menos a prática do que as intenções de se fazer prosseguir o processo de integração monetária e financeira no Cone Sul. Para além das divergências de concepção e consecução de políticas econômicas, as turbulências

macroeconômicas por que têm passado os países componentes do MERCOSUL, bem como as diferenças nos regimes monetário e cambial, são apontadas como elementos obstantes do ímpeto integracionista.

Arestis e Paula (2003) acentuam ainda a ausência de bases institucionais firmes que sirvam de fundamento ao processo de integração mais robusto, destacando a dissimetria das estruturas econômicas e dos regimes macroeconômicos. A despeito dessa constatação, Brasil e Argentina, em momentos distintos, têm sinalizado para a premência do tema da integração monetária e financeira, a despeito das idiossincrasias diante das crises cambiais ocorridas na região.

Espera-se que, com a entrada da Venezuela no bloco, a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FCE) e do Banco do Sul, bem como o fato de se valerem Brasil e Argentina de moedas locais para o pagamento de transações internacionais, sirvam de plataforma para um novo ímpeto integracionista.

Deos, Mendonça e Wegner (2010) trazem à baila um conjunto de instituições criadas ao longo deste processo integracionista no que toca ao financiamento de longo prazo dessas economias. A partir de 2003, a América do Sul passa a tratar a integração econômica menos em termos de natureza tarifária e comercial do que de iniciativas, tais com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) [58], com o início das atividades IIRSA [59] (Iniciativa para a Integração Regional Sul-

[58] Inspirada nas Declarações de Cuzco (8 de dezembro de 2004), de Brasília (30 de setembro de 2005) e de Cochabamba (9 de dezembro de 2006), a UNASUL, um organismo internacional (dotado de personalidade jurídica internacional), é formada pelos doze países da América do Sul. O tratado de 11 de março de 2011 que dá vida à organização estabelece como seu móvel principal a construção de uma identidade e cidadania sul-americanas e o desenvolvimento de um espaço regional de integração no âmbito político, econômico, social, cultural, energético e de infraestrutura, para a consecução da unidade da América Latina e Caribe.
A integração e união sul-americanas são percebidas pelos ministros, chefes de estado e governo de seus respectivos países como um meio de se promover o desenvolvimento econômico e sustentável da região, privilegiando igualmente a redução da pobreza, da exclusão e da desigualdade social persistente. Entende o tratado que todas as conquistas e avanços até então empreendidos no âmbito do MERCOSUL e da CAN, assim como as experiências regionais do Chile, Guiana e Suriname, devam ser confluídos no processo de conformação da UNASUL, tendo em vista as idiossincrasias de cada Estado Parte (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011).

[59] No âmbito o IIRSA, assinala-se a atuação da Corporação Andina de Fomento (CAF), um banco sub-regional de desenvolvimento, e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), ambos os organismos criados na década de 1970 para apoiar a integração regional, tendo em vista o desenvolvimento econômico. O FOCEM, por seu turno, em operação desde 2007, tem como objetivo reduzir as assimetrias estruturais entre as economias do MERCOSUL, por meio do financiamento de longo prazo ao investimento (DEOS, e WEGNER, 2010).

Americana), a criação do FCE e o fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL (FOCEM).

Valendo-se do instrumental analítico proposto por Fanelli (2008) e Ocampo (2006), Deos, Mendonça e Wegner (2010) delimitam aquele conjunto de instituições em dois grandes eixos, de acordo com o fim a que se pretende: (i) otimizar o manejo da liquidez externa e (ii) melhorar as condições de acesso ao financiamento de longo prazo.

No quadro das iniciativas voltadas para o manejo da liquidez externa, destaca-se a atuação de organismos, tais como o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e o FLAR;

Enquanto que as iniciativas voltadas ao financiamento de longo prazo das economias destacam-se o FOCEM, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA) e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

O CCR [60] concentra as atribuições de estimular as relações financeiras entre os países e instituições financeiras da região, bem como propiciar o incremento no comércio internacional e a redução no uso de divisas internacionais. Após um período de larga queda nas operações do Convênio, o ano de 2003 parece apontar para uma franca recuperação nas operações cursadas em seu âmbito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

Em 2008 entra em vigor o SML [61] entre Brasil e Argentina. O SML consiste em um sistema de pagamentos binacional que integra os sistemas de pagamentos locais para a consolidação de operações comerciais, visando à redução da necessidade de intermediação do dólar no comércio sub-regional de bens e serviços. Esse sistema de pagamentos enseja a possibilidade de se liquidarem transações entre exportadores e importadores em moeda local, apesar de a compensação entre os Bancos Centrais se efetivar em dólares. Segundo Deos,

[60] O CCR foi firmado em 25 de agosto de 1982, no âmbito da ALADI. São signatários deste convênio os Bancos Centrais dos países membros da ALADI (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e da República Dominicana. A emergência do Convênio se deu num contexto de escassez de divisas que marcou a década de 1980 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012). Disponível em: http://www.bcb.gov.br/?RED1-INFOCCR.

[61] Com o crescimento do comércio bilateral entre Brasil e Argentina e a percepção dos elevados custos de transação limitantes ao acesso de pequenas e médias empresas, “desponta” a ideia de se utilizarem moedas locais no comércio regional. Cumpre acrescentar que o “lançamento” do SML foi uma resposta argentino-brasileira à crise de 2008, quando se verificou intensa saída de capitais e contração dos fluxos de comércio. O mecanismo foi aprovado na Cúpula de Assunção de 2007, por meio da decisão CMC nº 25\07. (INFORME MERCOSUL, 2012).

Mendonça e Wegner (2010), o advento do SML possibilitou a exportadores e importadores reduzirem seus custos e se protegerem dos riscos associados à variação cambial.

Cabe analisar também o papel desempenhado pelo FLAR [62], um fundo de reservas destinado a financiar os desequilíbrios do BP de seus membros e uma "blindagem financeira" para mitigar crises de caráter regional. Caracteriza a sua estrutura o menor rigor relativamente ao demandado por instituições multilaterais de centro. Sua atuação tem se tornado evidente, sobretudo, em episódios de crises, que vêm afetando as economias da região, servindo de garantia e concedendo empréstimos a terceiros (FLAR, 2012).

No quadro de instituições voltadas para o manejo da liquidez cita-se a CAF [63], percebida como uma instituição financeira multilateral e sub-regional que se volta ao financiamento do desenvolvimento econômico. A organização é hoje o principal instrumento financeiro da integração andina, atuando na consolidação de práticas de supervisão e regulação dos mercados financeiros domésticos e no desenvolvimento dos mercados de capitais regionais.

Destaca-se também como a principal provedora de recursos de médio e longo prazos a projetos em áreas estratégicas na América do Sul – transporte e telecomunicações. Dessa maneira, a CAF é o principal braço financeiro da região e possui grande abrangência no que toca ao financiamento de projetos produtivos e de infraestrutura.

O FONPLATA [64], por seu turno, é integrado por cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia), quatro deles pertencentes ao MERCOSUL, e o quinto, a Bolívia, um membro associado. Seu objetivo é o de promover o

---

[62] Os países integrantes do FLAR: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. O FLAR surgiu em 1989 como uma iniciativa dos países andinos para ampliar o escopo do antigo Fundo Americano de Reservas (FAR) para toda a América Latina (FLAR, 2011).

[63] A CAF foi constituída em 1970. Dela fazem parte Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana. A instituição promove um modelo de desenvolvimento sustentável e integração regional, por meio de operações de crédito e apoio à estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado na América Latina (CAF, 2012).

[64] O FONPLATA foi constituído em 6 de junho de 1971 por ocasião da IV Reunião de Chanceleres realizada em Assunção. Conforme dispõe o Tratado da Bacia do Rio da Prata (2012), esse esforço integracionista remonta pelo menos ao ano de 1967, quando se iniciam as primeiras reuniões dos países da Bacia do rio da Prata.
O Tratado encontra-se disponível em: http://www.fonplata.org/institucional/Documentos%20compartidos/tratadocp.pdf. Acesso em: 16 de jan. 2012.

desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia do rio da Prata e de suas áreas de influência (FONPLATA, 2012). Trata-se de um organismo de baixa abrangência e capacidade de atuação, uma vez que seu *funding* só pode aumentar pela ampliação de capital e, marginalmente, pela emissão de títulos de dívida.

Por fim, o FOCEM nasce do reconhecimento da existência de assimetrias de caráter estrutural e relacionadas, sobretudo, ao diferencial de desenvolvimento econômico e tamanho dos países do MERCOSUL, características percebidas como obstantes do próprio esquema de integração [65].

Nesse particular, o Fundo destina-se a financiar programas de convergência estrutural [66], promover a competitividade [67] e a coesão social [68], bem como fortalecer a estrutura institucional do bloco do Cone Sul [69] (MERCOSUL\CMC\DEC Nº28\06).

O Banco do Sul, a ser criado por Argentina, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai, Bolívia, e Uruguai, constitui um fundo de empréstimos multilateral e braço financeiro da UNASUL [70] destinado a promover a integração e o desenvolvimento da América do Sul, por meio de financiamentos mais flexíveis e não sujeitos às condicionalidades tradicionalmente impostas pelos mecanismos existentes.

A proposta do Banco do Sul, surgida em 2006, insere-se na esteira dos desdobramentos da cooperação financeira regional, percebida como alternativa mais célere à integração regional. A proposta de criação do banco regional surgiu a partir do "projeto bolivariano" de liderança regional, fortemente calcado no

---

[65] O FOCEM está em operação desde 2006. Foi criado pela decisão CMC Nº 45\04. Trata-se do primeiro instrumento financeiro do bloco com o objetivo de reduzir assimetrias e dessemelhanças. Seu *funding* é formado por contribuições financeiras dos Estados Partes no montante anual de U$ 100 milhões, ademais das contribuições voluntárias de seus membros e recursos provenientes de terceiros países ou organizações internacionais (MERCOSUL, 2012).

[66] Os projetos desenvolvidos no âmbito desse programa deverão contribuir para o desenvolvimento e o ajuste estrutural das economias e regiões menores e menos desenvolvidas do bloco do Cone Sul, incluindo a melhoria dos sistemas logísticos e de controle transfronteiriço (MERCOSUL, 2012).

[67] Os projetos desenvolvidos no âmbito desse programa deverão contribuir para o desenvolvimento das estruturas produtivas do MERCOSUL. Esse programa inclui aspectos de desenvolvimento e difusão tecnológica, bem como de integração das cadeias produtivas e comerciais (MERCOSUL, 2012).

[68] A natureza dos projetos desenvolvidos no âmbito desse programa está relacionada ao desenvolvimento social, sobretudo em áreas de fronteira, incluindo aspectos de saúde humana, educação, redução da pobreza e desemprego (MERCOSUL, 2012).

[69] Os projetos de natureza institucional visarão desenvolver a estrutura institucional do MERCOSUL, tendo em vista o objetivo da integração (MERCOSUL, 2012).

[70] Deos e Wegner (2009) entendem a instituição como um banco de desenvolvimento sul-americano percebido pelos seus dirigentes como uma alternativa ao *mainstream* institucional em um contexto de crises, marca maior da década de 1990.

antiamericanismo e na oposição a instituições sediadas em Washington (BIANCARELI, 2008) [71].

As autoridades brasileiras esperam que a instituição inicie suas operações no ano de 2013. Para que isso ocorra, é necessário que o Congresso Nacional aprove um instrumento de ratificação de ingresso desta nação à instituição. Em 2011, o Congresso Nacional argentino aprovou o projeto que ratifica a criação do Banco do Sul. Além da Argentina, dos 7 países fundadores da organização, a Venezuela, o Equador, a Bolívia e o Uruguai já aprovaram a medida, restando ainda o posicionamento da nação paraguaia (BBC, 2012).

## 3.5 O debate acerca das AMOs: o caso do MERCOSUL

São 20 anos de esforços de integração no Cone Sul. A evolução institucional do bloco encontra-se na etapa de uma união aduaneira incompleta, a fase inicial do processo de integração econômica. O caminho para a constituição de uma união monetária, consubstanciada em uma moeda comum, exige avanços mais profundos e ousados, que rompam com a aparente inoperância do bloco.

A TAMO sublinha um conjunto de condições objetivas que conformam uma área de moeda comum. A teoria sublinha ainda que as condições podem ser endogenamente criadas, no curso do processo de integração. Economistas que tratam dos temas associados à integração têm despendido esforços em desvendar as características desse processo, com especial ênfase para os seus obstáculos.

Dessa maneira, o imaginário desses homens e mulheres tem-se arraigado pelo ideário da criação de uma moeda única ou uma união monetária, tendo em vista o benefício dessa iniciativa. Procura-se, nesta seção, avaliar algumas das contribuições mais representativas das pesquisas desenvolvidas nesse âmbito de modo a sistematizar o entendimento atual do processo de integração no âmbito do MERCOSUL.

[71] O Brasil resistiu de início à proposta de criação do Banco do Sul, tendo em vista os termos pouco precisos em que se colocava a idéia. Ao contrário, era afeito ao fortalecimento de instituições já existentes, a exemplo do CAF e do FONPLATA, ou mesmo do alargamento do escopo de ação do BNDES na região (BIANCARELI, 2008).

Giambiagi (1997) parte de uma leitura otimista para defender a construção de uma moeda única no âmbito do MERCOSUL. Segundo o autor, a união monetária é uma estratégia de longo prazo a ser perseguida por autoridades políticas e econômicas, visto se tratar de um poderoso reforço para a estabilidade dos países.

Em 1997, diante da proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), aventou-se a possibilidade de criação de uma moeda única no seio do Cone Sul, presente no discurso político e econômico, bem como na academia e meios de comunicação em geral (GIAMBIAGI, 1999).

A inexistência de condições objetivas não deveria ser considerada obstáculo para o aprofundamento do processo de integração econômica (GIAMBIAGI, 1998). As crises que se seguiram à constituição do bloco poderiam ser entendidas como fases necessárias ao processo de amadurecimento da dinâmica integracionista.

Para que isso ocorra, uma postura ativa deveria ser assumida pelos dirigentes políticos, visando: em primeiro lugar, estabelecer mecanismos de coordenação macroeconômica entre os países; em segundo lugar, aprofundar estudos para a criação de uma cidadania comum, mediante a constituição de um passaporte do MERCOSUL e, por fim, harmonizar as políticas trabalhistas e as estruturas legais relativas ao mercado de trabalho e capitais. O autor é otimista e considera que, pelo menos desde a década de 1980, havia-se acentuado o processo de convergência macroeconômica das variáveis PIB, inflação e dívida pública entre os países-membro do esforço.

Para esse autor, um mecanismo de *enforcement* deveria ser criado para tornar mais efetivo o processo de integração econômica. O robustecimento do bloco traria as seguintes vantagens: primeiramente, o reconhecimento do MERCOSUL, pelos demais países e blocos internacionais, como uma nação de porte médio; em segundo lugar, os cronogramas de integração serviriam como um suporte de credibilidade, propiciando maior estabilidade à região; em terceiro lugar, a estabilidade atuaria como um fator de atração de investimentos externos para a região; em quarto lugar, uma maior estabilidade reduziria o patamar das taxas de juros; em quinto lugar, haveria uma redução da incerteza cambial e, por fim, os custos de transação no interior da região desapareceriam (GIAMBIAGI, 1997).

Por meio da análise das políticas monetária e cambial, e de variáveis de integração regional, Sarriera, Cunha e Bicharra (2010) concluem que qualquer

tentativa de constituição de uma moeda única esbarraria em problemas advindos da baixa convergência e coordenação das políticas macroeconômicas.

Os episódios recentes de crises financeiras domésticas têm afastado as economias do Cone Sul de uma maior integração e cooperação econômica, forçando-as a adotar unilateralmente políticas que visem contornar desequilíbrios internos e que acabam por produzir novas perturbações em suas relações. Nesse particular, a utilização de políticas econômicas díspares na região, a despeito de haver certo padrão no que toca à adoção de regimes de metas para a inflação e câmbio flutuante, promove um afastamento relativo dos membros pertencentes ao bloco. Corroborando os postulados teóricos da TAMO, a divergência dos ciclos econômicos tende a criar sérios obstáculos à formação de uma união monetária.

Em uma perspectiva menos otimista, Mundell (2000 *apud* BAUMANN e CHAGAS, 2007) argumenta que a adoção de uma moeda única pelos países do Cone Sul faria cair as taxas de juros regionais a níveis próximos dos vigentes nos Estados Unidos. Para McKinnon (2000), Mundell defende a necessidade de se unirem politicamente as nações do Cone Sul e de permanecerem financeiramente estáveis para que se consubstancie a união monetária na região.

Baseados nas teses contidas no instrumental mundelliano, Giambiagi e Barenboim (2002) assinalam que os maiores países do eixo - Argentina e Brasil - não atendem aos critérios para formação de uma AMO. Processos de integração econômica, de cujo ápice depreende-se a criação de uma moeda única, são considerados lentos e graduais, tendo em vista a formação da zona do euro, que se deu em não menos de quatro décadas.

No entanto, a análise deve ser orientada para o *timing* da consecução da integração, a exemplo da unificação alemã feita entre dois países em um espaço de tempo relativamente curto. As circunstâncias apontadas pelos autores requerem uma aceleração nos “tempos” da integração, uma vontade que deve ser carreada pelo Brasil, na qualidade de maior nação sul-americana, não havendo obstáculos para esse feito.

Na questão do *timing*, deve-se levar em consideração: em primeiro lugar, que a união monetária é uma meta de longo-prazo a ser perseguida e o fato de que a globalização hodierna impõe uma velocidade muito maior aos fatos econômicos (GIAMBIAGI, 1997).

Eichengreen (1998), por sua vez, assinala que a integração comercial nos primeiros anos de experiência integrativa se deu em um ambiente de elevada turbulência macroeconômica, marcada pelas políticas de estabilização no eixo. A despeito dos recuos e sobressaltos que marcaram a década de 1990, sobretudo no que toca às consequências advindas dos planos de estabilização argentino e brasileiro, com todas as medidas de salvaguarda que os precederam, a integração regional fez significativo progresso.

Uma lição que deve ser apreendida do caso mercosulino é a de que as políticas macroeconômicas, tomadas unilateralmente, são fatores irrelevantes em acordos regionais de livre comércio, fazendo ruir a “máxima” de que, diante de um quadro de divergência macroeconômica, um acordo de livre comércio exigiria plena harmonização das políticas macroeconômicas entre os países.

O engatinhar do MERCOSUL sobreviveu ao período de turbulências somente em decorrência de condições excepcionais, quais sejam, (i) o incremento do comércio entre os principais membros do bloco ter-se dado a partir de níveis pouco significativos; (ii) o crescimento das importações em um contexto de *boom* econômico e (iii) o ambiente internacional ostentava forte liquidez creditícia e demanda por importação. Preconizava o autor que o futuro em que adentravam as economias do Cone Sul seria marcado pela volatilidade macroeconômica, tendo em vista o efeito tequila e o quadro de crises que se iniciara.

Desse modo, a questão acerca da harmonização das políticas macroeconômicas e a pertinência de um regime de câmbio estável, que culmine, em última instância, em uma moeda única, viriam à baila, pois: em primeiro lugar, a variabilidade da taxa de câmbio impactaria o comércio e o mercado regional. O fato de a integração comercial entre províncias argentinas e estados brasileiros ser maior do que a verificada entre os dois parceiros comerciais, não implica em impossibilidade de se criar uma moeda única, pois um sistema de câmbio estável é considerado necessário em uma área econômica.

Em segundo lugar, uma área econômica é tributária de taxas de câmbio estáveis ou mesmo uma moeda única, pois, mudanças nas taxas de câmbio deslocam a demanda por importações. Por fim, há incompatibilidade entre integração regional e taxas de câmbio flutuantes.

Para que o MERCOSUL leve adiante a estratégia de se criar um acordo de estabilização cambial ou uma moeda única, deve-se prosseguir ao processo de

integração regional para além de uma união aduaneira. Eichengreen (1998) sugestiona que o regime mais indicado para se atingir uma maior estabilidade cambial é o *voltarian regime*, no qual cada país deve tender à sua preferência cambial, podendo variar desde um regime em que se atrele a moeda nacional à uma moeda internacional estável, ou a implementação de um regime de metas para a inflação.

A variabilidade da taxa de câmbio pode reduzir-se a níveis inferiores ao longo do tempo, dependendo da taxa de câmbio adotada. O que significa que a opção por uma união monetária não pode ser guiada por princípios a priorísticos.

Esse autor aponta como pré-requisitos para a formação de uma união monetária: em primeiro lugar, a construção de um banco central independente alheio ao ciclo político; em segundo lugar, a flexibilidade dos preços e salários, para evitar o desemprego e a inflação; em terceiro lugar, um setor financeiro robusto, para evitar o viés inflacionário e, por fim, fortes barreiras à saída.

Eichengreen (1998) conclui que, no que toca à criação de bancos centrais independentes, o eixo já percorreu um grande caminho, devendo-se atentar para o fortalecimento dos mercados financeiros e tornar mais flexível o mercado de trabalho.

Berg (2002) acentua a predominância dos regimes cambiais flexíveis, sobretudo no contexto latino-americano (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia). Essas mudanças têm-se dado em contexto de extrema integração nos mercados financeiros internacionais e volatilidade nos fluxos de capitais, que condicionam a tomada de decisão das elites nacionais.

Um regime de taxas de câmbio flexíveis propicia maior credibilidade e durabilidade ao *peg*, permitindo que os choques financeiros internacionais sejam absorvidos mais gradualmente. Segundo Berg (2002), os países latino-americanos são menos abertos ao comércio internacional que outros países com igual nível de desenvolvimento, apesar de seu comércio multidimensional.

Nesse sentido, os países da América Latina não devem ser considerados fortes candidatos à constituição de uma área monetária. Entretanto, o padrão de comércio internacional é, em certa medida, endógeno, e a direção do comércio pode mudar se se constituir uma área de livre comércio nas Américas.

A correlação de variáveis econômicas entre pares de países tem sido objeto de estudos que apontam para sua baixa associação em países latino-americanos.

Bayoumi e Eichengreen (1994) analisam o grau de correlação do produto entre pares de países e chegam à mesma constatação do baixo movimento conjunto do produto. A mesma conclusão é percebida quando se trata de choques de oferta. Em outras palavras, há pouca correlação de distúrbios entre os países membros do MERCOSUL, havendo baixa similaridade a choques entre esses países. Essas considerações não suportam a ideia de formação de uma área monetária na América Latina.

Enquanto o movimento conjunto de variáveis macroeconômicas entre países da América Latina não se mostra elevado, há relativo consenso de que os mercados financeiros internacionais percebem a América Latina como um bloco unificado. Apesar de não haver uma estrutura teórica que sustente a ideia do comovimento dos mercados financeiros para a conformação de áreas monetárias ótimas, pode-se especular que as políticas monetária e cambial possam reagir de maneira similar na América Latina.

Desse modo, uma moeda comum seria uma razoável escolha a ser feita. Analisando-se a reação conjunta dos países que compõem a América Latina, de maneira geral, e o Cone Sul, de maneira específica, há pouca confluência de ação diante das crises financeiras internacionais, sendo a adoção de uma moeda única uma possibilidade para o enfrentamento de crises.

Vale destacar que a análise acerca da conveniência ou possibilidade de adoção de uma moeda única deve transcender variáveis de natureza econômica. Considera-se igualmente a importância de variáveis políticas e institucionais para a conformação de áreas monetárias.

O caso europeu exibiu a relevância do comprometimento político para a constituição de uma área monetária comum, e o tempo requerido para se construírem instituições que suportem aquele comprometimento. Entretanto, os países pertencentes à zona do EURO apresentam níveis semelhantes de desenvolvimento econômico e financeiro.

Dessa maneira, os passos na direção da construção de uma área monetária se dariam de maneira lenta e conflituosa na América Latina. A criação de bancos centrais independentes seria uma pré-condição para a conformação de uma área monetária no MERCOSUL (BAYOUMI e EICHENGREEN, 1994).

Trazendo à luz o debate acerca das instituições internacionais, Dorucci (2002) investiga em que medida a integração institucional interage com a integração

econômica em nível regional, demonstrando o que se pode depreender da experiência europeia de integração para o caso latino-americano. Esse autor demonstra que a América Latina é hoje menos integrada economicamente do que a UE, mesmo em se tratando dos momentos iniciais deste esforço.

A integração institucional transcendeu a criação de uma união aduaneira no caso europeu e se moveu em direção à constituição de um mercado comum de moeda. A integração econômica mais profunda sustentou e tornou robusta a integração institucional.

O aprofundamento da integração institucional desempenha um importante papel no aprofundamento e aceleração do processo de integração econômica regional. Enquanto uma integração econômica mais profunda clama por um arranjo institucional vultoso, o desenvolvimento institucional só é viável se houver um processo de integração econômica que o sustente.

O nível modesto de integração econômica na América Latina deve ser interpretado como um primeiro estágio no processo de aprofundamento da integração, devendo haver forte comprometimento político e institucional para fazer avançar a ação integrativa no Cone Sul. Um esforço conjunto em direção à integração econômica na América Latina poderia criar um circulo virtuoso sustentável e efetivo entre o desenvolvimento de arranjos institucionais e a integração econômica ao nível regional.

A integração institucional europeia promoveu um impacto de relevo em seu processo de integração. A integração econômica foi mais intensa quando a integração institucional se deu de maneira mais profunda. Dessa maneira, o aprofundamento da integração institucional, por meio da criação de um mercado comum ou do uso conjunto de políticas monetárias e cambiais, desempenha um papel de destaque na aceleração do processo de integração econômica regional.

Dorrucci *et al.* (2002) criam dois índices para medir o grau de integração institucional: o primeiro que compreende os estágios tradicionais abordados na teoria da integração e o segundo que afere o grau de integração econômica, utilizando medidas de integração financeira, monetária e real sugeridas pela TAMO.

Esses autores aplicam os índices ao caso latino, utilizando a UE como parâmetro, chegando a duas conclusões: em primeiro lugar, no caso da UE, houve uma clara relação entre o desenvolvimento institucional e econômico durante o processo de integração e, em segundo lugar, o grau de integração do MERCOSUL

atingiu, em fins de 2001, uma posição idêntica a que havia atingido a Europa em meados de 1960.

Segundo Dorrucci *et al.* (2002), a existência de uma lista de exceções à TEC e o fato de o MERCOSUL ser de caráter intergovernamental são as principais explicações para a baixa integração econômica na região.

Levy-Yeyati e Sturzenegger (2000), por seu turno, percebem a união monetária como um mecanismo de controle inflacionário em economias instáveis e vulneráveis. O caso do MERCOSUL, em vista da zona do EURO, estaria longe de atingir os requisitos necessários para a construção de uma união monetária.

O grau de interdependência econômica entre os países do MERCOSUL é muito baixo se comparado à zona do EURO, visto o caráter relativamente "fechado" de suas economias (ARROYO, 2002). A evidência empírica sugere que o MERCOSUL não tem promovido uma reorientação no comércio voltado para as exportações, tão somente inserindo-se em um processo amplo de abertura que as economias experimentaram na década de 1990.

Durante essa década houve um incremento de vulto no valor das exportações, enquanto que as importações intrabloco permaneceram *grosso modo* estagnadas, não se devendo considerar aquelas um indicador de sucesso em processos de integração.

No que toca à movimentação de fatores, o MERCOSUL estaria longe de se constituir uma união monetária, se comparado ao movimento transfronteiriço da UE, apesar de previsto no artigo primeiro do Tratado de Assunção. O progresso até então empreendido em relação à liberalização do mercado de trabalho fora a criação do Subgrupo de Trabalho nº 10. As condições de trabalho em cada país e o sistema de seguridade social devem ser levados em consideração. As diferenças legislativas entre cada membro tornam difícil o aprofundamento do processo de integração.

As barreiras culturais e linguísticas, bem como os impedimentos legais, são fortes condicionantes do processo de integração dos mercados de trabalho regionais. No caso em tela, as diferenças culturais e linguísticas são de baixo impacto, tento em vista a origem político-cultural da região e a similaridade linguística entre os membros do bloco.

O que se deve levar em consideração são as restrições legais que podem barrar o processo de integração no curto e longo prazos. Os países estarão ávidos por aprofundar a integração no mercado de trabalho se tiverem certeza de que

choques de produtividade não promoverão migrações de vulto em direção aos países mais ricos. Essa diferença representa um substancial obstáculo ao processo de integração no mercado de trabalho, dado que os países mais ricos seriam relutantes em abrir seus mercados ao fluxo de mão de obra dos vizinhos.

Quando as estruturas no mercado de trabalho são similares, a migração internacional será uma resposta aos choques de oferta. Se as diferenças de renda persistem, a migração será uma resposta a essa desigualdade até que as rendas se equalizem.

A região do Cone Sul tem experimentado desde a década de 1990 um intenso fluxo de capitais advindos de mercados financeiros internacionais desregulamentados. Uma moeda comum poderia eliminar os ataques especulativos em relação às mudanças de paridade nas moedas dos países mercosulinos.

Licandro-Ferrando (2000) analisa a resposta dos países pertencentes ao bloco do Cone Sul a choques externos, em comparação a experiências como as do NAFTA e UE. Conclui que os choques latinos são menos simétricos do que os que afetam aqueles esforços, em linha com a literatura (ARROYO, 2002; BAYOUMI e EICHENGREEN, 1994; ARORA, 1999). A integração econômica no seio do MERCOSUL promovera um aumento no coeficiente de correlação do produto entre Brasil e Argentina, diante de choques externos.

Vale ressaltar o argumento de Licandro-Ferrando (2000) ao destacar o problema temporal no estudo de Bayoumi e Eichengreen (1994), que considera um período de análise que finda antes de 1989, anterior, portanto, à construção do NAFTA e MERCOSUL. A partir de então, o comércio entre os parceiros do norte, bem como os do sul, aumentou sobremaneira.

Para Rigolon e Giambiagi (1999), a despeito de o MERCOSUL ter removido paulatinamente barreiras limitantes ao comércio intra-regional, o aprofundamento do processo de integração requer maior coordenação macroeconômica, sendo a unificação monetária uma alternativa de longo prazo para esse objetivo.

Arestis e Paula (2003) sublinham a importância de se adotarem instituições corretas, que gerem mais emprego após um processo de união monetária. Nesse sentido, o mercado de fatores do MERCOSUL não seria suficientemente unificado para atender aos critérios de uma AMO, além de o volume de comércio intra-mercosulino ser ainda bastante baixo.

Finalmente, Castro e Souza (2001) argumentam que o processo de integração, cumprida a etapa de conformação de uma união aduaneira incompleta, exige maiores esforços no que toca a convergência institucional e de políticas econômicas.

## 3.6 Considerações Finais

A evolução do comércio internacional no pós-guerra oscilou entre a abertura e o fechamento das economias nacionais. Nos anos posteriores àquele conflito, nascia o multilateralismo, entendido como a ação política voltada para a redução das barreiras ao comércio de bens e serviços, visando à obtenção do pleno emprego e ao incremento do bem estar social entre as nações.

As duas ondas de regionalismo sublinham a dicotomia abertura-fechamento. Neste caso, o fim do multilateralismo puro, marcado pelas ações protecionistas dos Estados Unidos e Inglaterra, diante da ascensão de novos atores internacionais, possibilitaria o surgimento do regionalismo de velha guarda.

A ALALC, primeira iniciativa de aprofundamento da integração econômica no espaço sul-americano, assinala a resposta latina aos acontecimentos políticos e econômicos nas relações internacionais. Desde então, tem-se discutido a questão da integração monetária e financeira em âmbito regional.

A criação do Conselho de Política Financeira e Monetária, atuando por meio da Comissão Assessora de Assuntos Monetários, e o acordo entre os Bancos Centrais, firmado por ocasião da 2° reunião do Conselho, que cria o sistema multilateral de compensação de saldo e créditos recíprocos, possibilitaram a construção de um Fundo de Reservas destinado a sustentar o equilíbrio do BP.

Entretanto, a rigidez dos mecanismos para a liberalização comercial, previstos no TM60, os golpes militares e o modelo de desenvolvimento adotado pelos países sul-americanos poriam fim ao empreendimento da ALALC, que muito pouco avançou em termos materiais.

A mudança no cenário internacional recente, crescentemente frágil e vulnerável (MINSKY, 2010), faria surgir o novo regionalismo (ou o regionalismo

aberto), uma alternativa *second best* à tradicional inserção das economias em desenvolvimento na economia internacional.

A ALADI, nascida no bojo desses acontecimentos, adotaria, em seu TM80, mecanismos mais flexíveis de liberalização e integração, permitindo mesmo a criação de instituições sub-regionais de integração. Trata-se de uma inovação institucional que daria vida ao esforço de integração do Cone Sul.

*Grosso modo,* o processo de conformação deste tem-se dado de maneira lenta e gradual, com avanços e recuos. São 20 anos de esforço e o quadro institucional do bloco encontra-se hoje na etapa de uma união aduaneira incompleta; portanto, a fase inicial de um processo de integração econômica.

O interesse pela integração monetária e financeira no MERCOSUL tem-se manifesto antes mesmo da assinatura do Tratado de Assunção. Os Protocolos nº10 e nº20, que visavam, respectivamente, harmonizar as políticas econômicas entre Argentina e Brasil e criar um padrão monetário comum (o gaúcho) de compensação recíproca e a coordenação macroeconômica presente no Tratado de Assunção, foram iniciativas voltadas ao tema financeiro e monetário.

É importante destacar ainda a criação do SGT nº10, criado sob os auspícios de um arranjo de taxas de câmbio flexíveis, a fim de evitar práticas de desvalorização competitiva, o Grupo de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas e o Grupo *ad hoc* de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial.

Apesar desses avanços, o caminho para a criação de uma moeda única exigira passos mais ousados, que rompam com a inoperância característica dos tempos hodiernos de integração. Estudos têm demonstrado que o MERCOSUL não constitui uma união monetária e que muito deve ser feito se o objeto de ação for o aprofundamento da integração econômica.

Leituras otimistas apontam que a criação de uma moeda única na região seria uma estratégia de longo prazo de reforço, político e econômico, desses países. A inexistência de condições objetivas não deve ser considerada um condicionante negativo do processo de integração econômica, por ser aventado endogenamente.

Dessa forma, o aprofundamento da integração econômica possibilitaria, em primeiro lugar, o reconhecimento do MERCOSUL como uma “nação” de porte médio; em segundo lugar, uma maior estabilidade econômica advinda da transparência e

credibilidade do esforço, atraindo investimentos diretos para a região e, por fim, a redução da incerteza cambial e dos custos de transação a ela associados.

As leituras menos otimistas, por sua vez, apontam que qualquer tentativa de constituição de uma moeda única esbarraria em problemas advindos, em primeiro lugar, da baixa convergência institucional e macroeconômica; em segundo lugar, do baixo nível de abertura ao comércio internacional, relativamente aos países de nível de desenvolvimento semelhante; em terceiro lugar, do baixo fluxo migratório transfronteiriço e diferenças legais trabalhistas, e, por fim, do diferencial de rendas nacionais.

A fase de exuberância integrativa (década de 1990) deve ser vista com cautela, pois, em primeiro lugar, o incremento no comércio entre os principais membros do bloco se deu a partir de níveis pretéritos baixos; em segundo lugar, o crescimento das importações, apesar de modesto, ocorreu em um contexto de *boom* econômico e, por fim, o ambiente internacional ostentava forte liquidez creditícia e uma demanda por importações aquecida. Isso implica uma aceleração no *timing* de execução da integração para além de uma união aduaneira.

A integração econômica exige entendimento que transcenda a esfera das relações econômicas. As variáveis políticas e institucionais foram analisadas, visando à ampliação da análise estritamente econômica. A característica intergovernamental e consensual do processo decisório mercosulino pode sugerir que a supranacionalidade não é bem quista pelos países membros do bloco, uma vez que implica perdas de soberania.

A estrutura institucional do esforço mostra que muito pouco se tem evoluído em direção a este arranjo institucional. Apesar das mudanças qualitativas que trouxe, o Protocolo de Ouro Preto veio confirmar a característica da baixa supranacionalidade do bloco.

A criação do laudo, como etapa final do processo de solução de controvérsias, não constitui força executora, uma vez que não se consubstancia em autoridade internacional com ingerência sobre o cumprimento de acordos. Da mesma maneira, a instituição do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, pelo Protocolo de Olivos, não imprimiu forte ênfase na institucionalidade, já que não se constitui em instância judicial supranacional com poder executor.

A despeito da criação de instituições voltadas tanto ao manejo da liquidez externa quanto à melhoria das condições de financiamento de longo prazo das

economias da região, esse breve histórico revela menos a prática do que as intenções de se fazer prosseguir o processo de integração monetária e financeira no Cone Sul.

# 4 OS ASPECTOS EMPÍRICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Estudados os aspectos teóricos da integração econômica e política, bem como os avanços institucionais promovidos no âmbito do MERCOSUL ampliado, faz-se necessário analisar a realidade empírica desse esforço, buscando verificar em que medida esses países se aproximam de um processo mais robusto de integração econômica.

Tendo como pano de fundo a TAMO, que servirá de referência para as duas seções empíricas, será feita, em um primeiro momento, uma análise estatística puramente descritiva, tentando demonstrar em que medida o MERCOSUL ampliado se molda aos pressupostos teóricos daquela teoria. Em um segundo momento, será estimado um modelo de simetria a choques para o MERCOSUL+1, de modo a verificar se o comportamento das variáveis econômicas selecionadas converge no interior dessas economias.

## 4.1 Indicadores de integração para o caso do MERCOSUL ampliado

O arcabouço teórico da TAMO aponta para algumas características que devem apresentar os potenciais entrantes a uma área monetária. Ademais do critério clássico desenvolvido por Mundell (1961), bem como dos corolários propostos por Mckinnon (1963) e Kennen (1969), outros pontos devem ser levados em consideração, se se tem por objetivo aprofundar o processo de integração econômica. Nesse sentido, o idioma, a forma de governo, a religião e o colonizador comum têm um importante papel a desempenhar. A Tabela 1 assinala as características populacionais dos países componentes do MERCOSUL ampliado.

TABELA 1 - IDIOMA OFICIAL, FORMA DE GOVERNO, RELIGIÃO E COLONIZADOR DO MERCOSUL AMPLIADO

| PAÍS | IDIOMA OFICIAL | FORMA DE GOVERNO | RELIGIÃO | COLONIZADOR |
|---|---|---|---|---|
| ARGENTINA | ESPANHOL | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| BOLÍVIA | ESPANHOL QUÍCHUA E AIMARÁ | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| BRASIL | PORTUGUÊS | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | PORTUGAL |
| CHILE | ESPANHOL | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| COLÔMBIA | ESPANHOL | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| EQUADOR | ESPANHOL, QUÍCUA E LÍNGUAS REGIONAIS | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| PARAGUAI | ESPANHOL E GUARANÍ | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| PERU | ESPANHOL, QUÍCHUA E AIMARÁ | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| URUGUAI | ESPANHOL | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |
| VENEZUELA | ESPANHOL | REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA | CRISTIANISMO | ESPANHA |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM THE WORLD FACTBOOK (CIA) (2012)

Salvo as diferenças e idiossincrasias dos diferentes povos e civilizações, que os tornam tão peculiares no conjunto da sociedade internacional, algumas semelhanças podem ser depreendidas. A grande maioria das economias do MERCOSUL ampliado possui um colonizador comum, à exceção do Brasil, que foi colonizado por Portugal. A despeito da sutil diferença, trata-se de povos de mesma estirpe ibérica e católica (DE HOLANDA, 1936).

A colonização que aqui se processou, independente da nação que a fizera, foi caracterizada por um sentido, uma linha mestra que lhe dava direção. Caio Prado Júnior (1942) chama de o sentido da colonização o objetivo exterior e estranho às colônias de exploração – a produção de gêneros alimentícios para fora do “país” – o

norte que organizou a economia e sociedade brasileira e sul-americana. Consequentemente, tudo se disporia naquele sentido. Dessa maneira, muito embora a civilização brasileira se tenha colonizado por Portugal, dissolve-se a diferença pelo sentido da colonização.

Em se tratando do vernáculo desses povos, o espanhol e o português são tidos pelos linguistas como “línguas irmãs”, advindas do mesmo tronco de línguas ibero-ocidentais. Vale dizer que, mesmo valendo-se do *portunhol*, esses povos fronteiriços não encontram dificuldades linguísticas de se relacionarem e, em última instância, integrarem.

A forma de governo lança luz sobre um delicado aspecto do processo de integração econômica, uma vez que diferentes regimes políticos tenderiam a se chocar durante negociações e diálogos entre os Estados. Não mais sendo o Brasil uma Monarquia entre Repúblicas, a forma de governo não exige maiores considerações.

A análise dos caracteres culturais, por seu turno, é por vezes subjetiva e de difícil mensuração. A polissemia da palavra pode suscitar dúvidas acerca do que incluir ou não na acepção. Com o objetivo de evitar o cometimento de erros, parte-se da definição clássica, e sociológica, de Taylor (1871), que define cultura como um complexo de crenças, conhecimentos, artes, moral e costumes adquiridos pelo humano nas suas relações em sociedade. Dessa maneira, o conjunto de caracteres que compreende a Tabela 1 constitui um nexo cultural, mais ou menos homogêneo, dos povos mercosulinos, visto que compreende o conceito proposto.

Com respeito às características territoriais dos países do MERCOSUL ampliado, a Tabela 2 as demonstra em termos de tamanho ($km^2$). Conforme aponta a TAMO, países que compartilham fronteiras têm fortes incentivos para o incremento do comércio e, em última instância, da integração econômica.

TABELA 2 - SUPERFÍCIE TERRITORIAL DO MERCOSUL AMPLIADO KM$^2$

| PAÍS | SUPERFÍCIE TERRITORIAL [1] | POSIÇÃO MUNDIAL |
|---|---|---|
| BRASIL | 8.514.877 | 5° |
| ARGENTINA | 2.780.400 | 8° |
| PERU | 1.285.216 | 20° |
| COLÔMBIA | 1.138.910 | 26° |
| BOLÍVIA | 1.098.581 | 28° |
| VENEZUELA | 912.050 | 33° |
| CHILE | 756.102 | 38° |
| PARAGUAI | 406.752 | 60° |
| EQUADOR | 283.561 | 72° |
| URUGUAI | 176.215 | 88° |

1 os valores referem-se à superfície terrestre e marítima.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM THE WORLD FACTBOOK (CIA) (2012)

Já que todos os países do bloco fazem fronteira com pelo menos um outro país, o efeito fronteira que se poderia minimizar por meio do esforço de integração é não desprezível. Dessa maneira, não haveria problemas de proximidade se o objetivo fosse a integração econômica. Entretanto, no que se refere ao tamanho territorial, são países relativamente grandes, contradizendo o argumento da pequenez pela TAMO. De acordo com o relatório populacional da Unctad (2012), a Argentina e o Brasil figuram entre as nações de grandes extensões territoriais, ocupando as posições 8° e 5°, respectivamente, naquele *ranking*.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) (2012), 193 países pertencem aos seus quadros. Tendo em vista o número de Estados - membros da organização, sete países do MERCOSUL ampliado encontram-se entre os cinquenta primeiros em extensão territorial, demonstrando haver forte divergência em relação à TAMO, uma vez que esta sustenta que a possibilidade de integração varia inversamente de acordo com o tamanho dos países pretendentes.

Se o tamanho da economia for percebido por outro prisma, a análise inverte-se de todo. A Tabela 3 sintetiza o tamanho dos países do MERCOSUL ampliado em termos econômicos e de desenvolvimento humano. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) (2011), países com o IDH acima dos países pertencentes ao MERCOSUL ampliado, apenas Argentina e Chile apresentam desenvolvimento humano elevado (bem alto), enquanto que os demais, exclusive a Bolívia e o Paraguai, que apresentam desenvolvimento humano médio, mostram-se com o desenvolvimento humano alto.

Do ponto de vista estritamente econômico, isto é, sem se levar em consideração as variáveis de bem-estar contidas no IDH, a pequenez dessas nações acentua-se. Dos dez países pertencentes ao bloco ampliado, apenas o Brasil encontra-se entre as dez primeiras potências econômicas. As demais economias são diminutas relativamente aos países desenvolvidos.

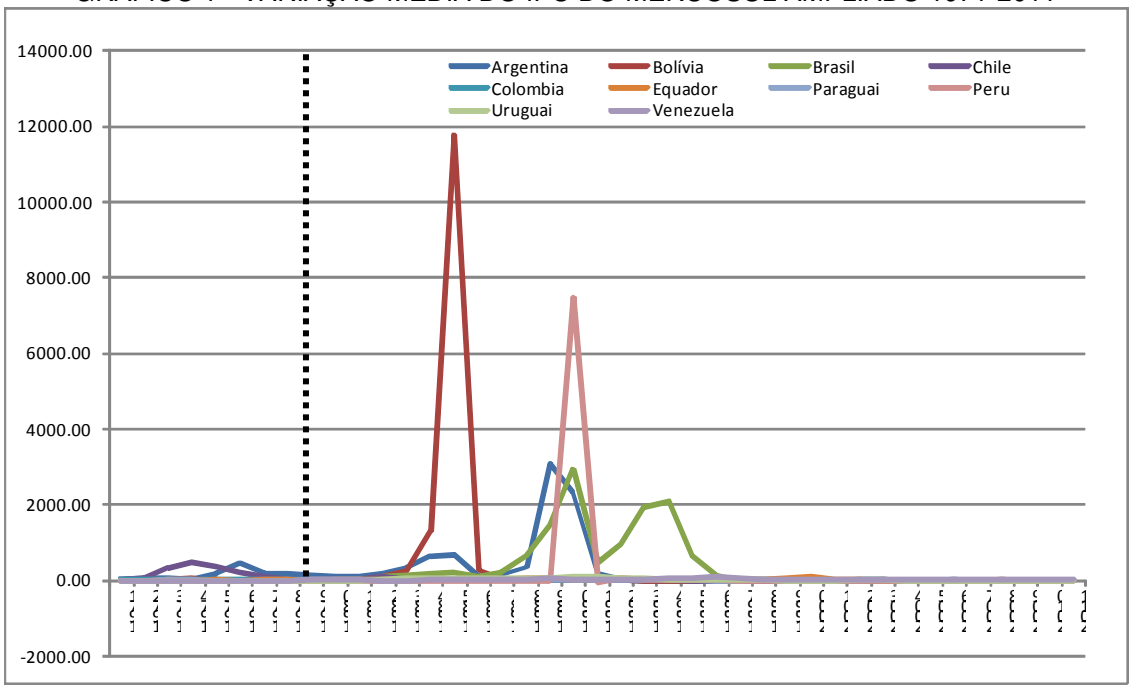
TABELA 3 - PIB E IDH DO MERCOSUL AMPLIADO 2011

| ECONOMIA | PIB CONSTANTE (2011) [1] | POSIÇÃO [2] | IDH (2011) | POSIÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| ARGENTINA | 709.7 | 22° | 0.797 | 45° |
| BOLÍVIA | 51.46 | 92° | 0.663 | 108° |
| BRASIL | 2.282 | 8° | 0.718 | 84° |
| CHILE | 281 | 45° | 0.805 | 44° |
| COLÔMBIA | 470.7 | 29° | 0.710 | 87° |
| EQUADOR | 125.8 | 64° | 0.720 | 83° |
| PARAGUAI | 36.21 | 102° | 0.665 | 107° |
| PERU | 301.5 | 42° | 0.725 | 80° |
| URUGUAI | 52.02 | 91° | 0.783 | 48° |
| VENEZUELA | 373.7 | 35° | 0.735 | 73° |

1 os dados do PIB estão expressos em bilhões de dólares, constantes ao ano de 2011. A única exceção refere-se ao Brasil, cujo PIB está expresso em trilhões de dólares.
2 comparação em relação ao resto do mundo.
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓRPIA COM BASE EM THE WORLD FACTBOOK (CIA) E PNUD (2012)

Outra característica que é apontada pelos proponentes da TAMO como impulsionadora do processo de integração econômica é o histórico inflacionário das nações pretendentes. Países que possuem, ou possuíram, histórico de inflação e/ou crises monetárias e financeiras seriam menos relutantes em abdicar da soberania de suas unidades monetárias. O Gráfico 1 apresenta a evolução anual média do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para os países do MERCOSUL ampliado, desde o ano de 1971.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO MÉDIA DO IPC DO MERCOSUL AMPLIADO 1971-2011

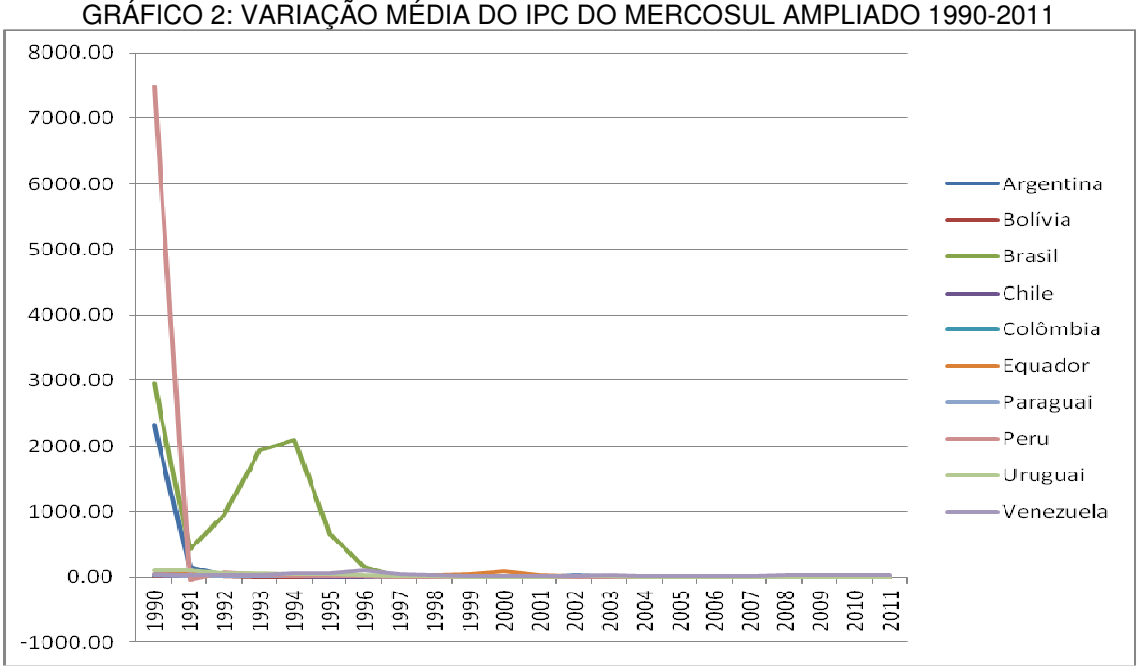



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM CEPALSTAT (2012)

Tendo por referência a década de 1980, considerada pelos historiadores como a década perdida, percebe-se a agudeza do processo inflacionário nos países desse esforço. Destacam-se os picos inflacionários bolivianos e peruanos, nos anos de 1985 e 1990, cuja inflação anual média fora, respectivamente, de 11.749,20% e 74.79,01%, bem como o desempenho brasileiro e argentino, cujas taxas médias de crescimento inflacionário foram na magnitude de 2.947,73% e 3.079,45%, nos anos de 1990 e 1989, respectivamente.

O Gráfico 2, por sua vez, ilustra a trajetória inflacionária ao longo da década de 1990. O primeiro ano é o marco da queda da tendência inflacionária para a maioria dos países mercosulinos, à exceção do Brasil que se debatia em tentativas malsucedidas de estabilização. Nota-se uma maior convergência no que toca ao controle da inflação, apesar de esta ainda permanecer, em alguns países, na casa dos dois dígitos.

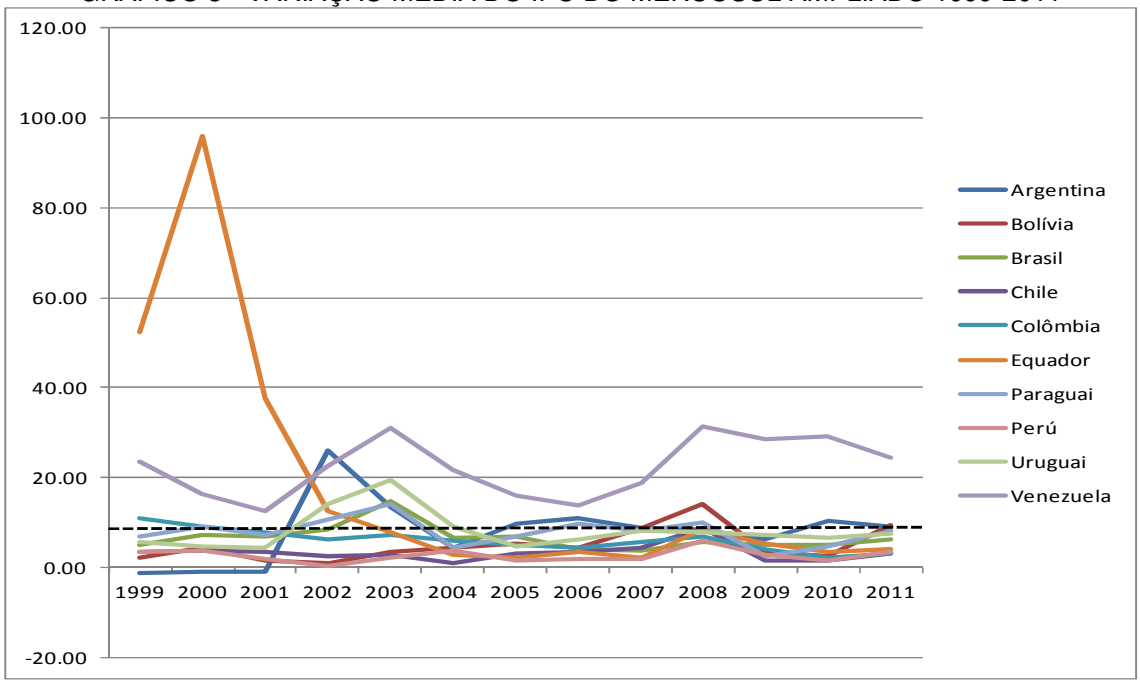
GRÁFICO 2: VARIAÇÃO MÉDIA DO IPC DO MERCOSUL AMPLIADO 1990-2011




FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM CEPALSTAT (2012)

Em período recente, a trajetória inflacionária aproxima-se de uma tendência na ordem de 8,81% para os países do esfoço (tracejado no Gráfico 3), indicando estar a inflação controlada na maioria dos países do bloco, exclusive Equador e Venezuela, que apresentaram picos inflacionários na casa de 96,10% e 31,45%, respectivamente.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO MÉDIA DO IPC DO MERCOSUL AMPLIADO 1999-2011




FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM CEPALSTAT (2012)

Portanto, diante da fragilidade de seus padrões monetários, os países pertencentes ao MERCOSUL ampliado teriam fortes incentivos em abdicar a soberania de suas moedas, visto que alguns deles têm passado, ou já passou, por períodos de espiral inflacionária.

A subseção seguinte apresenta a estimação de um modelo de simetria a choques para os países do MERCOSUL+1.

## 4.2 O modelo de simetria a choques

Feita a análise de natureza descritiva, a presente seção objetiva testar a simetria de reação a choques para o MERCOSUL+1 [72]. O modelo de simetria a choques foi construído tendo em vista a TAMO e o liberalismo das instituições que enfatiza a importância da coordenação de ações na política internacional.

[72] Do exercício econométrico, foi excluído o Paraguai, tendo em vista a falta de dados trimestrais para esse país.

A teoria postula que quanto maior a simetria de reação a choques entre os países, mais apropriada a utilização de uma política monetária comum e, por conseguinte, o aprofundamento do processo de integração econômica. De outro modo, se o conjunto dos países demonstrar um comportamento assimétrico diante de choques, domésticos e internacionais, maiores serão as dificuldades (os custos) em abdicar a soberania da política monetária e cambial e, em última instância, instituir órgãos supranacionais de decisão (ALESINA, BARRO e TENREYRO, 2002; FRANKEL e ROSE, 1996; KENEN, 1969; ROSE e ENGEL, 2002).

O modelo de simetria elaborado coaduna três variáveis trimestrais para o período que se inicia no primeiro trimestre de 1997 (1997Q1) e finda no terceiro trimestre de 2011 (2011Q3). As variáveis são o PIB de cada país, a taxa de câmbio real (TCR) e o PIB estadunidense (PIBEUA). Os dados do PIB a preços constantes foram transformados em números índices e o período-base escolhido foi o primeiro trimestre de 2005 (2005Q1). O PIB real representa a evolução da atividade econômica doméstica e o impacto de choques endógenos de demanda. Os valores correspondentes ao PIB trimestral foram encontrados na base de dados da CEPAL (CEPALSTAT) [73], à exceção dos dados do Uruguai [74], obtidos no sitio do Banco Central desse país.

Idênticas transformações foram feitas para o PIB estadunidense. A sua utilização justifica-se por se tratar do principal indicativo da evolução da demanda internacional. Os dados foram extraídos da base estatística do escritório de análises econômicas estadunidenses (BEA) [75], valendo-se de dados trimestrais a preços constantes.

A taxa de câmbio real (TCR) em relação ao dólar, por sua vez, foi calculada a partir da taxa de câmbio nominal ponderada pelo relativo de preços das áreas metropolitanas das capitais [76]. Com a TCR, controla-se o efeito das crises financeiras e cambiais internacionais (choques exógenos) sobre o desempenho das economias domésticas. Os IPCs foram coletados nos bancos de dados dos

[73] Disponível em: <http://www.websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp> Acesso em: 2/2/2011.
[74] Disponível em: <http://www.bcu.gub.uy> Acesso em: 12/4/2012.
[75] Disponível em: <http://www.bea.gov> Acesso em: 12/4/2012.
[76] A taxa de câmbio real foi calculada pela seguinte relação: TCR = TCN. (IPC nacional/IPC estadunidense), onde TCR representa a taxa de câmbio real, TCN a taxa de câmbio nominal e IPC o índice de preços ao consumidor.

respectivos Institutos Nacionais de Estatísticas [77], enquanto que o índice estadunidense foi extraído do escritório de estatísticas laborais (BLS) [78].

Para a estimação do modelo, foi utilizado o pacote estatístico Eviews. É importante destacar ainda que aos PIBs trimestrais do MERCOSUL+1 foi aplicado o processo de ajuste sazonal, retirando o componente tendencial dessas séries. O PIB estadunidense já estava dessazonalizado, sendo desnecessário o exercício. A TCR não sofreu o ajuste sazonal, uma vez que não apresenta choques dessa natureza.

Com o objetivo de proceder à analise econométrica, foi feito, primeiramente, o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller aumentado (DFA). Para o teste DFA foi considerado o modelo com intercepto, com intercepto e tendência e em nível. Assumindo-se um nível de significância de 5% para toda a análise, conclui-se que todas as séries trimestrais são não-estacionárias (Anexos A.1, B.1, B.3, C.1, C.3, D.1, D.3, E.1 e E.3). Conforme sugere a literatura, deve-se considerar as primeiras diferenças das variavéis que contenham a raíz unitária a fim de torná-las estacionárias (GREENE, 2003).

Ao considerar as primeiras diferenças, as variáveis tornam-se estacionárias, podendo-se rejeitar, portanto, a $H_0$ da existência de raíz unitária (Anexos A.2, B.2, B.4, C.2, C.4, D.2, D.4, E.2 e E.4). Desse modo, é possível estimar um modelo autoregressivo de correção de erros (VEC). O instrumental VEC trabalha com processos estocásticos não-estacionários que apresentam uma relação de co-integração em I(1), resultando em uma regressão de longo prazo entre variáveis co-integrantes (GUJARATI, 2006). Para a análise da cointegração de Johansen, fez-se uma tabela que leva em consideração o critério de informação de Akaike, de modo a estabelecer a defasagem da análise (*lags*), bem como a especificação determinística da tendência.

A Tabela 4 resume os valores. Para a Argentina, foi rodado o teste quadrático, com tendência e intercepto e com duas defasagens. Para o Brasil e Uruguai, foi rodado o teste quadrático, com tendência e intercepto e com uma defasagem, e por fim, um teste linear, com tendência e intercepto e com uma defasagem, para a Venezuela.

---

[77] Disponíveis em, para a Argentina: <http://www.indec.gov.ar> Acesso em: 12/4/2012; para o Brasil: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 12/4/2012; para o Uruguai: <http://www.ine.gub.uy> Acesso em: 12/4/2012 e para a Venezuela: <http://www.ine.gov.ve> Acesso em: 12/4/2012.

[78] Disponível em: <http://www.bls.gov> Acesso em: 12/4/2012.

TABELA 4 – O CRITÉRIO DE INFORMAÇÃO DE AKAIKE

| PAÍS | AKAIKE (1D) | AKAIKE (2D) | LAGS | TIPO DE FUNÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| ARGENTINA | -14,11868 | -14,16892 | 1 2 | QUADRÁTICA-TENDÊNCIA E INTERCEPTO |
| BRASIL | -15,72857 | -15,66912 | 1 1 | QUADRÁTICA-TENDÊNCIA E INTERCEPTO |
| URUGUAI | -15,25779 | -15,13530 | 1 1 | QUADRÁTICA-TENDÊNCIA E INTERCEPTO |
| VENEZUELA | -8,523156 | -8,266301 | 1 1 | LINEAR-TENDÊNCIA E INTERCEPTO |

FONTE: EVIEWS (2012)

Segundo os testes de cointegração de Johansen, para o conjunto das economias do MERCOSUL+1 (Anexo B.5, C.5, D.5 e E.5), verifica-se a existência de um vetor de cointegração para a série de variáveis. Essa constatação é válida para ambos os testes, traço e máximo valor, exclusive para a série uruguaia, que apresenta apenas o teste traço como indicador da relação de longo prazo.

TABELA 5 – RELAÇÕES DE COINTEGRAÇÃO PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL+1

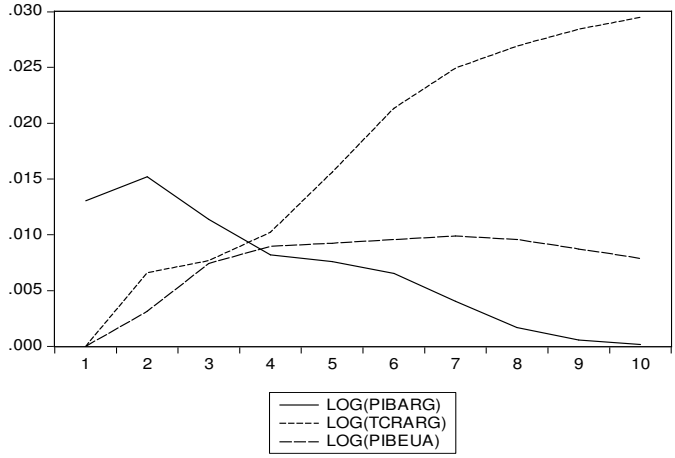
| | PIBARG | PIBBRA | PIBURU | PIBVEN |
|---|---|---|---|---|
| TCRARG | 2,082326<br>(0,34248)<br>[6,08011] | | | |
| TCRBRA | | 0,062704<br>(0,00963)<br>[6,50830] | | |
| TCRURU | | | 1,574912<br>(0,28904)<br>[5,44872] | |
| TCRVEN | | | | -0,364212<br>(0,07152)<br>[-5,09226] |
| PIBEUA | 1,354629<br>(2,64391)<br>[0,51236] | 0,153016<br>(0,08986)<br>[1,70287] | -11,03593<br>(2,90441)<br>[-3,79971] | 29,14797<br>(5,03095)<br>[5,79373] |
| TREND | -0,108131 | -0,008449 | 0,005091<br>(0,02914)<br>[-5,52973] | -0,161121 |
| C | -16,57048 | -5,391255 | 38,85450 | -131,8824 |

() desvio-padrão
[] estatística-t

FONTE: O AUTOR (2012)

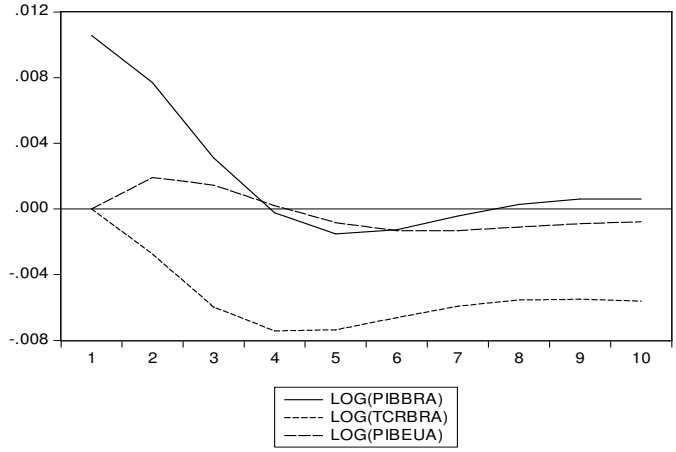
As tabelas de decomposição da variância e os gráficos impulso-resposta permitem avaliar em que medida se aproximam as economias do Cone Sul de um ponto comum de comportamento de políticas e variáveis econômicas. Os valores usados na Tabela 5 são os parâmetros de longo prazo estimados por meio do teste de Johansen. Comparando-se as reações do PIB, depreende-se que os choques são percebidos de maneira indiossincrática por cada país.

GRÁFICO 4 - IMPULSO-RESPOSTA PARA O PIB ARGENTINO



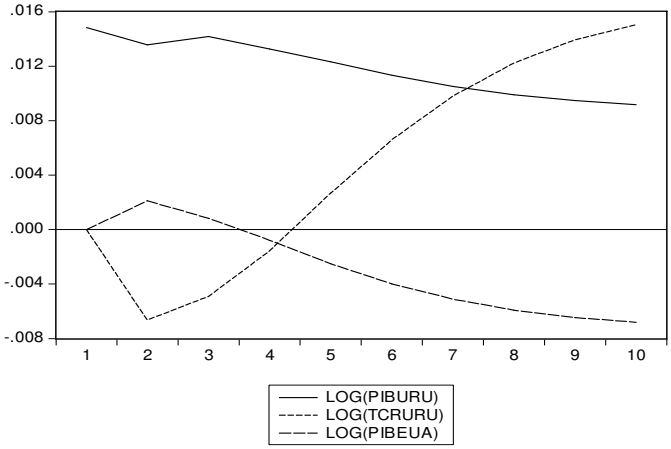

FONTE: EVIEWS (2010)

GRÁFICO 5 - IMPULSO-RESPOSTA PARA O PIB BRASILEIRO



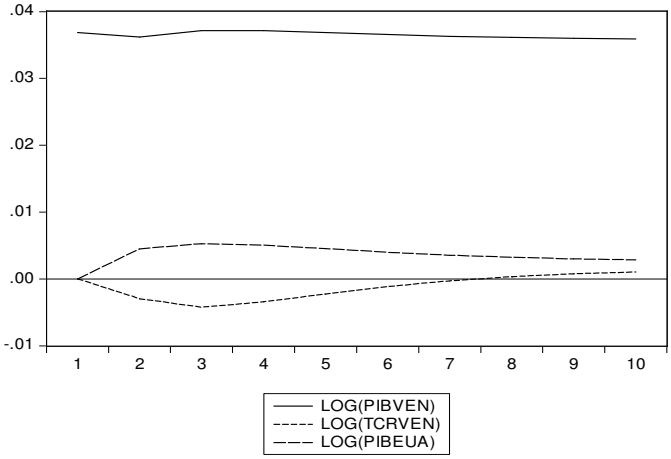

FONTE: EVIEWS (2010)

GRÁFICO 6 - IMPULSO-RESPOSTA PARA O PIB URUGUAIO




FONTE: EVIEWS (2010)

GRÁFICO 7 - IMPULSO-RESPOSTA PARA O PIB VENEZUELANO




FONTE: EVIEWS (2010)

A TCR argentina é a componente que mais explica a variação do crescimento dessa economia, cerca de 73% ao longo de 10 trimestres. Segue-se que cerca de 14,28% daquela variação é explicada pelo evolução da demanda doméstica (PIBARG), enquanto que a componente de demanda externa explica 12,73% desse comportamento. É importante destacar que esta última variável (PIBEUA) mostrou-se insignificante, do ponto de vista estatístico, indicando o pequeno peso da demanda internacional para a evolução da renda dessa nação. Isso implica que as flutuações cambiais têm maior peso na determinação da renda argentina.

TABELA 6 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIÂNCIA PARA O PIB ARGENTINO (LOGPIBARG)

| PERÍODO | S.E.* | LOG(PIBARG) | LOG(TCRARG) | LOG(PIBEUA) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 0.013042 | 100.0000 | 0.000000 | 0.000000 |
| 2 | 0.019702 | 86.79483 | 10.69962 | 2.505549 |
| 3 | 0.024152 | 71.18492 | 17.76346 | 11.05162 |
| 4 | 0.028174 | 55.21403 | 26.65656 | 18.12941 |
| 5 | 0.033488 | 39.53660 | 40.09625 | 20.36715 |
| 6 | 0.040561 | 26.99780 | 53.61686 | 19.38535 |
| 7 | 0.048465 | 19.84552 | 62.45412 | 17.70036 |
| 8 | 0.056353 | 16.57187 | 67.48120 | 15.94692 |
| 9 | 0.063930 | 15.06346 | 70.70184 | 14.23470 |
| 10 | 0.071073 | 14.28204 | 72.98534 | 12.73261 |

* desvio-padrão

FONTE: EVIEWS (2012)

Resultado semelhante exibe a relação de longo prazo para o Brasil. A TCR brasileria representa a componente de maior peso explicativo para a variação do crescimento da atividade doméstica ao longo dos dez trimestres, respondendo por cerca de 53,33% dessa variação. O nível de atividade interna é afetado, em segundo plano, pela própria variação do PIBBRA (44,55%), seguido do comportamento da variável de demanda internacional (PIBEUA) (2,10%). Mais uma vez, esta estatística mostrou-se insignificante, indicando que a componente de demanda internacional tem pouco poder explicativo sobre a evolução do produto doméstico brasileiro.

TABELA 7 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIÂNCIA PARA O PIB BRASILEIRO (LOGPIBBRA)

| PERÍODO | S.E.* | LOG(PIBBRA) | LOG(TCRBRA) | LOG(PIBEUA) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 0.010582 | 100.0000 | 0.000000 | 0.000000 |
| 2 | 0.014175 | 93.01005 | 5.380458 | 1.609491 |
| 3 | 0.016330 | 79.65081 | 18.43817 | 1.911019 |
| 4 | 0.017941 | 67.31121 | 31.09366 | 1.595128 |
| 5 | 0.019182 | 59.02561 | 39.41238 | 1.562018 |
| 6 | 0.020100 | 53.88143 | 44.32225 | 1.796323 |
| 7 | 0.020833 | 50.56538 | 47.41315 | 2.021473 |
| 8 | 0.021512 | 48.23165 | 49.64229 | 2.126066 |
| 9 | 0.022200 | 46.32849 | 51.53416 | 2.137358 |
| 10 | 0.022901 | 44.55323 | 53.33799 | 2.108776 |

* desvio-padrão

FONTE: EVIEWS (2012)

O Uruguai, por sua vez, apresenta relativa influência do componente de demanda interna para a sua evolução. Cerca de 59,93% da variação da atividade

doméstica é explicada por essa variável, seguida da TCR que a explica em 32,69%. A componente de demanda internacional, apesar de estatisticamente significante, muito pouco representa a variação do crescimento da economia uruguaia (7,36%).

TABELA 8 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIÂNCIA PARA O PIB URUGUAIO (LOGPIBURU)

| PERÍODO | S.E.* | LOG(PIBURU) | LOG(TCRURU) | LOG(PIBEUA) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 0.014845 | 100.0000 | 0.000000 | 0.000000 |
| 2 | 0.021290 | 89.26711 | 9.750336 | 0.982555 |
| 3 | 0.026057 | 89.18940 | 10.05600 | 0.754599 |
| 4 | 0.029294 | 91.09136 | 8.239287 | 0.669351 |
| 5 | 0.031988 | 91.21015 | 7.609094 | 1.180754 |
| 6 | 0.034800 | 87.68160 | 10.01127 | 2.307131 |
| 7 | 0.038005 | 81.19399 | 15.05788 | 3.748124 |
| 8 | 0.041563 | 73.57252 | 21.25773 | 5.169753 |
| 9 | 0.045314 | 66.26389 | 27.34572 | 6.390394 |
| 10 | 0.049099 | 59.93560 | 32.69563 | 7.368771 |

* desvio-padrão

FONTE: EVIEWS (2012)

O PIB venezuelano, por fim, demonstra marcadamente a influência da demanda doméstica sobre o comportamento econômico do país. Cerca de 98,54% do crescimento daquela variável é explicado pela demanda interna. Apesar de a demanda internacional representar muito pouco dessa variação (1,10%), a estatística mostrou-se bem significativa, indicando a força da demanda internacional para a determinação da renda desse país.

TABELA 9 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIÂNCIA PARA O PIB VENEZUELANO (LOGPIBVEN)

| PERÍODO | S.E.* | LOG(PIBVEN) | LOG(TCRVEN) | LOG(PIBEUA) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 0.036833 | 100.0000 | 0.000000 | 0.000000 |
| 2 | 0.051928 | 98.92515 | 0.327015 | 0.747833 |
| 3 | 0.064212 | 98.18637 | 0.652040 | 1.161589 |
| 4 | 0.074424 | 97.97725 | 0.698222 | 1.324529 |
| 5 | 0.083206 | 98.01440 | 0.631448 | 1.354149 |
| 6 | 0.090980 | 98.13195 | 0.543988 | 1.324062 |
| 7 | 0.098024 | 98.25900 | 0.469451 | 1.271546 |
| 8 | 0.104519 | 98.37219 | 0.413950 | 1.213856 |
| 9 | 0.110587 | 98.46717 | 0.374462 | 1.158367 |
| 10 | 0.116309 | 98.54576 | 0.346407 | 1.107832 |

* desvio-padrão

FONTE: EVIEWS (2012)

## 4.3 Considerações Finais

Dois resultados, opostos e conflitantes, podem ser depreendidos da avaliação empírica. O primeiro, quando feita a descrição estatística do processo de integração ampliado, e o segundo, ao se considerar o modelo de simetria a choques do bloco+1.

A descrição mostrou que, se se levar em consideração os caracteres populacionais, sociais e culturais, incrementa-se a possibilidade de integração econômica entre os países sul-americanos da região estudada. São nações de mesma estirpe ibérica de formação social, a portuguesa e a esponhola, apresentando a língua menos um empecilho do que um facilitador do intercâmbio. A formação política, apesar de distintia no nascedouro dessas nações, conflui-se no republicanismo presidencialista de natureza democrática, conformando mais um elo de união entre essas nações.

Foi visto que, ao longo do curso histórico dos países sulistas, a inflação foi uma constante de difícil lide. Foram anos de tentativas de estabilização inflacionária dessas economias. A década de 1990 parece indicar que a experiência com a hiperinflação chegou a um fim, apesar de ainda haver, sobretudo na Venezuela, um resíduo inflacionário não desprezível. Por conseguinte, o histórico inflacionário e as moedas frágeis constituiem-se em mais um elemento de elo entre essas economias, havendo menos relutância em se abdicar da soberania de seus respectivos padrões monetários em direção à construção de uma moeda única.

Do ponto de vista estritamente econômico, as nações que compõem o MERCOSUL ampliado são pequenas, à exceção do Brasil, que figura entre as 10 nações mais ricas do mundo. Quando se leva em consideração o bem-estar desses povos (IDH), apenas dois países exibem um IDH muito alto, de acordo com os critérios estabelecidos pelo PNUD.

É importante destacar a extensão territorial desses países ($km^2$), que contradiz o pressuposto da pequenez da TAMO. Dos 10 países do MERCOSUL ampliado, 7 figuram entre as 50 maiores nações territoriais do globo. Se o território, por um lado, contradiz um pressuposto teórico, por outro, quando se trata de proximidade geógrafica, a contradição se desfaz, uma vez que as nações sul-latinas fazem fronteira com pelo menos um outro país.

O modelo de simetria a choques assinalou que as variáveis econômicas selecionadas se comportam *grosso modo* de maneira assincrônica para o valor amostrado. Enquanto que a Argentina e o Brasil exibem um comportamento muito semelhante no que toca à ordenação das variáveis (TCR>PIB>PIBEUA), a Venezuela e o Uruguai destoam. O resultado econométrico para este país demonstrou que, no longo prazo, o nível de demanda doméstica responde por grande parte da variação do crescimento econômico, seguido do componente cambial (PIB>TCR>PIBEUA). A Venezuela, por sua vez, é o país que tem a variação da atividade doméstica mais influenciada pela demanda interna (PIB>PIBEUA>TCR), apesar de ser um país exportador de petróleo.

As estatísticas vêm demonstrar que a variação cambial e financeira tem um forte peso na determinação do crescimento econômico, argentino e brasileiro, em relação aos demais países do MERCOSUL+1. Em contrapartida, a Venezuela é o país que menos percebe a variação cambial sobre o seu nível de atividade econômica. Os resultados apontaram ainda que a demanda internacional é pouco signficativa, do ponto de vista estatístico, para as economias do eixo, enquanto que para a economia uruguaia e venezuelana, a estatística é significativa. Isso implica que os custos de se aprofundar o processo de integração econômica serão não desprezíveis, se essa for a intenção desses países.

É saliente contrastar os resultados aqui obtidos com os da literatura pertinente. Sarriera, Cunha e Bicharra (2010) elaboram um modelo de simetria semelhante para o período de 1995 a 2007, considerando o MERCOSUL+1. O resultado, de maneira geral, não surpreende, visto demonstrar que as variáveis macroeconômicas selecionadas pouco se assemelham no longo prazo. Um resultado não desprezível daquela análise é o fato de não se ter encontrado uma relação de longo prazo para a nação brasileira, o país de maior abrangência econômica e territorial do bloco.

Da mesma maneira, Licandro-Ferrando (2000) observa que não é possível identificar, do ponto de vista estatístico, padrões de simetria a choques, de curto e longo prazos, para as economias do MERCOSUL (Argentina, Brasil e Uruguai), no período de 1970 a 1996. Seguindo a mesma linha argumentativa, Bayoumi e Eichengreen (1994) demonstram que há pouca correlação de distúrbios entre os países membros do MERCOSUL, havendo baixa similaridade a choques entre esses países.

Dessa maneira, é possível aferir que, independentemente do estudo que se empreenda, os resultados caminham na mesma direção da baixa correlação comportamental das variáveis macroeconômicas, a despeito das diferenças metodológicas que cada trabalho adota. A seção seguinte apresenta as considerações finais, objetivando construir uma visão política acerca do processo de integração e cooperação econômica no MERCOSUL.

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VISÃO POLÍTICA ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL

O mundo pós Guerra Fria tem-se mostrado frágil e volátil, vulnerável e fluido. É nesse contexto que se aprofunda o fenômeno da globalização, o que possibilitou a desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais de mercadorias e capitais, tornados mais dependentes entre si, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação.

Os países em desenvolvimento, na esteira desses acontecimentos, vinham sofrendo o impacto de diversas crises econômicas e financeiras, demonstrando a substancial fragilidade dessas economias perante os acontecimentos que fugiam ao seu controle, nas relações econômicas internacionais. Não há no horizonte próximo uma reforma de vulto na arquitetura financeira internacional de modo a reduzir a probabilidade de assunção de crises econômicas e financeiras.

Nesse sentido, o mercado financeiro global torna-se incapaz de prover os serviços essenciais ao bom funcionamento dos mercados, tais como a estabilidade macroeconômica e financeira e os instrumentos que obstem o advento de crises econômicas. A criação e fortalecimento de instituições regionais devem ser priorizados na agenda da política internacional dos países em desenvolvimento.

Para que isso ocorra, faz-se necessário que se compatibilizem as demandas dessas economias e que estas, em conjunto, sejam capazes de prestar os serviços financeiros necessários à manutenção de um ambiente macroeconômico estável e propício ao desenvolvimento econômico.

Nesse ínterim, as instituições econômicas e financeiras regionais passam a desempenhar um papel de complemento ao vazio deixado pelas instituições de *mainstream*, já que o fenômeno da globalização é acompanhado por outro - o do regionalismo aberto. Portanto, o argumento em favor de políticas e instituições regionais capazes de “selar” as distintas regiões contra as crises financeiras globais, bem como de atender às demandas e necessidades dos países em desenvolvimento, torna-se legítimo.

É importante destacar o advento de um novo campo de forças, originário da crise de 2008. O “novo normal” possibilita às nações em desenvolvimento atuarem como atores globais, em crescente relevância (EL-ERIAN, 2008).

Consequentemente, alarga-se o escopo de atuação dessas economias no sistema internacional, criando um contexto propício à integração sul-americana. Nesse contexto, os países em desenvolvimento vêm construindo formas alternativas de defesa perante o universo incerto e anárquico das relações internacionais.

Dentre o conjunto de estratégias defensivas, foi sublinhado que a integração e cooperação econômica, por meio de acordos regionais de cooperação, podem promover, em primeiro lugar, a ajuda financeira aos países em desenvolvimento, quando em períodos de crise; em segundo lugar, a construção de bancos de desenvolvimento e fomento econômico; em terceiro lugar, a criação de fundos de convergência estruturais e, por fim, a proteção à instabilidade e vulnerabilidade financeira internacional.

O MERCOSUL ampliado pode-se beneficiar dessa estratégia, tornando mais intenso o processo de integração econômica na região. É importante ter em mente que a integração e cooperação econômica são duas empresas de difícil lide, uma vez que se constituem processo que se dá ao longo do tempo, de maneira lenta e gradual, com avanços e recuos.

Por um lado, a *integração* econômica e financeira pressupõe passos mais ousados em direção à construção de uma moeda única, etapa finda do processo de integração. Avanços dessa natureza envolvem perdas de ingerência sobre as políticas monetária e cambial e a moeda, um símbolo de soberania nacional. Daí o caminho da integração apresentar rugosidades não desprezíveis.

Por outro lado, com respeito à *cooperação* econômica e financeira, mostrou-se que, a despeito do caráter modesto das instituições criadas em âmbito sul-americano, o seu advento sinaliza uma maior percepção das autoridades latinas acerca do papel que podem desempenhar no sistema de Estados. Sendo a cooperação um ajuste mútuo que ocorre em razão de um processo de coordenação política, a percepção política deve-se aguçar para se levar adiante o processo de cooperação econômica e financeira. Essa intenção exigiria um empreendimento político uníssono, liderado, sobretudo, pela nação brasileira, no seu papel histórico de líder sub-regional.

A eficácia relativa do poder brando dependeria da percepção dos demais membros do bloco de que a nação brasileira busca o bem de todos e para todos, ou seja, se o objetivo a ser perseguido pelo Brasil está incluído na função objetivo dos demais atores.

As iniciativas surgidas no âmbito sul-americano tendentes à integração econômica, a exemplo do TM I, que deu origem à ALALC, e o TM II, que formaria a ALADI, demonstram passos tímidos em direção à integração, a despeito do caráter menos rígido desta última.

A ratificação da UNASUL pelos respectivos parlamentos nacionais veio demonstrar que as elites políticas regionais sinalizam interesse pelo aprofundamento da integração e cooperação econômica. O Conselho de Economia e Finanças vem assumindo importância crescente e capacidade de ação diante da crise econômica e financeira de 2008. A criação do Conselho e a adoção de algumas medidas parecem sinalizar que a região conformada pelo MERCOSUL e CAN irá atuar cooperativamente dentro de um novo campo de forças. As instituições voltadas para o manejo da liquidez externa (o CCR, o SML e o FLAR) têm caminhado nessa direção.

O CCR, a partir do ano de 2003, tem mostrado franca recuperação em suas operações de estímulo ao incremento das relações financeiras e comerciais na região, valendo-se do uso de moedas locais nas transações regionais. A modernização do sistema CCR sinaliza a intenção das autoridades econômicas em desenvolver sistemas de informação mais eficientes, visando à redução de riscos operacionais e ao incremento de fluidez das operações financeiras.

O SML, apesar de restrito à Argentina e Brasil, assemelha-se ao CCR, uma vez que facilita o comércio bilateral por meio do uso de moedas locais. Sua construção se constitui em mais uma iniciativa das autoridades econômicas e financeiras diante da crise de 2008, quando se verifica intensa fuga de capitais e contração no comércio internacional.

O FLAR, por sua vez, constitui um importante instrumento institucional de financiamento ao desequilíbrio do BP, sobretudo em episódios de crises de caráter regional. O menor rigor de sua estrutura, relativamente à instituição de *Bretton Woods*, assinala a preocupação das elites latinas em facilitar o acesso ao crédito a economias menores e mais vulneráveis.

Com respeito ao financiamento de longo prazo dessas economias, o FOCEM, o FONPLATA e a CAF têm muito a dizer. O CAF hodiernamente é o principal instrumento financeiro que dispõe a região andina para o financiamento do desenvolvimento econômico. Sua atuação, sobretudo em áreas de telecomunicação

e transporte, possui grande abrangência, financiando projetos produtivos de médio e longo prazos.

O FONPLATA, por seu turno, congrega em seus quadros todos os membros do MERCOSUL, ademais de um membro associado. É a instituição de menor fôlego da integração da Bacia do Rio da Prata, dada a restrição financeira de seu *funding*, ampliado apenas pela injeção de capitais.

Finalmente, o FOCEM passa a ser o cerne institucional do esforço de integração mercosulino, uma vez que parte do reconhecimento das elevadas assimetrias que pontilham a região, direcionando sua mira às economias e regiões menos desenvolvidas. Reconhecer assimetrias é o ponto de partida para as mudanças.

Conforme assinalado no capítulo 4, as economias mercosulinas apresentam vultosas diferenças de tamanho e desenvolvimento humano. Aprofundar um processo de integração e cooperação econômica exigiria lançar o olhar sobre essas discrepâncias, visando à sua eliminação. Daí a importância desta instituição.

Dessa maneira, o financiamento de programas de convergência estrutural, a promoção da competitividade e coesão social e o fortalecimento institucional parecem sinalizar que o FOCEM virá a desempenhar o papel de *front* institucional no processo de construção de instituições mais robustas. O efeito transbordamento poderá se dar da direção do FOCEM para as demais instituições e iniciativas, uma vez que há forte interdependência institucional na política internacional.

O presente trabalho buscou compreender se os países do MERCOSUL ampliado satisfazem aos critérios objetivos estabelecidos pela TAMO. Dentre os pressupostos estabelecidos pela teoria, destacam-se: (i) a simetria a choques; (ii) a mobilidade de fatores de produção, sobretudo o trabalho; (iii) a magnitude do comércio intra regional; (iv) a integração financeira; (v) a compatibilidade do sistema trabalhista e legal e (vi) a confluência de preferências no que diz respeito ao dilema entre a inflação e o desemprego.

No que toca aos postulados levantados pela TAMO, pode-se afirmar que são condições necessárias, mas não suficientes para o aprofundamento do processo de integração e cooperação econômica, já que as condições podem ser endogenamente criadas e avultadas mesmo pelo processo político de construção de instituições.

Introduziu-se o conceito da anarquia internacional como sendo a ausência de governo comum na esfera da política internacional. A percepção do caráter anárquico do sistema internacional enseja importantes implicações para o estudo do processo de integração e cooperação econômica, visto que a teoria econômica por vezes despreza a esfera política de suas análises.

A anarquia internacional se constitui em uma importante fonte de incertezas. Ocorre que, na anarquia, os Estados não conseguem maximizar o seu bem-estar em decorrência da assimetria de informação acerca das respostas dos demais Estados diante de suas decisões. Dessa forma, conforme demonstrado pelo Dilema dos Prisioneiros, a cooperação na esfera internacional nem sempre é tornada possível, em decorrência da percepção dos atores internacionais, distorcida pela anarquia.

Mudar o ambiente em que ocorre a interação é o objetivo precípuo a ser perseguido pelos Estados. Consequentemente, o sucesso de determinado conjunto de normas e regras dependerá da natureza ambiental da interação. A mudança deve proceder da construção de arranjos institucionais efetivos e intervenientes, que moldem as ações e o ambiente no qual as interações são levadas a efeito e, por conseguinte, o resultado esperado de um jogo. Dessa maneira, a integração e cooperação econômica devem ser precedidas de um ajuste institucional que crie as condições objetivas para o aprofundamento da integração econômica.

Em regimes de colaboração, construídos, sobretudo, diante das incertezas no comércio internacional, as regras do jogo devem ser claramente especificadas e formalizadas, concordando cada membro com as determinações que prescrevam ou proscrevam certos tipos de comportamento. Geralmente, regimes dessa natureza serão acompanhados de organizações internacionais, cuja função precípua será a de coletar e disseminar informação acerca do cumprimento de determinadas normas e regras. Daí a importância das instituições monetárias e financeiras como anteparo às instituições internacionais.

Transcender de uma situação típica de um Dilema de Segurança para outra em que impere a cooperação e o respeito mútuo exigirá uma maior transparência nas ações e intenções dos Estados. Regimes que incluam arranjos de monitoração e, por conseguinte, tornem a informação acerca do cumprimento de normas e regras mais nítida e fluida, diminuirão a incerteza característica da política internacional, facilitando a criação e manutenção de acordos internacionais.

A integração e cooperação econômica devem ser percebidas na pauta da política externa dos países do MERCOSUL ampliado, uma vez que a política internacional não se esgota nos temas relacionados à guerra e segurança nacional. Verificou-se teoricamente que a estratégia TIT FOR TAT baseada na reciprocidade é um poderoso instrumento de cooperação. Destarte, a construção de normas e regras baseadas naquela estratégia pode tornar possível a cooperação e integração econômica, uma vez que, de acordo com a hipótese outrora adotada, os Estados buscam ganhos absolutos em suas relações com o estrangeiro.

Dessa maneira, a reciprocidade se constituiria em norma estabelecida a ser utilizada como mecanismo de punição a todo Estado que se desviasse da relação de cooperação. Entretanto, se o ambiente internacional for marcado por normas e regras frouxas, o excesso de perdão será uma estratégia custosa. Daí a importância da solidez das instituições internacionais, já que a adoção de tal estratégia poderá ensejar e perpetuar conflitos através de um “efeito de eco”. Em outras palavras, o sucesso ou fracasso da estratégia da reciprocidade dependerá do grau de solidez da instituição em que se der a interação.

A despeito dessas qualificações, a reciprocidade permanece sendo uma estratégia valiosa como reforço descentralizado de acordos cooperativos. Essas dificuldades no uso da estratégia da reciprocidade ilustram a significância das instituições internacionais dentro das quais a reciprocidade é levada a efeito.

A teoria também mostrou que a possibilidade de repetição de um jogo é o que torna possível a cooperação, se a estratégia da reciprocidade for empreendida. A valoração do futuro relativamente ao presente pode ser alcançada por meio da criação de foros multilaterais de temáticas as mais diversas, eivados de institucionalidade, com normas e regras claras e consistentes, consubstanciadas em acordos.

Isso sugere que as interações tornar-se-iam perenes e mais frequentes ao longo do tempo. A frequência dessas interações poderá ser avultada pela definição clara da territorialidade, isto é, “quem somos e quem são os outros”. Nesse caso, a diplomacia cultural teria um papel de vulto a desempenhar no que se refere à construção de uma identidade mercosulina.

Igualmente, o MERCOSUL ampliado se poderia valer de uma estrutura hierárquica e organizada, marcadamente burocrática, com o fito de incrementar a cooperação, visto que se construiria um ambiente institucional onde as interações

seriam mais frequentes e perenes. Estruturas burocráticas racionais oferecem um corpo de profissionais especializados, que lidam com questões funcionais fortemente relacionadas entre si. Portanto, as práticas organizacionais poderiam aumentar a frequência da interação, tornando possível a cooperação.

Perceber claramente quem se desviou de um conjunto de normas e regras, bem como aplicar a devida punição ao delator, podem tornar o processo de integração e cooperação econômica mais robusto. Construir uma reputação ao longo do tempo permitiria aos Estados participantes conhecer a estratégia a ser empreendida pelos demais, assumindo a informação um valor inestimável para o processo de tomada de decisão.

Para que o processo de integração e cooperação econômica não se torne um cadeado, um "governo" deve exercer a função de estabelecer e reforçar regras de modo que os Estados sejam complacentes a elas. Daí a importância de se reforçarem as instituições políticas do MERCOSUL, conferindo-lhes supranacionalidade e poder de decisão autônomo aos parlamentos nacionais.

Sabe-se que o esforço de integração em tela é de natureza intergovernamental e consensual, tendo os governos nacionais elevado poder de ingerência sobre as decisões naquele âmbito tomadas. O Tratado de Assunção opta por esse esquema, conferindo poder aos representantes dos governos, que atuam em seus quadros institucionais de maneira consensual. Nenhuma resolução, tratado ou acordo é adotado sem a anuência dos quatro membros.

O argumento dos governos e autoridades sul-americanas em favor da baixa institucionalização e do caráter intergovernamental do processo se relaciona à percepção de que essa estrutura institucional propiciaria uma integração mais veloz relativamente à densa burocracia de Bruxelas.

O que se tem assistido ao longo destes 20 anos de esforço aponta em contrário - a natureza intergovernamental e consensual não parece firmar o processo de integração. A criação de órgãos supranacionais, formados por um quadro próprio de funcionários e independentes dos governos nacionais, confere maior credibilidade e perenidade ao processo de integração econômica e política, tornando-o mais robusto.

O fortalecimento do CMC, instância política máxima deste esforço, é um dos caminhos a se seguir. Dotá-lo de maior autonomia em relação aos governos nacionais, bem como reformar seu sistema de decisões, substituindo o consensual

pelo voto ponderado, são possibilidades que devem estar presentes na agenda destes países. O “efeito supranacional” deve igualmente transbordar para as demais hastes institucionais do MERCOSUL. O GMC, órgão executivo do bloco, que zela pelo cumprimento das decisões emanadas do Conselho, deve-se dotar de autonomia tão bem.

Se o objetivo for a criação de uma moeda comum e a coordenação de políticas macroeconômicas, as decisões terão de ser tomadas nessas esferas políticas, já que de ambas participam os Ministros da Economia ou Fazenda dos respectivos países e, daquela última, os presidentes dos Bancos Centrais.

É importante ter em mente o *modus operandi* do mecanismo de solução de controvérsias. Trata-se de uma estrutura hierarquizada, que, inicialmente, obedecia, em caso de não solução direta, a direção GMC – Tribunal *ad hoc*. O Tribunal emitia um laudo sem força executora, podendo a parte reclamante sair lesada em um contencioso, inexistindo, portanto, uma autoridade internacional que assegurasse o cumprimento de um acordo.

O Protocolo de Olivos, que instituiu um Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, mostrou-se tímido face às expectativas que o antecederam. Sua estrutura parece não diferir muito da de seu antecessor, uma vez que ainda inexiste uma instancia judicial supranacional com poder executor. O sistema permanecerá provisório e será modificado por ocasião da convergência da TEC entre os países pertencentes ao MERCOSUL, uma possibilidade que se desenha distante no horizonte.

O significante da expressão MERCOSUL ampliado encerra a possibilidade de se alargar o processo de integração até então empreendido. O fato mesmo de esses países fazerem parte da ALADI corrobora a afirmativa. Alargar o processo de integração econômica implica maiores possibilidades de surgimento do problema da sanção. O incremento de participantes pode acarretar em maiores dificuldades de se identificar os verdadeiros desviantes dos acordos, de puni-los, bem como a quem se aplicará a punição. Um processo de alargamento que vise à incorporação de outras nações sul-americanas ao esforço do Cone Sul exigiria um olhar mais cauteloso e aprofundado.

Destacou-se também que a política internacional nem sempre se pode categorizar de acordo com o Dilema dos Prisioneiros. Situações assemelhadas aos

dilemas de aversão comum podem ser tão conflitantes quanto àquela, se não houver coordenação.

A natureza da interação sugere que os regimes de coordenação podem servir de fundamento para a cooperação, de maneira *self-inforcing*, estando ausente o uso de mecanismos de consenso. Na negociação que antecede a criação desse regime, as organizações internacionais podem servir de fundamento e foro de negociações onde os Estados poderão resolver suas disputas acerca da estrutura apropriada de coordenação.

Do ponto de vista empírico, duas conclusões podem ser depreendidas, a primeira, que demonstra a possibilidade de integração no contexto sul-americano, e a segunda, que assinala as dificuldades a serem enfrentadas pelas nações sul-americanas.

O capítulo 4 mostrou que os países do MERCOSUL ampliado possuem mútuas características que os tornam fortes candidatos ao aprofundamento da integração econômica. As “línguas irmãs”, o colonizador latino e as religiões de matriz cristã sinalizam naquela direção. São caracteres culturais que parecem confirmar que as nações latinas possuem um destino econômico comum, passível de realização por meio da integração e cooperação econômica.

Conforme visto, os membros do MERCOSUL ampliado compartilham fronteiras naturais entre si. Isso implica que se um conjunto de normas e regras for coletivamente estável, assim o será territorialmente. Consequentemente, as instituições internacionais deverão ser estáveis para que, por meio do efeito fronteira, uma determinada estratégia ou ação seja emulada pelos demais jogadores.

Do ponto de vista estritamente econômico, o histórico inflacionário e o tamanho relativo das economias caminham na mesma direção. Demonstrou-se que os países da região vinham passando por momentos críticos de crises econômicas e financeiras, pelo menos desde a década de 1980. Foram episódios de elevada inflação e estagnação da atividade econômica, que parecem contidos nos dias de hoje.

Essas características acentuam a importância que assumem os rótulos e estereótipos na conformação e consecução de processos de integração econômica. Tais características em comum permitem aos participantes reconhecer a maneira por que os demais irão agir, bem como a estratégia a adotar.

O modelo de simetria a choques, por sua vez, tornou claro que as variáveis macroeconômicas selecionadas se comportam de maneira assimétrica, diante de choques, para o conjunto dos países do Cone Sul. Enquanto que as nações argentina e brasileira exibiram um comportamento muito semelhante no que se refere à resposta do PIB às variáveis macroeconômicas selecionadas (TCR>PIB>PIBEUA), Uruguai e Venezuela apresentaram uma reação distinta. A idiossincrasia da política econômica nacional sugere que as nações sul-americanas enfrentarão dilemas, não desprezíveis, de integração.

A experiência histórica recente do *impeachment* do presidente Fernando Lugo, bem como a subsequente aprovação da Venezuela como membro-pleno do bloco, indicam que o presente estudo pode ter significância prática, se se tiver em mira o aprofundamento do esforço de integração econômica.

Não se pretendeu esgotar o tema da integração e cooperação econômica, tendo em vista a sua natureza multidimensional, pontilhada de matizes, por vezes conflitantes, mas que podem convergir em objetivos tais como o da construção de mecanismos institucionais intervenientes. Ao contrário, o presente trabalho constituiu-se em “brecha” para futuros estudos de natureza institucional que privilegiem a integração econômica em países em desenvolvimento, de forma geral, e no Cone Sul, de forma específica.

# REFERÊNCIAS

ACCIOLY, H. **Manual do direito internacional público.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALESINA, A.; BARRO, J. R.; TENREYRO, S. Optimal currency areas. **NBER Working Paper**, Cambridge, n. 9072, 2002. Disponível em: < http://www.nber.org/papers/w9072.pdf > Acesso em: 28/5/2011.

ALMEIDA, P. R. de. **Problemas conjunturais da integração na América do Sul:** a trajetória do MERCOSUL desde suas origens até 2006. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1549mercosul15anos.pdf> Acesso em: 1/11/2010.

ALMEIDA, P. R. de. O **MERCOSUL no contexto regional e internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ARESTIS, P.; PAULA, F. L. (Ed.). **Monetary union in MERCOSUR:** lessons from EMU. Aldershot: Edgard Elgar, 2003.

ARORA, V. **Exchange rate arrangements for selected western hemisphere countries.** Unpublished manuscript. International Monetary Fund, 1999.

ARROYO, H. **Prospects for subregional monetary integration in Latin América:** a view from the EU. Draft paper presented to 8th Dubrovnik Economic Conference, p. 27-29, June 2002.

ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI). Disponível em: <http://www.aladi.org/> Acesso em: 2/2/2011.

AXELROD, R. **The evolution of cooperation.** Cambridge: Basic Books, 1984.

AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. In: OYE, K. A. **Cooperation under anarchy.** Princeton: Princeton University Press, 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/> Acesso em: 17/01/2012.

BANCO CENTRAL DO URUGUAY (BCU). Disponível em: <http://www.bcu.gub.uy> Acesso em: 12/4/2012.

BARRAL, W. O novo sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL. **Câmara de Arbitragem Empresarial (CAMARB).** Disponível em: http://www.camarb.com.br/areas/subareas_conteudo.aspx?subareano=2. Acesso em: 12/12/2011.

BARRO, J. R.; GORDON, D. B. Rules, discretion, and reputation in a model of monetary policy. **Journal of Monetary Economics**, p. 101-121, Julio, 1983.

BAUMANN, R. **MERCOSUL:** avanços e desafios da integração. Brasília: IPEA, 2001.

BAUMANN, R.; CHAGAS, L. Integração monetária no MERCOSUL: ganhos com menores custos de transação? **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 95-111, 2007.

BAYOUMI, T.; EICHENGREEN, B. One money or many? Analyzing the prospects for monetary unification in various parts of the world. **Princeton Studies in International Finance**, Princeton, n. 76, p. 1-37, 1994. Disponível em: http://www.princeton.edu/~ies/IES_Studies/S76.pdf. Acesso em 12/4/2011.

BERG, A.; BORENSZTEIN, E.; MAURO, P. An evaluation of monetary policy regime options for Latin America. **IMF Working Paper**, n. 02, v. 211, dez. 2002.

BETIOL, F. L. **Antecedentes e fundamentos do acordo entre os Bancos Centrais da ALALC.** Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901970000400004.pdf> Acesso em: 17/1/2012.

BIANCARELI, A. M. Inserção externa e financiamento: notas sobre padrões zegionais e iniciativas para a integração na América do Sul. **Cadernos do desenvolvimento.** Campinas, v. 3, n. 5, p. 127-177, dez. 2008.

BICHARA, J. **Coordinación de política macroeconómica en el MERCOSUR.** 194 f. Tese - Universidad Autónoma de Madrid. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Programa de doctorado Integración y Desarrollo Económicos, Madrid, 2002.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). Disponível em: <http://www.bea.gov> Acesso em: 12/4/2012.

BUREAU OF LABOR STATISTICS (BLS). Disponível em: <http://www.bls.gov> Acesso em: 12/4/2012.

BURFISHER, M.; ROBINSON, S. **Regionalism:** old and new, theory and practice. The IATRC Conference, Capri, Italia, jun. 2003.

CAMARGO, S. MERCOSUL: crise de crescimento ou crise terminal? **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 68, p. 57-90, 2006.

CARMO, M. Congresso argentino ratifica a criação do Banco do Sul. **British Broadcasting Corporation (BBC)**, Buenos Aires, setembro 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese. Acesso em: 4/6/2012.

CASTRO, A. B. de.; SOUZA, F. E. P. de. A coordenação macroeconômica no MERCOSUL: reflexões a partir da experiência brasileira. In: FANELLI, J. M. **Coordenação de Políticas Macroeconômicas no MERCOSUL**, 2001. Disponível em: <http://www.redmercosur.net/coordenacao-de-politicas-macroeconomicas-no-mercosul/publicacao/87/pt/>. Acesso em: 25/5/2011.

CEPALUNI, G. Regimes internacionais e o contencioso das patentes para medicamentos: estratégias para países em desenvolvimento. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 51-99, 2005.

CERVO, A. L. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, H.; LESSA C. A. (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil:** temas e agendas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Disponível em: <http://www.eclac.org/> Acesso em: 2/2/2011.

COMUNIDADE ANDINA DE FOMENTO (CAN). Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/> Acesso em: 17/1/2012.

CORSO, E. A.; FANELLI, J. M. El Nuevo Régimen Cambiario en la Argentina y suas Implicancias para el MERCOSUR. In: BERLINSKI, J.; SOUZA, F. E. P.; CHUDNOVSKY, D.; LÓPEZ, A. (coord.). **15 años de Mercosur:** comercio, macroeconomía e inversiones extranjeras. Montevideo: Zonalibro, 2006.

CULPEPER, R. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales. In: OCAMPO, José A. (Comp.) **Cooperación financiera regional.** Chile: CEPAL, 2006.

CUNHA, M. A. Integração monetária e financeira em condições periféricas: as experiências recentes da Ásia e da América Latina. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 3, n. 5, p. 179-212, dez. 2008. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311537270.CD5_0_180.pdf> Acesso em: 17/1/2012.

CUNHA, M. A.; BICHARRA, S. J. Integração Monetária e Financeira em Regiões Emergentes: a experiência recente do Pacífico Asiático pode servir de inspiração para o MERCOSUL? **Economia e Sociedade**, v. 14, n. 2 (25), p. 235-262, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V14-F2-S25/03_Cunha_Bichara.pdf> Acesso em: 17/1/2012.

CUNHA, A. M.; SARRIERA, M. J.; LÉLIS, C. T. M.; BICHARA, S. J. A integração monetária e financeira como alternativa para a redução da vulnerabilidade externa das economias periféricas. In: ANPECSUL, 11., 2008, Paraná. **Artigos e periódicos...** Disponível em: < http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a3/ANPEC-Sul-A3-01-a_integracao_monetaria_e.pdf> Acesso em: 25 mai. 2011.

DEOS, S.; MENDONÇA, R. R. A.; WEGNER, R. Cooperação financeira regional no MERCOSUL e o financiamento do investimento. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 3, 2010, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/16.pdf>. Acesso em: 18/6/2011.

DEOS, S.; WEGNER, R. Da integração comercial e regionalismo aberto à cooperação financeira e regionalismo pós-liberal: o caso do MERCOSUL. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/33.pdf>. Acesso em: 18/6/2011.

DEUTSCH, K. **Análise das Relações Internacionais.** Brasília: UNB, 1968.

DEVLIN, R.; ESTEVADEORDAL, A. **Que hay de nuevo em el nuevo regionalismo de las Américas?** Banco Interamericano de Desarollo, Ago. 2001.

DORRUCCI, E. *et al*. European integration: what lessons for other regions? The case of Latin America. **ECB Working Paper**, n. 185, out. 2002. Disponível em: <http:// http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp185.pdf>. Acesso em: 13/3/2011.

DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF, R. L. **Relações Internacionais:** as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003.

EICHENGREEN, B. Does Mercosur Need a Single Currency? **NBER Working Paper Series**, n. 6821, Cambridge, 1998. Disponível em: <http://papers.nber.org/papers/w6821.pdf>. Acesso em: 30/5/2011.

EL-ERIAN, M. **When markets collide:** investiment strategies for age of global economic change. New York, McGraw Hill, 2008.

FANELLI, M. J. MERCOSUR: integración y profundación de los mercados financieros. In: FANELLI, M. J. (Coord.). **MERCOSUR:** integración y profundación de los mercados financieros. Montevidéu: Zonalibro, 2008.

FLORÊNCIO, S. A. L.; ARAÚJO, E. H. F. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1998.

FRANKEL, J., ROSE, A. The Endogenity of the Optimum Currency Area Criterium. **NBER Working Paper**, n. 5700. Cambridge, 1996. Disponível em: <http:// http://www.nber.org/papers/w5700.pdf?new_window=1>. Acesso em: 5/5/2011.

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO RIO DA PRATA (FONPLATA). Disponível em: < http://www.fonplata.org/default.aspx> Acesso em: 17/1/2012.

FUNDO LATINO AMERICANDO DE RESERVA (FLAR). Disponível em: <https://www.flar.net/contenido/default.aspx> Acesso em: 17/1/2012.

GEHRING, T. Integrating Integration Theory: Neo-Functionalism and International Regimes. **Global Society**, v. 10, n. 3, 1996. Disponível em: http:// http:// www.uni-

bamberg.de/fileadmin/uni/fakultaeten/sowi_professuren/politikwissenschaft_insb_int/Dateien/Mitarbeiter/Publikationen_Texterkennung/IntegratingIntegration_text.pdf . Acesso em: 25/4/2011.

GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE (GATT), 1947. Disponível em: <http://www.worldtradelaw.net/uragreements/gatt.pdf>. Acesso em: 15/6/2011.

GIAMBIAGI, F. Mercosul: por que a unificação monetária faz sentido no longo-prazo? **Revista Integration and Trade**, v. 3, n. 9, set./dez. 1999.

GIAMBIAGI, F. Moeda única do MERCOSUL: notas para o debate. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, n. 41, v. 1, p. 24-39, 1998.

GIAMBIAGI, F. Uma proposta de unificação monetária dos países do MERCOSUL. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 4, out./nov. 1997.

GIAMBIAGI, F.; BARENBOIM, I. A unificação monetária alemã: lições para uma possível moeda comum entre Brasil e Argentina. **Revista do BNDES***,* Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 85-120, set. 2002.

GREENE, W. **Econometric Analysis.** Prentice Hall, 2006.

GUJARATI, D. **Econometria Básica.** Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HAAS, E. **Beyond the Nation-State:** functionalism and international organization. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HAAS, E. Why colaborate? Issue-Linkage and international regimes. **World Politics.** v. 32, p. 357-402, 1980.

HASENCLEVER, A.; MAYER, P.; RITTBERGER, V. **Theories of International Regimes.** Cambridge University Press, 1997.

INFORME MERCOSUL Nº 14. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_14.pdf> Acesso em: 17/1/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 12/4/2012.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRANDE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). Disponível em: http://www.ictsd.org. Acesso em: 13/11/2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INDEC). Disponível em: <http://www.indec.gov.ar> Acesso em: 12/4/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). Disponível em: <http://www.ine.gub.uy> Acesso em: 12/4/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). Disponível em: <http://www.ine.gov.ve> Acesso em: 12/4/2012.

JACKSON, H. R. **Quasi-States:** sovereignty, international relations and the third world. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KENEN, P. B. Theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: MUNDELL, A. R., SWOBODA, K. A. (eds.). **Monetary problems of the international economy.** Chicago: University of Chicago Press, 1969.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence.** New York: Longman, 1977.

KEOHANE, R. O. **After hegemony:** cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. O. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KRASNER, D. S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 1-21, 1983.

KRASNER, S. D. **Sovereignty:** Organized Hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASNER, S. D. (Ed.). **Problematic Sovereignty:** Contested Rules and Political Possibilities. New York: Columbia University Press, 2001.

LAVAGNA, R.; GIAMBIAGI, F. Hacia la creación de una moneda común: una propuesta de convergencia coordinadas de políticas macroeconómicas. **Ensaios BNDES**, n. 6. Rio de Janeiro, mar. 1998. Disponível em: <http://www.bndes.gov/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ensaio/ensaio6.pdf> Acesso em: 30/3/2011.

LEVY-YEYATI, E.; STURZENEGGER, F. Is EMU a blueprint for MERCOSUR? **Cuadernos de Economia**, v. 37, n. 110, p. 63-99, abr. 2000.

LICANDRO-FERRANDO, G. Un área monetária para el Mercosur? In: **Coordinación de Políticas Macroeconómicas en el MERCOSUR** (Eds.) CARRERA, J.; STURZENEGGER, F. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, p. 183–222, 2000.

LIPOVETZLY, C. J.; LIPOVETZKY, A. D. **MERCOSUL:** estratégias para a integração. São Paulo: LTr, 1994.

MACHADO, B. J. **MERCOSUL:** origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAIOR, S. L. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional** (**RBPI)**, v. 47, n. 2, p.163-190, 2004.

MARTIN, L. L. The rational state choice of multilateralism. In: RUGGIE, J. G. (ed.). **Multilateralism matters:** the theory and praxis of an institutional form. New York: Columbia University Press, p. 91-121, 1993.

MARTINS, O. M. E. **Sistemática de Solução de Controvérsias do MERCOSUL**: o Protocolo de Brasília e o Protocolo de Olivos. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_4.pdf. Acesso em: 12/12/2011.

MCKINNON, R. Optimum currency areas. **American Economic Review**, n. 53, p. 717- 724, 1963.

MCKINNON, R. **Mundell, the Euro, and Optimum Currency Areas**, 2000. Disponível em: <http://www-econ.stanford.edu/faculty/workp/swp00009.pdf>. Acesso em: 3/4/2011.

MEARSHEIMER, J. The false promise of international institutions. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1995.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). Disponível em: http://www.mercosul.gov.br/. Acesso em: 14/12/2011.

MILL, J. S. **Princípios de Economia Política.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/. Acesso em: 14/11/2011.

MINSKY, H. P. **Estabilizando uma economia instável.** São Paulo: Novo Século, 2010.

MUNDELL, R. A. A theory of optimal currency. **American Economic Review**, n. 51, p. 657- 665, set. 1961.

MUNDELL, R. Updating the agenda for monetary union. In: BLEJER, M. et al. (eds.). **Optimum currency area**s: new analytical and policy developments. FMI, 1997.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teorias das Relações Internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OBSTFELD, M.; ROGOFF, K. **Foundations of international macroeconomics.** Cambridge University Press, 1996.

OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José A. (Comp.) **Cooperación financiera regional.** Chile: CEPAL, 2006.

OMAN, Charles. Globalização e regionalização nas décadas de 1980 e 1990. In: VELLOSO, J. P. dos R. et al. **Fórum Nacional:** a nova ordem internacional e a terceira revolução industrial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ONUKI, J. O Brasil e a construção do MERCOSUL. In: ALTEMANI, H.; LESSA C. A. (Orgs.). **Relações Internacionais do Brasil:** temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

OYE, K. A. Explaining cooperation under anarchy: hypothesis and strategies. **World Politics**, Princeton, v. 38, n. 1, p. 1-24, 1985.

PUCHALA, J. D.; HOPKINS, F. R. International regimes: lessons from inductive analysis. In: KRASNER, S. D. **International Regimes.** Cornell University Press, 1983.

RAPPORT, M. Os Estados Nacionais frente à globalização. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, v. 40, n. 2, p. 166-171, 1997.

RIGOLON, F.; GIAMBIAGI, F. Áreas monetárias ótimas: teoria, unificação monetária européia e aplicação para o MERCOSUL. **Economia Aplicada**, v. 3, n. 1, jan/mar. 1999.

ROSALES, O. **Espacios de Convergencia y de Cooperación Regional.** Santiago, Chile: CEPAL, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.cl. Acesso em: 4/6/2012.

ROSE, A., ENGEL, C. Currency Unions and International Integration. **NBER Working Paper**, n. 7872. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2002.

RUGGIE, J. G. International Responses to Technology: Concepts and Trends. **International Organization**, New York, v. 29, n. 3, p. 557-583, 1975.

SABATTINI, R. **Regionalismo, multilateralismo e MERCOSUL:** evidências da inserção comercial brasileira após alguns anos de abertura. Dissertação – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SALVATORE, D. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SARRIERA, J. M., CUNHA, A. M., BICHARA, J. S. Moeda Única no Mercosul: uma análise da simetria a choques para o período 1995-2007. **Revista ANPEC**, v. 11, p. 465-491, 2010.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STEIN, A. Coordination and collaboration: regimes in an anarchic world. In: KRASNER, S. D. **International Regimes.** Cornell University Press, 1983.

STRANGE, S. Cave! *hic dragones:* a critique of regime analysis. In: KRASNER, S. D. **International Regimes.** Cornell University Press, 1983.

TEUNISSEN, J.J. Regional integration and multilateral cooperation in the global economy. FONDAD, the Hague, 1998. Disponível em:

<http://http://www.fondad.org/uploaded/Regional%20Integration%20and%20Multilateral%20Cooperation%20in%20the%20Global%20Economy/Reg%20&%20Mult%20Contents-Authors.pdf>. Acesso em: 10/7/2012.

TRAPP, G. P. **A fragilidade institucional do MERCOSUL e os seus impactos sobre o mercado de trabalho.** 163 f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Porto Alegre, 2010.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade and Development Report - 2007.** Geneve: United Nations Conference on Trade and Development, 2007.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador:** a construção do MERCOSUL. Brasília: IBRI, 2002.

VIANNA, S. B. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, M. P. (Org.). **A Ordem do Progresso.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics.** New York: McGraw-Hill, Inc., 1979.

WYPLOSZ, C. Regímenes cambiarios regionales: la experiencia europea. In: OCAMPO, J. A. (Comp.) **Cooperación financiera regional.** Chile: CEPAL, 2006.

YOUNG, O. R. Regime dynamics: the rise and fall of International Regimes. In: KRASNER, D. S. **International Regimes**. Cornell University Press, 1983.

YOUNG, O. R. International Regimes: toward a new theory of institutions. **World Politics**, v. 39, n. 1, p. 104-122, 1986.

YOUNG, O. R. The politics of international regime formation: managing natural resources and the environment**. International Organization**, New York, v. 43, n. 3, p. 349-345, 1989.

YOUNG, O. R.; OSHERENKO, G. Testing theories of regime formation: findings from a large collaborative research project. In: RITTBERGER, V. (ed.). **Regime theory and International Relations.** Oxford: Clarendon Press, p.223-251, 1993.

# ANEXOS

## Anexo A – Teste de raiz unitária para a economia estadunidense

Anexo A.1 – Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB estadunidense

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: PIBEUA has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 2.080323 | 0.9903 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: PIBEUA has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.777139 | 0.7028 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: PIBEUA has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.801354 | 0.3763 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo A.2 – Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB estadunidense

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(PIBEUA) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -3.299188 | 0.0014 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(PIBEUA) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.324692 | 0.0058 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(PIBEUA) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.111881 | 0.0020 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

**Anexo B – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia argentina**

Anexo B.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB argentino

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: PIBARG has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 2.062897 | 0.9899 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: PIBARG has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.072036 | 0.9247 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: PIBARG has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 0.944362 | 0.9955 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

# Anexo B.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB argentino

## Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(PIBARG) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -3.722446 | 0.0004 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(PIBARG) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.792576 | 0.0014 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(PIBARG) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.259137 | 0.0012 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo B.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real argentina

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: TCRARG has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 2.119777 | 0.9912 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: TCRARG has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -3.594402 | 0.0392 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: TCRARG has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 0.489819 | 0.9849 |
| Test critical values: | 1% level | -3.552666 | |
| | 5% level | -2.914517 | |
| | 10% level | -2.595033 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo B.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real argentina

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(TCRARG) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.362918 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(TCRARG) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.192741 | 0.0004 |
| Test critical values: | 1% level | -4.130526 | |
| | 5% level | -3.492149 | |
| | 10% level | -3.174802 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(TCRARG) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.040635 | 0.0001 |
| Test critical values: | 1% level | -3.552666 | |
| | 5% level | -2.914517 | |
| | 10% level | -2.595033 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Anexo B.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia argentina

Date: 06/18/12 Time: 14:21
Sample (adjusted): 1997Q4 2011Q3
Included observations: 56 after adjustments
Trend assumption: Quadratic deterministic trend
Series: LOG(PIBARG) LOG(TCRARG) LOG(PIBEUA)
Lags interval (in first differences): 1 to 2

Unrestricted Cointegration Rank Test (Trace)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Trace Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.393196 | 39.26202 | 35.01090 | 0.0165 |
| At most 1 | 0.135093 | 11.28729 | 18.39771 | 0.3649 |
| At most 2 | 0.054863 | 3.159803 | 3.841466 | 0.0755 |

Trace test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

Unrestricted Cointegration Rank Test (Maximum Eigenvalue)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Max-Eigen Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.393196 | 27.97473 | 24.25202 | 0.0154 |
| At most 1 | 0.135093 | 8.127483 | 17.14769 | 0.5889 |
| At most 2 | 0.054863 | 3.159803 | 3.841466 | 0.0755 |

Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

## Anexo C – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia brasileira

Anexo C.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB brasileiro

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: PIBBRA has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 4.666576 | 1.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.605442 | |
| | 5% level | -1.946549 | |
| | 10% level | -1.613181 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Varável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: PIBBRA has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -2.443706 | 0.3541 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: PIBBRA has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 0.995794 | 0.9961 |
| Test critical values: | 1% level | -3.548208 | |
| | 5% level | -2.912631 | |
| | 10% level | -2.594027 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo C.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB brasileiro

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(PIBBRA) has a unit root
Exogenous: None

Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -4.849743 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(PIBBRA) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -6.162313 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(PIBBRA) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -6.019494 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo C.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real brasileira

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: TCRBRA has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -0.390406 | 0.5389 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: TCRBRA has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.875805 | 0.6537 |
| Test critical values: | 1% level | -4.130526 | |
| | 5% level | -3.492149 | |
| | 10% level | -3.174802 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: TCRBRA has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.186405 | 0.6744 |
| Test critical values: | 1% level | -3.552666 | |
| | 5% level | -2.914517 | |
| | 10% level | -2.595033 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo C.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real brasileira

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(TCRBRA) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.840959 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(TCRBRA) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -6.155419 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -4.130526 | |
| | 5% level | -3.492149 | |
| | 10% level | -3.174802 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(TCRBRA) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.787422 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -3.552666 | |
| | 5% level | -2.914517 | |
| | 10% level | -2.595033 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Anexo C.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia brasileira

Date: 06/18/12 Time: 14:49
Sample (adjusted): 1997Q3 2011Q3
Included observations: 57 after adjustments
Trend assumption: Quadratic deterministic trend
Series: LOG(PIBBRA) LOG(TCRBRA) LOG(PIBEUA)
Lags interval (in first differences): 1 to 1

Unrestricted Cointegration Rank Test (Trace)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Trace Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.353666 | 36.70600 | 35.01090 | 0.0326 |
| At most 1 | 0.118372 | 11.82894 | 18.39771 | 0.3219 |
| At most 2 * | 0.078304 | 4.647764 | 3.841466 | 0.0311 |

Trace test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

Unrestricted Cointegration Rank Test (Maximum Eigenvalue)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Max-Eigen Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.353666 | 24.87706 | 24.25202 | 0.0413 |
| At most 1 | 0.118372 | 7.181175 | 17.14769 | 0.6932 |
| At most 2 * | 0.078304 | 4.647764 | 3.841466 | 0.0311 |

Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

## Anexo D – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia uruguaia

Anexo D.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB uruguaio

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: PIBURU has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 2 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 1.669549 | 0.9757 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: PIBURU has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 0.267900 | 0.9980 |
| Test critical values: | 1% level | -4.124265 | |
| | 5% level | -3.489228 | |
| | 10% level | -3.173114 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: PIBURU has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 2.014672 | 0.9998 |
| Test critical values: | 1% level | -3.548208 | |
| | 5% level | -2.912631 | |
| | 10% level | -2.594027 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo D.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB uruguaio

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(PIBURU) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -2.920609 | 0.0042 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606911 | |
| | 5% level | -1.946764 | |
| | 10% level | -1.613062 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(PIBURU) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -8.729316 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(PIBURU) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -3.310313 | 0.0190 |
| Test critical values: | 1% level | -3.552666 | |
| | 5% level | -2.914517 | |
| | 10% level | -2.595033 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo D.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real uruguaia

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: TCRURU has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 0.350190 | 0.7828 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |

| | | |
|---|---|---|
| | 10% level | -1.613122 |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: TCRURU has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.672671 | 0.7505 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: TCRURU has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 1 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.519368 | 0.5167 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo D.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real uruguaia

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(TCRURU) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.051164 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(TCRURU) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend

Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.201897 | 0.0004 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(TCRURU) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -5.170490 | 0.0001 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Anexo D.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia uruguaia

Date: 06/18/12 Time: 15:24
Sample (adjusted): 1997Q3 2011Q3
Included observations: 57 after adjustments
Trend assumption: Quadratic deterministic trend
Series: LOG(PIBURU) LOG(TCRURU) LOG(PIBEUA)
Lags interval (in first differences): 1 to 1

Unrestricted Cointegration Rank Test (Trace)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Trace Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.328840 | 38.38747 | 35.01090 | 0.0209 |
| At most 1 | 0.235137 | 15.65882 | 18.39771 | 0.1160 |
| At most 2 | 0.006636 | 0.379502 | 3.841466 | 0.5379 |

Trace test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

Unrestricted Cointegration Rank Test (Maximum Eigenvalue)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Max-Eigen Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None | 0.328840 | 22.72865 | 24.25202 | 0.0784 |
| At most 1 | 0.235137 | 15.27931 | 17.14769 | 0.0916 |
| At most 2 | 0.006636 | 0.379502 | 3.841466 | 0.5379 |

Max-eigenvalue test indicates no cointegration at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level

**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

## Anexo E – Testes de raiz unitária e cointegração para a economia venezuelana

Anexo E.1 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para o PIB venezuelano

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: PIBVEN has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | 1.537961 | 0.9682 |
| Test critical values: | 1% level | -2.605442 | |
| | 5% level | -1.946549 | |
| | 10% level | -1.613181 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: PIBVEN has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.548744 | 0.8008 |
| Test critical values: | 1% level | -4.124265 | |
| | 5% level | -3.489228 | |
| | 10% level | -3.173114 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: PIBVEN has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -0.169082 | 0.9361 |
| Test critical values: | 1% level | -3.548208 | |
| | 5% level | -2.912631 | |
| | 10% level | -2.594027 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo E.2 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para o PIB venezuelano

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(PIBVEN) has a unit root

Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -6.774069 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(PIBVEN) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -7.004250 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(PIBVEN) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -6.941263 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo E.3 Teste, em nível, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real venezuelana

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: TCRVEN has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.201840 | 0.2076 |
| Test critical values: | 1% level | -2.605442 | |
| | 5% level | -1.946549 | |
| | 10% level | -1.613181 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: TCRVEN has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.430414 | 0.8414 |
| Test critical values: | 1% level | -4.124265 | |
| | 5% level | -3.489228 | |
| | 10% level | -3.173114 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: TCRVEN has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -1.577381 | 0.4876 |
| Test critical values: | 1% level | -3.548208 | |
| | 5% level | -2.912631 | |
| | 10% level | -2.594027 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Anexo E.4 Teste, em primeira diferença, de raiz unitária (DFA) para a taxa de câmbio real venezuelana

Variável exógena: nenhuma

Null Hypothesis: D(TCRVEN) has a unit root
Exogenous: None
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -7.756758 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -2.606163 | |
| | 5% level | -1.946654 | |
| | 10% level | -1.613122 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Variável exóxena: tendência e intercepto

Null Hypothesis: D(TCRVEN) has a unit root
Exogenous: Constant, Linear Trend
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -7.731848 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -4.127338 | |
| | 5% level | -3.490662 | |
| | 10% level | -3.173943 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Variável exógena: intercepto

Null Hypothesis: D(TCRVEN) has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic - based on SIC, maxlag=10)

| | | t-Statistic | Prob.* |
|---|---|---|---|
| Augmented Dickey-Fuller test statistic | | -7.687338 | 0.0000 |
| Test critical values: | 1% level | -3.550396 | |
| | 5% level | -2.913549 | |
| | 10% level | -2.594521 | |

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

## Anexo E.5 Teste de cointegração de Johansen para a economia venezuelana

Date: 06/18/12 Time: 15:36
Sample (adjusted): 1997Q3 2011Q3
Included observations: 57 after adjustments
Trend assumption: Linear deterministic trend (restricted)
Series: LOG(PIBVEN) LOG(TCRVEN) LOG(PIBEUA)
Lags interval (in first differences): 1 to 1

Unrestricted Cointegration Rank Test (Trace)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Trace Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.442277 | 48.51899 | 42.91525 | 0.0125 |
| At most 1 | 0.153927 | 15.23713 | 25.87211 | 0.5549 |
| At most 2 | 0.095315 | 5.709622 | 12.51798 | 0.4980 |

Trace test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values

Unrestricted Cointegration Rank Test (Maximum Eigenvalue)

| Hypothesized No. of CE(s) | Eigenvalue | Max-Eigen Statistic | 0.05 Critical Value | Prob.** |
|---|---|---|---|---|
| None * | 0.442277 | 33.28186 | 25.82321 | 0.0043 |
| At most 1 | 0.153927 | 9.527511 | 19.38704 | 0.6693 |
| At most 2 | 0.095315 | 5.709622 | 12.51798 | 0.4980 |

Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values